

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

RAÍZES DE UM POVO: A COLÔNIA JAPONESA
DE ÁLVARES MACHADO - SP

EDILENE MAYUMI MURASHITA TAKENAKA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

RAÍZES DE UM POVO: A COLÔNIA JAPONESA
DE ÁLVARES MACHADO - SP

Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Orientador: Prof^o Dr. Armando Pereira Antonio

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Curso de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Desenvolvimento
Regional e Planejamento Ambiental, para
obtenção do Título de Mestre em
Geografia.

Presidente Prudente
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
FCT-UNESP – Campus de Presidente Prudente

T143r

Takenaka, Edilene Mayumi Murashita.

Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP.-
Presidente Prudente: [s.n.], 2003

165f. : il. + mapa + anexo

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade
de Ciências e Tecnologia

Orientador: Armando Pereira Antonio

1. Imigração japonesa. 2. Assimilação Cultural. 3. Colônia japonesa -
Álvares Machado (SP). I. Takenaka, Edilene Mayumi Murashita. II.
Título.

CDD (18.ed.) 910.1

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Armando Pereira Antonio
(Orientador)

Prof^a Dr^a Alice Yatiyo Asari (UEL)

Prof a. Dra. Claudemira Azevedo Ito (UNESP)

Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Presidente Prudente (SP), 02 de abril de 2003.

Resultado : APROVADA

*À Dona Célia,
Minha mãe corajosa., avó de meus filhos.
Mulher forte que me ensinou a sonhar,
que me ensinou a lutar pelos meus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a elaboração deste trabalho e em especial:

Ao Professor Doutor Armando Pereira Antonio, pela dedicação ao trabalho de pesquisa e paciência em escutar minhas dúvidas e angústias durante esses anos de estudo;

Ao Valter, meu marido, pela força e pelo entusiasmo constante durante todo esse processo, sempre trazendo soluções para os problemas que eu achasse insolúveis;

Aos meus filhos Fernando e Renan, pela compreensão nos dias em que não brinquei e as lições de casa que não ajudei a fazer, **“mamãe ama vocês”**;

Ao meu pai e às minhas irmãs pelo apoio dado;

À Professora Doutora Alba Regina Azevedo Arana, por sua amizade e pela contribuição com idéias para o enriquecimento do texto;

À Lídia Tamura Ozaki, pela ajuda na tradução dos textos em idioma japonês;

Ao Sr. Carlos Tamura e Sra., por nos ter recebido em sua casa, proporcionando horas divertidas de reflexão e reencontro com o passado;

Ao Sr. Nilo Miyashita pelo esforço em apresentar-nos às famílias tradicionais do município;

Ao Sr. Saburo Shirazaki e Sra, por dividir conosco suas lembranças;

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP de Presidente Prudente e, em especial: D. Marilda, Fátima, Regina, Sílvia e Maria José, sempre dispostos a nos auxiliar na busca de livros;

Aos Professores Doutores José Barreira e Rosângela Hespanhol que participaram como integrantes da banca examinadora do Relatório de Qualificação;

Aos Professores Doutores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, por dividirem seu conhecimento e suas experiências durante as aulas ;

À colônia japonesa de Álvares Machado que nos recebeu de braços abertos, sempre dispostos a relatar suas lembranças e a aceitar nossa presença nos eventos japoneses;

À amiga Iracema Magalhães Araújo que não deixou que eu desistisse de tentar uma vaga no mestrado, me auxiliando no projeto de pesquisa e apresentando-me a uma pessoa fantástica e profissional competéssimo: o Armandão;

À **Deus**, pela vida, pelo Sol que nasce todos os dias, pela saúde e por sua proteção.

*Mas os sonhos, sendo coisas belas, são coisas fracas.
Sozinhos, eles nada podem fazer: pássaros sem asas...São
como as canções, que nada são até que alguém as cante;
como as sementes, dentro dos pacotinhos, à espera de
alguém que as liberte e as plante na terra. (Rubem Alves)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - O SENTIDO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.....	20
1.1 A onda migratória japonesa	30
1.2 A realidade encontrada do outro lado do mundo.....	36
CAPÍTULO 2 - O IMIGRANTE JAPONÊS NO OESTE PAULISTA	42
2.1 A busca da independência financeira.....	45
2.2 Localização e caracterização da área em estudo	55
2.3 O município de Álvares Machado	58
CAPÍTULO 3 - A FORMAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO	60
3.1 Kenitiro Hoshina: a história de um pioneiro	64
3.2 Naoe Ogassawara: sua importância na formação da colônia japonesa de Álvares Machado	70
3.3 A formação dos Shibu's	79
CAPÍTULO 4 - SOBRE A COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO.....	83
4.1 As dificuldades encontradas no processo de adaptação e situação atual.....	85
4.1.1 A língua	86
4.1.2 Hábitos e costumes alimentares	89
4.1.3 A religião	93
4.2 As Associações Nipo-Brasileiras e a necessidade de educação	100
4.2.1 A educação na colônia japonesa de Álvares Machado	113
4.2.2 Situação atual da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado	115

4.3 O Cemitério Japonês de Álvares Machado: a presença marcante de um povo.....	118
4.4 Um breve período de turbulência	129
4.5 O fenômeno <i>dekassegui</i>	133
4.6 Informações sobre o perfil da colônia japonesa de Álvares Machado.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	155
ANEXOS	156

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Álvares Machado	57
Mapa 2 – Mapa da localização de Álvares Machado e divulgado entre imigrantes e colonos japoneses no início do século XX-A	62
Mapa 3 – Mapa da localização de Álvares Machado e divulgado entre imigrantes e colonos japoneses no início do século XX-B.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Distribuição da população de Álvares Machado.....	56
Tabela 2 - Conhecimento da língua japonesa (chefes de família)	87
Tabela 3 – Conhecimento da língua japonesa (esposas)	87
Tabela 4 – Conhecimento da língua japonesa (filhos)	88
Tabela 5 – Consumo de pratos da culinária japonesa	92
Tabela 6 – Religião adotada pela família	99
Tabela 7 – Frequência aos cultos religiosos	100
Tabela 8 – Papel da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado	106
Tabela 9 – Associação da família ao Nihonjin-kai	107
Tabela 10 – Participação dos chefes de família nos eventos da colônia japonesa de Álvares Machado	109
Tabela 11 – Participação dos filhos nos eventos da colônia japonesa de Álvares Machado	110
Tabela 12 - Participação do chefe de família em eventos da colônia japonesa em outras cidades	110
Tabela 13 – Grau de escolaridade dos chefes de família entrevistados	113
Tabela 14 - Grau de escolaridade da esposa ou companheira	114
Tabela 15 - Grau de escolaridade dos filhos	114
Tabela 16 – Faixa etária dos entrevistados – chefes de família	136
Tabela 17 – Faixa etária dos entrevistados – esposas	137

Tabela 18 – Local de nascimento dos entrevistados – chefes de família	137
Tabela 19 – Local de nascimento – esposas	138
Tabela 20 – Número de filhos	138
Tabela 21 – Profissão anterior – chefe de família	139
Tabela 22 – Profissão atual – chefe de família	140
Tabela 23 – Renda familiar	141
Tabela 24 – Costumes japoneses preservados	141

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Cartazes utilizados para propaganda convidando os japoneses a emigrarem para o Brasil	36
Foto 2 – Plantação de algodão	53
Foto 3 – Participação da colônia japonesa nos festejos de Carnaval do município de Álvares Machado.....	53
Foto 4 – Loja de secos e molhados	54
Foto 5 – Casa Machado	54
Foto 6 – Representantes das famílias Miyashita e Matsumoto	61
Foto 7 – Inauguração do Templo Budista (Oterá) de Álvares Machado	98
Foto 8 – Capela budista situada no Cemitério Japonês de Álvares Machado	99
Foto 9 – Apresentação de dança japonesa	104
Foto 10 – 2 ^a escola do Brejão	105
Foto 11 – Alunos de uma escola japonesa	105
Foto 12 – Equipe de Beisebol da colônia japonesa de Álvares Machado	106
Foto 13 – Senhoras da Associação Nipo-brasileira de Álvares Machado preparando refeição em evento	108
Foto 14 – Relação de pessoas que contribuíram com o evento através de doações financeiras	109
Foto 15 – O simpático casal formado pelo Sr e Sra Shirazaki	111

Foto 16 – Concurso de karaokê realizado pela Associação Nipo-brasileira de Álvares Machado	112
Foto 17 – Apresentação de jovens e crianças durante as festividades do Shokon-sai	112
Foto 18 – Vista dos túmulos do Cemitério Japonês de Álvares Machado	124
Foto 19 – Interior da capela budista localizada no Cemitério Japonês de Álvares Machado	125
Foto 20 – Apresentação de dança típica japonesa durante as festividades do Shokon-sai	125
Foto 21 – Bon odori realizado no encerramento das festividades do Shokon-sai em que todos os presentes são convidados a participar	126

RESUMO

O presente trabalho teve como base a análise do processo de imigração japonesa para o Brasil. Elegemos para o nosso estudo a colônia japonesa de Álvares Machado e buscamos respostas à diversas questões referentes à imigração, suas motivações, as dificuldades encontradas e a adaptação ao país receptor. Analisamos, ainda a atual situação da colônia japonesa do município para melhor compreender as transformações ocorridas ao longo de todo esse processo.

Palavras-chave: imigração japonesa, assimilação, colônia japonesa.

ABSTRACT

This present paper had as basis the analysis of the Japanese immigration process to Brazil. We selected for our study, the Japanese colony of Álvares Machado and searched for answers to several different questions related to the immigration, its motivations, the difficulties that were found and the adaptation to the hosting country. We also analyzed the current situation of the Japanese colony in the town for better understanding of the transformations that took place during all this process.

Key words: Japanese immigration, assimilation, Japanese colony

INTRODUÇÃO

No dia 18 de junho de 1998 a colônia nipônica comemorava os 90 anos da imigração japonesa no Brasil. Junto às comemorações das colônias japonesas que se espalharam pelas diversas regiões brasileiras, surgiu uma necessidade latente de entender quais as razões que levaram homens e mulheres, crianças e velhos, jovens e aventureiros a deixar seu país de origem e adentrar em terras estranhas e extremamente distantes. Seria a busca de um sonho de enriquecimento rápido, como é comumente explicado esse processo? Seria o gosto pela aventura e a descoberta de novos horizontes? Como ocorreu esse processo de inserção entre pessoas de diferentes culturas, em terras de hábitos e costumes estranhos?

Essas indagações surgiram e se transformaram em um projeto de pesquisa, um estopim para esse trabalho desenvolvido, desde então, na busca incessante por respostas. Foi nessa época que um município chamou a nossa atenção: Álvares Machado. Esse município apresenta ainda uma colônia japonesa atuante e sua formação remonta aos primórdios do surgimento do mesmo – na época denominado Brejão - no início do século XX.

Estamos no ano de 2002, há 94 anos atrás, precisamente às 9h30m do dia 18 de junho de 1908, aportavam em Santos, os primeiros imigrantes japoneses trazidos pelo legendário vapor *Kasato-Maru*. Ao todo eram 165 famílias de japoneses com 733 membros e mais 48 avulsos, além de 12 viajantes livres, que deixaram seu país de origem em busca da realização de seus sonhos, em um país situado “do outro lado do mundo”.

Foram 52 dias de viagem, a partir do porto de Kobe no Estado de Hyogo-ken (Japão) e agora estavam diante do desconhecido, inquietos e esperançosos. Foi o início de uma corrente migratória que se estendeu até a metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial.

Como descendente de japoneses imigrantes, pesquisar sobre o tema proposto é como buscar entender os motivos que levaram nossos antepassados a

emigrarem para um mundo desconhecido, aventurando-se por caminhos difíceis enfrentando obstáculos muitas vezes intransponíveis, sabendo que a razão de estarmos nesse país hoje, é fruto da coragem e persistência desse povo. Contudo, procuramos encontrar a autenticidade dos fatos com uma metodologia apropriada, fazendo da pesquisa científica um instrumento de aprendizado constante e irradiador do mesmo.

Num primeiro momento, nossa preocupação foi entender o período em que a imigração japonesa passa a ser aceita como mão-de-obra nas fazendas de café do Oeste Paulista, compreender o momento pelo qual estavam passando ambos os países (Brasil e Japão) que fazia com que o primeiro aceitasse a entrada de estrangeiro no país e, o segundo, aceitasse a saída de trabalhadores para ingressar em frentes de trabalho do “outro lado do mundo”.

Através de levantamentos bibliográficos e entrevistas, percebemos uma mudança nos planos iniciais desses imigrantes que, de início, pensavam em uma emigração temporária e com o passar do tempo, se viram diante de uma emigração permanente.

A seguir, nos atentamos a um núcleo formado por imigrantes japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado e realizamos um estudo sobre a sua formação, dificuldades enfrentadas e o papel das associações japonesas no local, considerando que tais fatores contribuíram direta ou indiretamente para a fixação dos japoneses no município.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a atual situação da colônia japonesa de Álvares Machado, passando pela atuação da associação japonesa local, a participação nos eventos ligados a tradições e costumes nipônicos e, também através de indagações colhidas em entrevistas a japoneses e descendentes residentes no município.

Iniciamos a pesquisa com revisão bibliográfica, estudando o processo da imigração japonesa no Brasil, a expansão da fronteira agrícola para o cultivo do café no Oeste Paulista e a criação do município de Álvares Machado. Para tanto recorreremos ao conhecimento colhido e retransmitido por vários autores como FURTADO (1986), MARTINS (1973), DIEGUES JÚNIOR (1964), PRADO

JÚNIOR (1987), HUGON (1973) para entender o processo de ocupação do Brasil e mais precisamente do Oeste Paulista. CARDOSO (1998), SHINDO (1999), ASARI (1992), VIEIRA (1973), COMISSÃO (1992), NOGUEIRA (1973) e SAITO (1961), entre outros, nos auxiliaram a um estudo mais aprofundado sobre o migrante japonês e a formação de núcleos étnicos no interior do estado de São Paulo.

Num segundo momento, procedemos ao trabalho de campo para a coleta de dados através das técnicas de “observação direta extensiva” com a aplicação de questionários, tendo a preocupação de registrar os dados obtidos em termos quantitativos e da “observação participante”, que é uma técnica direta intensiva realizada através da observação. No caso, procuramos participar dos eventos ligados ao grupo estudado sem, contudo, perder a objetividade da pesquisa.

Essa preocupação encontra respaldo nos estudos realizados por MANN Apud LAKATOS & MARCONI (1985,171p), onde:

(...) faz-se necessário que o pesquisador esteja ciente de que o uso da observação participante é uma tentativa de colocar observador e observado do mesmo lado, porém o observador enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por simpatias ou antipatias pessoais e pelo choque do quadro de referência entre observador e observado.

Utilizaremos também a técnica “história de vida”. A importância dessa técnica é possibilitar o aparecimento do “invisível”, as informações que os questionários não poderiam nos fornecer, procurando descobrir através de seus relatos o processo de elaboração do seu saber sobre a realidade tão peculiar a cada ser.

Quando necessita relatar a sua história, os frutos desse saber vão sendo recuperados e selecionados pela pessoa durante esse processo de rever. Com base nessa história revivida e recontada produz-se o documento oral, onde são captadas as experiências das pessoas, suas tradições e mitos, dados ficcionais, crenças, estórias, invenções e outras situações. (HASHIMOTO,1991, p.7)

Corremos o risco de tais fatos a serem narrados estarem permeados de lapsos de memória substituídos por um conjunto, por vezes, imaginário para preencher as lacunas de tais falhas, mas utilizaremos a citação a seguir para explicar o uso dessa técnica:

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da História Oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de vida. (BOSI, 1994, p. 37)

Lembrar é uma arte que nos permite complementar os vácuos de obras acadêmicas, pois através de relatos sobre o passado, a história oral dos indivíduos entremeada por subjetividades e sentimentos (...) *os pesquisadores podem colher as representações sociais, as visões de mundo, as perspectivas de vida inserida no cotidiano dos indivíduos pertencentes ao lugar de estudo. (SANTOS, 1999, p.21)*

O passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI Apud SANTOS, 1999, p.21)

A colônia japonesa de Álvares Machado, inicialmente chamada de colônia Brejão e objeto de nosso estudo, teve como característica de sua formação o destino dos movimentos migratórios quando do processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo, ao formarem-se colônias por meio de compra de lotes resultantes da divisão de extensas áreas de terras com a participação de elementos pioneiros capazes de perceber as futuras possibilidades de terras novas.

É importante acrescentar que, entre as várias colônias fundadas no início do século passado, muitas desapareceram e a colônia do Brejão integra atualmente uma unidade administrativa local: o município de Álvares Machado.

A colônia japonesa de Álvares Machado teve logo nos primeiros anos de fundação cerca de 80 famílias japonesas, chegou ao seu ápice nos anos de 1960 com aproximadamente 404 famílias e, atualmente, apresenta cerca de 153 famílias de descendentes de japoneses no município e, apesar da diminuição de famílias de origem japonesa no município, há vários eventos ligados à colônia que são realizados anualmente e fazem parte do calendário do município.

CAPÍTULO 1 – O SENTIDO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Desde o seu descobrimento, dado no ano de 1500, o Brasil apresentava um setor agrícola formado em sua maioria por extensos latifúndios – originados do sistema de “sesmarias” – cuja dinâmica era voltada essencialmente para o mercado externo e produzindo, geralmente, apenas um produto de valor comercial destinado à exportação.

FURTADO (1986), MARTINS (1973), DIEGUES JÚNIOR (1964), PRADO JÚNIOR (1987) e HUGON (1973) concordam que essas empresas agrícolas de grande envergadura, inicialmente produzindo cana-de-açúcar, depois algodão e café, necessitavam de um número muito grande de mão-de-obra e isso representava sérios problemas uma vez que Portugal, o país colonizador, era pouco povoado e não podia fornecer ao Brasil – na época sua Colônia – um contingente apreciável de trabalhadores.

Dessa forma, a utilização de mão-de-obra indígena foi cogitada de início, mas além da dificuldade em sua captura, o índio mostrou-se resistente à adaptação ao trabalho sedentário e isso refletia em sua produtividade. Assim, por volta de 1550, adotou-se a mão-de-obra africana para o trabalho escravo tanto para serviços de criadagem como para o trabalho na terra.

Para FURTADO (1986), a economia brasileira, divide-se em três setores, onde o primeiro era constituído pela economia do açúcar e do algodão e pela vasta economia de subsistência a ela ligada. O segundo era formado pela economia de subsistência do sul do país. E o terceiro tinha como centro, a economia cafeeira constituída pela região que compreende os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

NOGUEIRA (1973) enfatiza a importância do café em sua obra, por entender que esta lavoura foi a principal causadora da atração e vinda de imigrantes para o Brasil, em especial o imigrante japonês.

O café foi introduzido no Brasil no início do século XVIII e era cultivado para fins de consumo local, porém assume grande importância no comércio internacional com a alta de preços causada por problemas ligados à desorganização do seu principal produtor que era a colônia francesa do Haiti.

No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações.(FURTADO,1986, p.113.)

Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional. (FURTADO,1986, p.110)

O café apresentava-se como uma cultura permanente organizada basicamente no trabalho escravo, caracterizada por custos monetários inferiores aos da empresa açucareira – pois o equipamento é mais simples e de fabricação local, com necessidades monetárias de reposição menores. Enfatiza-se que, apenas uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. (FURTADO, 1986)

A mão-de-obra utilizada tanto para a lavoura como para serviços em geral era a escrava e alguns poucos assalariados. Contudo, lentamente, houve um processo de transição da escravidão para a mão-de-obra assalariada iniciado com a adoção, em 04 de setembro de 1850 da Lei Euzébio de Queiroz que proibiu o tráfico negreiro, abalando a instituição servil, seguida da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que acabava com a escravidão dos nascituros e, da Lei dos Sexagenários aprovada em 28 de setembro de 1885, que tornava livre os escravos com mais de sessenta anos¹. Tais fatos culminaram com

¹ SALZANO, F. M. E FREIRE-MAIA, N. Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos. p. 31.

a abolição da escravidão² dada em 13 de maio de 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel e, com isso, um problema nacional básico: falta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira.

Aliada a tais fatos houve ainda a promulgação da chamada Lei de Terras, também em 1850, que visava dificultar o acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais limitando a aquisição que não fosse pela venda, impedindo a redução da oferta de mão-de-obra e a conseqüente elevação de salários e preocupando-se em destinar os recursos obtidos com as vendas das terras ao financiamento da imigração de trabalhadores³.

MARTINS (1973) trabalha o que chama de a “crise do Brasil agrário” como inerente ao padrão de realização do capitalismo no Brasil e enfoca a Lei de Terras de 1850 e a implantação do trabalho livre pela Lei Áurea em 1888 como as duas expressões da implantação dessa crise.

(...) No primeiro caso, a terra não podia ser adquirida por outro meio que não fosse a compra e, assim, tornou-se equivalente de capital, isto é, renda territorial capitalizada. No segundo caso, deu-se a separação entre a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, de modo a se instituir um mercado de trabalho. A combinação de ambos implicou em separar e confrontar a propriedade dos meios de produção com a propriedade da força de trabalho.(...) Quando o trabalhador realiza o ideal burguês de transformar-se em proprietário independente, nas condições indicadas, desloca-se para uma posição social em que o desempenho da condição de camponês pressupõe a um só tempo, contraditoriamente, a realização das concepções burguesas relativas à condição de proprietário da renda capitalizada, isto é, de capital, e a absorção dos resultados extremos do desenvolvimento desigual. Essa absorção se realiza, essencialmente através do trabalho familiar autônomo, a partir do qual os componentes da atividade econômica agrária –renda territorial, capital e trabalho – não se tornam independentes uns em face dos outros. (...) a imigração

² SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 1946, p. 46-47. Tece um comentário sobre a chamada “abolição progressiva” e a preocupação política e econômica em retardar a passagem do trabalho escravo para o assalariado para evitar o desaparecimento do valor da massa de escravos “de um dia para outro”

³ BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. p. 57.

maciça de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, principalmente italianos, sobretudo a partir de 1886 (...) está diretamente ligada à constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura, tendo como suporte simbólico à ascensão social do trabalhador(...) (MARTINS, 1973, p. 14-16)

Não deve ser esquecida a conjuntura econômica da época, onde a busca por novos mercados consumidores através do comércio ultramarino, dava forças para a Inglaterra pressionar o governo brasileiro para que houvesse o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada como um grande mercado consumidor em potencial.

A lavoura cafeeira no Brasil sempre esteve ligada às grandes propriedades e ao emprego de abundante mão-de-obra. (...)

Na verdade, com a substituição do braço escravo pelo imigrante europeu, nossas fazendas de café conheceram o fenômeno da instabilidade de sua mão-de-obra. (...), esta movimentação não deixa de ter gravidade num país de baixa densidade demográfica, onde evidentemente são pequenas as possibilidades de obtenção de braços. (...)

Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que chegassem ao Brasil novos imigrantes. Era necessário que seu número fosse muito grande para que a oferta excedesse à procura a fim de que os salários se tornassem razoáveis e a substituição dos trabalhadores pudesse ser feita com facilidade. (NOGUEIRA, 1973, p.25-26)

Daí a preocupação dos fazendeiros de café em reclamarem constantemente da falta de trabalhadores para a lavoura cafeeira, procurando garantir uma política propícia à arregimentação de novos braços para o trabalho no campo e a formação de um exército reserva de mão-de-obra para a manutenção de baixos salários⁴.

⁴ Existe uma vasta bibliografia sobre a expansão cafeeira relacionada com a demanda de mão-de-obra imigrante e o processo de acumulação capitalista. Por não ser de interesse específico desta pesquisa, não trataremos desse assunto, contudo, apontamos as seguintes obras: MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979; MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973; MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1984; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec, 1984.

A solução do problema de mão-de-obra, a grande questão do passado, fora completa: de um lado, pela abolição da escravidão se removera o obstáculo oposto ao desenvolvimento do trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada e contando com o superpovoamento de várias regiões da Europa, se consegue canalizar para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores. (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 207.)

DIEGUES JÚNIOR (1964) ressalta que no período chamado Colonial – do Descobrimento do Brasil até 1808 - a presença de estrangeiros em solos brasileiros apresentava-se esporádica, não caracterizando uma corrente migratória.

Porém, o ano de 1808 representou um marco para o início da imigração no Brasil quando da Abertura dos Portos em 25 de janeiro daquele ano, por decreto promulgado por D. João VI, permitiu-se ao governo conceder terras aos estrangeiros residentes no Brasil. Tal ato foi considerado por HUGON (1973), um ensaio de uma política de colonização com objetivos tanto políticos como militares quanto econômicos, que foi continuada pelo Imperador D. Pedro I e, posteriormente, por seu filho D. Pedro II, que previa a importância fundamental de uma política externa de imigração para o povoamento e progresso do país. Contudo, pode-se considerar a imigração ocorrida no período de 1808 a 1850 como incipiente.

Embora a entrada dos estrangeiros no país tenha se tornado livre desde 1808, a imigração permanece insignificante na primeira metade do século. Em cinqüenta anos, levando-se em conta os ensaios de colonização referidos, ela não ultrapassou os doze mil imigrantes, na maioria alemães, suíços e holandeses. A partir de 1850, a situação se modifica; a verdadeira imigração tem início. (HUGON, 1973, p.49)

DIEGUES JÚNIOR (1964, p. 24) afirma que no período entre 1808 a 1850, as iniciativas migratórias são perturbadas pela presença da escravidão:

Na primeira metade do século XIX, a força do trabalho escravo era ainda grande; nela repousava todo o trabalho, não só o rural (...) mas também o urbano (...). O

domínio pleno da escravidão condicionou – se não impediu – o desenvolvimento da imigração.

Segundo KAGEYAMA (1987) e SILVA (1996), a transição para o trabalho livre deu resultados diversos: no Rio de Janeiro os velhos cafezais foram liquidados, no Nordeste os ex-escravos permaneceram como “moradores de condição”, em Minas Gerais e Espírito Santo criaram-se relações de parceria e em São Paulo surgiu o chamado “colonato” integrando as famílias de imigrantes, oriundos principalmente de países como Itália, Espanha e Japão, ao surgimento de uma nova estrutura agrícola – a dos Complexos Cafeeiros – que se desenvolveu sobretudo na região do Oeste Paulista devido a uma boa estruturação do cultivo do café.

Assim, o Oeste do Estado de São Paulo, que era uma região praticamente despovoada, tornou-se uma grande área de produção e junto à necessidade produtiva do Estado, o processo migratório trouxe alternativas para a realização desse avanço.

Entre os anos de 1887 e 1930, optou-se pela imigração espontânea como alternativa para o problema de mão-de-obra, com o apoio do Governo Central e alguns Estados. Como a imigração espontânea, inicialmente, não garantia braços para a lavoura cafeeira, o governo brasileiro passou a utilizar a imigração dirigida⁵ onde se escolhia a nacionalidade mais interessante ao governo e subsidiavam-se os custos, enviando os imigrantes para núcleos coloniais como pequenos proprietários ou como assalariados. (HASHIMOTO,1991)

Conforme escreve HOLLOWAY (1984, p.78.)

Os defensores dessa política sempre consideraram o serviço de imigração como um meio ideal de fornecer trabalhadores às fazendas de café. Em resposta a críticos ocasionais que argumentavam que a lavoura cafeeira devia subsidiar diretamente a imigração, os fazendeiros e seus representantes políticos assinalavam reiteradamente que a receita proveniente do imposto de exportação sobre o café cobria várias vezes o programa de imigração. Além

⁵ Sobre a política de imigração dos governos japonês e brasileiro há mais detalhes nas próximas páginas.

disso, argumentavam os fazendeiros, o suprimento de força de trabalho que o serviço de imigração ajudava a fornecer era compensação pequena ante a contribuição cafeeira para o financiamento do governo estadual.

Segundo VIEIRA (1973, 57p.) (...) *a imigração japonesa está estritamente ligada ao avanço da frente de expansão no Oeste do estado de São Paulo (...)*

Como já foi ressaltado, o cultivo do café exigia um grande número de mão-de-obra, assim, inicialmente foram trazidos os imigrantes italianos e espanhóis. Porém, o trabalho livre e assalariado não prendia os trabalhadores a terra por muito tempo, sendo que muitos desses imigrantes descontentes com a situação nos cafezais, ao término do contrato ou mesmo antes, mudavam de fazenda, dirigiam-se para as cidades ou até mesmo retornavam aos seus países de origem. Isso se refletia na elevação dos salários devido à falta de mão-de-obra em períodos importantes como a colheita.

Os próprios fazendeiros de café interessaram-se pela vinda do imigrante japonês por acreditarem que, devido à diferença de linguagem, hábitos e costumes, seria mais fácil controlar seu trabalho e sua fixação nas fazendas se daria de forma mais duradoura.

Considerava-se que este elemento, vindo de tão longe, sem conhecer a língua, etc., não apresentasse a tendência ou encontrasse mais dificuldade em abandonar a fazenda, e assim se fixasse mais, o que viria a contribuir para resolver o problema da falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira. (NOGUEIRA In SAITO & MAEYAMA, 1973, p.60)

Contudo, faz-se importante ressaltar que houve, inicialmente, resistência à entrada de imigrantes asiáticos no Brasil, principalmente por políticos de Santa Catarina e Paraná, pois temiam que poderiam ocorrer perturbações com outros imigrantes já instalados no país. Prova disso é o Decreto n° 528 de 28 de junho de 1890 que abria o Brasil para todas as pessoas válidas e capazes para o trabalho, desde que não estivessem sob processo criminal em seu país de origem, com exceção dos africanos e dos asiáticos. (COMISSÃO, 1992)

Após muita discussão, em 24 de setembro de 1892 foi aprovado o projeto do Senador Monteiro de Barros⁶ que propôs a abertura para a entrada no Brasil dos imigrantes chineses e japoneses, com exceção dos indigentes, piratas e aqueles que estivessem respondendo a processos criminais em seu país de origem. (COMISSÃO, 1992)

Em 24 de setembro de 1892 a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de entrada dos japoneses e chineses no Brasil, e posteriormente com a sanção oficializada por Floriano Peixoto pela Lei número 97 de 05 de outubro⁷ estava solucionado, em parte, o problema da entrada de mão-de-obra imigrante japonesa e chinesa no Brasil.

Outros políticos defendiam a liberdade para a introdução de braços para as lavouras e as Casa do Congresso discutiam tais propostas; os jornais pressionavam, divulgando a falta de mão-de-obra que dificultava os lavradores no desenvolvimento do trabalho. (...) Floriano Peixoto sancionou a Lei número 97 no dia 05 de outubro. Nesse mesmo mês foi criada a Sociedade Mutualidade Agrícola, que visava a contratação de asiáticos para a lavoura e a indústria. Outros órgãos foram ainda criados para o recrutamento dos imigrantes e só então ficou solucionada parcialmente a entrada deles no Brasil. (HASHIMOTO, 1991, p.98.)

Para discorrer sobre o envolvimento do poder público japonês e brasileiro na questão migratória, baseamo-nos em trabalhos sobre a imigração japonesa elaborados por ASARI (1992), VIEIRA (1973), COMISSÃO (1992), NOGUEIRA (1973), SAITO (1961) e SHINDO (1999)

VIEIRA (1973), SAITO (1961) e NOGUEIRA (1973) apresentam, em suas obras, um movimento migratório planejado, subsidiado pelo governo, orientado por empresas particulares e, a partir da década de 1920, cada vez mais

⁶ O projeto do Senador Monteiro de Barros previa certa subvenção do governo brasileiro às companhias introdutórias desde que seus acionistas e organizadores fossem na maioria lavradores ou proprietários rurais a fim de evitar a formação de sociedades com objetivos unicamente especulativos

⁷ A partir dessa data, o Brasil se comprometeu não só a manter relações diplomáticas com a China e o Japão, como também enviar agentes diplomáticos encarregados de fiscalizar o movimento emigratório com destino ao nosso país

politicamente dirigido, onde os contratos assinados pelo governo do Estado de São Paulo com as diferentes companhias particulares japonesas especializadas na colocação de emigrantes nipônicos em diversas partes do globo, tiveram que se enquadrar nas disposições gerais estabelecidas pelo governo da União e do Estado no que dizia respeito à entrada de imigrantes em nosso país.

Em 1907, o secretário da agricultura Carlos Botelho elaborou um relatório, onde informava que havia incumbido Edmundo da Fonseca, Comissário de Imigração, da averiguação em diferentes países sobre o grau de adaptabilidade dos nipônicos. Este relatório enfatizava que não foi obtida nenhuma informação desfavorável ao povo japonês, apenas ressaltava a sua dificuldade em assimilar a cultura do país para o qual emigrava.

Tais informações contribuíram firmemente para que o governo brasileiro aceitasse a vinda de imigrantes japoneses e em 06 de novembro de 1907 foi assinado o contrato entre o governo do Estado de São Paulo e a *Empire Emigration Company*, com sede em Tóquio. Tal contrato estipulava condições quanto ao número de imigrantes, profissão, garantias, subsídios, tipos de acomodação, salários, localização dos imigrantes e aquisição de lotes.

Dessa forma, podemos afirmar que o processo de entrada da mão-de-obra japonesa no Brasil, contou com o auxílio do governo paulista que subsidiou⁸ parte das despesas de viagem, sendo que uma parcela seria paga pelos fazendeiros contratantes e estes seriam reembolsados através de descontos nos salários dos imigrantes.

Em 1913, cinco anos após o início da imigração japonesa no Brasil, o governo paulista resolveu que, devido à desvalorização do café, inflação, dificuldades nos pagamentos dos empréstimos externos e à grande mobilidade dos colonos japoneses, não mais subsidiaria as despesas de viagens dos mesmos. Contudo, as empresas de emigração não deixaram de prosseguir em seus esforços e foi formada a *Brasil Imin Kumiai* (Sociedade de Emigração para o Brasil)

⁸ Com o fito de fomentar o movimento imigratório, o Estado se reservava o direito de dar subsídio às companhias de navegação que oferecessem preços reduzidos pelos imigrantes que se destinassem ao Estado de São Paulo, desembarcassem em Santos constituídos de famílias e que dessem entrada na Hospedaria da Capital. As quantias e o prazo da concessão seriam fixados por decreto, quando ficariam estabelecidas as demais condições. (NOGUEIRA, 1973, p.73)

resultado da fusão da *Toyo Imin Kaisha*, *Morioka Imin Kaisha* e a *Takemura Shokan Kaisha*.

No ano de 1917 foi fundada a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*⁹ mais conhecida por *K.K.K.K.* que passou a monopolizar o aliciamento e a colocação de imigrantes na América do Sul (ressalte-se Peru e Brasil). A partir de novembro de 1923, o contrato de imigração japonesa no Peru foi abolido e no ano seguinte a migração para os Estados Unidos, cessou totalmente¹⁰.

A *K.K.K.K.* torna-se, então, órgão executivo da política de emigração do governo japonês. VIEIRA (1973) destaca que, a partir de 1925, a emigração passa a ser politicamente orientada, pois o governo japonês passa a dar seu apoio à ação das Companhias de Emigração, aprovando a concessão de subsídios integral da passagem marítima para os imigrantes ultramarinos.

Assim, o ano de 1925 marcou para o Japão a mudança da política emigratória passiva para ativa. Essa mudança é evidente se examinarmos o avultar das verbas que o governo passou a destinar aos serviços de emigração. (...) Acontece que, a partir do ano de 1925, quando entrou em vigor a concessão de subsídio integral, o Brasil passou a ser considerado não apenas como o destino de trabalhadores emigrantes que absorve parte do excedente demográfico, mas também como mercado para investimentos. (SAITO, 1961,p.34-35)

É importante inserir o movimento migratório japonês no esquema geral de transformação de trabalho rural paulista com a introdução da empresa agrícola cafeeira e os resultados de sua assimilação e integração dentro do contexto de ocupação do Oeste Paulista.

⁹ Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A. Órgão executivo da política migratória japonesa e no Brasil das Companhias de Colonização especificamente encarregadas de organizar e desenvolver núcleos planejados de colonização, onde várias glebas de terras eram adquiridas, loteadas e em seguida vendidas aos imigrantes diretos ou saídos das fazendas de café.

¹⁰ Outros países da América do Sul recebiam imigrantes japoneses (Argentina, Paraguai, Bolívia) mas seus números eram insignificantes

1.1 A ONDA MIGRATÓRIA JAPONESA

Para uma melhor compreensão acerca do movimento migratório japonês, devemos também considerar o conturbado momento histórico pelo qual passava o Japão nesse mesmo período.

Qualquer análise da imigração japonesa no Brasil deve partir de uma consideração da emigração japonesa inserida no esquema geral do desenvolvimento capitalista do Japão dos fins do século XIX e início do século XX, e, por outro lado, não pode deixar de conjugar esse desenvolvimento com as transformações do sistema de trabalho rural no Estado de São Paulo, com a introdução da empresa agrícola cafeeira e o avanço da frente de expansão no oeste paulista nas primeiras décadas do século XX. (VIEIRA, 1973, p. 23)

Historicamente, o ano de 1868 é tomado como um marco histórico: a Revolução Meiji, que pôs fim a Era Tokugawa (1600-1867) também conhecida como período feudal e sua política isolacionista e dos *shogunatos*. NOGUEIRA (1973) apresenta esse período como o início da Era Meiji (1868-1912), que pôs fim a um longo período de reclusão¹¹ dando partida a transformações profundas tanto no campo político¹², como no econômico e social.

VIEIRA (1973) e RODRIGUES FILHO (1949) afirmam que nos últimos anos da Era Tokugawa, o Japão já iniciara um processo de industrialização com a introdução da tecnologia e de métodos ocidentais¹³ em vários ramos da indústria e, para se acautelar contra a influência econômica externa, procuravam se

¹¹ *O isolamento em que se fechara esse Japão de cultura requintada, de população já densa, com cerca de 30 milhões de almas nas suas três ilhas meridionais de cerca de 290 mil quilômetros quadrados, onde se tinha aproveitado o solo cultivável até o seu último plano, perturbava o espírito inquieto do nosso último e sábio imperador (...) De fato, em 1853, o Japão abria as suas portas ao comércio do ocidente. (RODRIGUES FILHO, 1949, p. 25)*

¹² Do ponto de vista político os autores não são unânimes em classificar o movimento como uma revolução burguesa ou como a implantação de uma monarquia absoluta, mas sem dúvida concordam que foi estabelecido um governo centralizado na figura do Imperador. (NOGUEIRA, 1973)

¹³ Alguns feudos possuíam escolas oficiais de língua e conhecimento holandeses e laboratórios para a aplicação desses conhecimentos.

precarer contra os empréstimos estrangeiros¹⁴ pois (...) temia que o capital estrangeiro pudesse forçar o desenvolvimento econômico do país por canais diferentes daqueles que o Japão devia eleger segundo seus próprios interesses¹⁵.

Dessa forma, os políticos da Era Meiji procuravam fazer a transição de uma economia agrária para uma economia, predominantemente, industrial sendo ao mesmo tempo seu principal promotor, financiador e controlador, buscando a não-subordinação ao capital ocidental evitando a perda de sua soberania nacional¹⁶.

Segundo VIEIRA (1973, p.26):

Os políticos do início da Era Meiji compreenderam que a única maneira de obter a revogação dos Tratados Comerciais era a marcha forçada para a industrialização e que a rapidez dessa marcha era fator de suma importância, pois a transição de uma economia agrária para uma economia predominantemente industrial era a única garantia contra o abuso e a intervenção imperialista das nações ocidentais.

Porém, conforme VIEIRA (1973), é importante ressaltar que nos últimos anos do período feudal o processo de industrialização com o uso de tecnologias ocidentais já se iniciara e, assim, o capital comercial se desenvolvera e surgiram algumas famílias de ricos comerciantes que atuavam em campos tradicionais de atividade: especulação de bens, comércio e empréstimos.

Contudo, no início do período Meiji, essas famílias preferiram manter seus investimentos em campos tradicionais, e o capital privado disponível era inadequado para os propósitos do governo japonês. Coube então ao Governo japonês, papel predominante nos estágios iniciais da industrialização, promovendo, realizando e subsidiando os empreendimentos de maior importância, onde o capital necessário foi obtido com empréstimos internos e pesada taxaço

¹⁴ O Japão se abriu ao comércio internacional pelos Tratados Comerciais de 1858 e 1866, mas realizou apenas dois empréstimos no exterior num período de 25 anos: em 1870 para a construção da 1ª ferrovia japonesa e, em 1873 para fundos de pensões dos senhores feudais e dependentes.

¹⁵ Cf. VIEIRA, 1973, p.26

¹⁶ Como exemplo do que poderia ocorrer caso permitissem a intrusão expansiva do capitalismo ocidental, citavam a China.

no setor agrícola da economia japonesa acentuando a diferença entre populações camponesas pobres e atrasadas e o mundo urbano.(VIEIRA, 1973)

Essa política precavida dos estadistas da Era Meiji imprimiu certas características ao capitalismo japonês: expansão dos empreendimentos estatais, controle e assistência do Estado, e uma desigual distribuição dos impostos com uma acentuada exploração sistemática dos camponeses em favor de uma modernização do setor não-agrário da economia. (SMITH apud VIEIRA, 1973, p.28)

A partir de 1873, pesados impostos territoriais foram estabelecidos por um sistema de pagamento fixo e em moeda, conseqüentemente nos anos que se seguiram à posição dos lavradores foi se deteriorando com a perda de suas terras cultiváveis através da venda ou do confisco, devido ao não pagamento das taxas, com um número crescente de arrendatários e se agravando com a perda de fontes de fertilizantes e madeira para combustível.

O setor agrícola passou a ser duramente atingido com as pesadas tributações sobre a terra, ocorrendo confiscos e conseqüentemente um contingente crescente de ex-proprietários inadimplentes e arrendatários espoliados de seu meio de produção procurando novas formas de sobrevivência.

Com a reforma tributária de 1873, os tributos antes pagos em espécie foram reformulados para o pagamento em dinheiro. O reflexo desta medida pode ser observado no fato de entre 1883 e 1890 nada menos de 367.000 lavradores terem perdido suas propriedades pelo confisco e, entre 1884 e 1886, 1/7 de todo o território arável ter sido perdido por hipotecas. O governo japonês procurou solucionar o problema, incentivando a imigração para 'Hokkaido', então em colonização, para evitar a emigração. Entretanto, o agravamento da situação de penúria no campo levou o governo à não mais impedir a saída de seus compatriotas para o exterior. (NOGUEIRA,1973,p.23)

Somado a esses fatos havia também, um antigo costume japonês, onde uma família proprietária de um lote de terra em que houvesse mais de um filho, garantiria ao primogênito (chamado filho-sucessor) – quando este contraísse

matrimônio – o direito de assumir a propriedade rural e o dever de cuidar dos pais durante a velhice¹⁷. Dessa forma os demais irmãos (filhos não-sucessores) deveriam procurar trabalho e sobrevivência em outros “destinos”.

É uma prática muito comum na zona rural do Japão a posse, por parte do filho sucessor, de toda a propriedade enquanto outros filhos, sem receber nenhuma parcela dos bens, deixam a casa dos pais em procura de sua própria fortuna em algum lugar. Em compensação, estes recebem a educação escolar, cujo grau depende da economia da família e das inclinações pessoais do seu pai.
(STANIFORD In SAITO & MAEYAMA, 1973, p.34)

Caso permanecessem em suas comunidades natais, os não-sucessores e os agricultores pobres possuíam as seguintes alternativas: 1) aqueles que nasceram em famílias ricas, poderiam tornar-se “família derivada” ao receber uma porção de propriedade da “família-tronco”; 2) adquirir a posição de “sucessor” ao ser adotado ou casar-se com uma moça em cuja família não tenha nascido nenhum filho; 3) ser adotado por uma família abastada; 4) tornar-se colono arrendatário; 5) encontrar emprego na cidade ou trabalhos sazonais em outras áreas rurais; 6) caso a pessoa tenha algum problema de ordem física ou mental, permanecerá na família como solteiro.

Tais fatos contribuíram para a explosão dos movimentos migratórios incentivados em grande escala pelo próprio governo japonês.

VIEIRA (1973) trabalha muito bem a questão do processo de industrialização do Japão e aponta como suas características principais:

- O interesse do governo demonstrado pelas facilidades concedidas aos investidores particulares¹⁸;
- O grande controle governamental da vida econômica do Japão;
- A criação de um novo sistema educacional¹⁹ com a lei de ensino obrigatório em todo o território nacional (em 1872), onde os municípios,

¹⁷ STANDFORD, Philip. Nihon ni itemo shoganai. p. 35-36

¹⁸ Interessado no desenvolvimento industrial, o governo japonês procurou atrair o capital privado concedendo empréstimos a juros baixos e generosos subsídios aos donos desse capital

vilas e aldeias ficavam responsáveis pela construção, manutenção das escolas e remuneração dos professores²⁰;

- O crescimento populacional e uma acentuada urbanização.

É importante ressaltar que a Era Meiji caracterizou-se, também, por ser um período em que houve um crescimento acelerado da população japonesa cujos números impressionam: em 1880, 36.359.000 habitantes; em 1890, 40.453.000 habitantes; em 1900, 44.826.000 habitantes e em 1910, 50.985.000 habitantes. Tal crescimento era considerado um fator de grande importância para o desenvolvimento do país, assim, o governo japonês tomou medidas para impulsionar essa expansão demográfica com melhorias na organização médico-hospitalar, vacinação e assistência em geral. (NOGUEIRA, 1973)

Esse crescimento leva a uma redistribuição entre as regiões e áreas urbanizadas, levando a um movimento migratório inicialmente tímido e interno que culminou com o processo de emigração para o Brasil.

Segundo VIEIRA (1973), inicialmente, o movimento migratório foi predominantemente interno com mão-de-obra “expelida” das regiões agrícolas para as regiões urbanizadas. A medida que o crescimento populacional vai se acentuando, as migrações passaram a um raio mais amplo, deixando de ser apenas uma redistribuição da população entre as regiões das três principais ilhas japonesas²¹, estendendo-se para as chamadas regiões de fronteira Hokkaido²² e Okinawa²³ consideradas centro de expansão do território nacional.

Assumindo características de uma expansão imperialista apresentada como solução para problemas demográficos e econômicos, a migração da população

¹⁹ Esse novo sistema educacional aplicava os conhecimentos médicos ocidentais, mantinha estudantes no exterior, expandia e equipava as forças militares e navais e desenvolvia um plano de aproveitamento de novas regiões.

²⁰ Cf. Comissão, 1992, p.28.

²¹ Honshu, Kyushu e Shikoku

²² Parte integral do Japão, colonizada a partir de 1872.

²³ As ilhas Ryukyu (Okinawa) foram anexadas em 1879, quando o arquipélago passa a ser uma província japonesa de fronteira.

japonesa não se limitou às áreas de fronteira e, a partir da Guerra Sino-Japonesa, foram anexados Taiwan (Formosa), Karafuto, Coréia e Manchúria²⁴.

VIEIRA (1973) identifica que na área do desenvolvimento econômico ampliado ocupam lugar de destaque as migrações japonesas para o exterior: Filipinas, Hawaii, Canadá, E.U.A²⁵, Peru²⁶ e, finalmente, Brasil. E acrescenta que:

Se considerarmos a migração apenas como técnica resolutive do problema demográfico de um país superpovoado, esse movimento migratório é pouco significativo mas, se virmos a emigração em termos de suas implicações econômicas, sociais e políticas, esse total assume outra importância do ponto de vista prático e teórico. Os emigrantes que se dirigiam para essas áreas fora do controle político japonês provinham (...) de níveis socioeconômicos inferiores e de áreas menos desenvolvidas e predominantemente agrícolas (...) (VIEIRA, 1973, p. 33)

Nesta altura, é necessário notar que a emigração do agricultor japonês para as regiões do Império Japonês diferiu, de maneira marcante, daquela ocorrida no hemisfério ocidental. Enquanto que a primeira foi resultado de uma política governamental consciente e vigorosa para consolidar o controle político sobre povos conquistados, a emigração para o hemisfério ocidental resultou de um movimento voluntário de indivíduos da zona rural ou de famílias cujo principal objetivo era fazer sua própria fortuna. (SAITO, 1973, 39p.)

Recrutadores, agências do governo e funcionários de prefeituras veiculavam informações sobre a emigração através de palestras e publicações, além de cartazes fixados em várias partes do país convidando os japoneses a emigrarem para a América do Sul. Os emigrantes eram encaminhados por

²⁴ De 1905 a 1931 (Guerra Russo-Japonesa) houveram grandes esquemas de colonização elaborados pelo governo japonês na região.

²⁵ Um rico painel de exposições sobre o imigrante japonês e o processo de sua integração nos países receptores da América do Norte pode ser encontrado nos artigos de: KITANO, Harry H. L. Japoneses nos Estados Unidos. p. 185-194. ; MAKABE, Tomoko. Japoneses no Canadá p. 195 a 214

²⁶ FUKUMOTO, Mary. Americanidad de los “nikkei” em las Americas. p. 81-116.

companhias de emigração, com contrato de trabalho agrícola e recrutados por meio de ativa propaganda no Japão. (vide foto 1)



Foto 1 – Cartazes utilizados para propaganda convidando os japoneses a emigrarem para o Brasil
 Fonte: Museu da Imigração (agosto de 2000)
 Autora: Edilene M.M. Takenaka

Segundo VIEIRA (1973) e SAITO (1961), esse processo de emigração orientado pelo governo japonês, inicialmente interno e mais tarde alcançando o hemisfério ocidental, tinha como certo o surgimento de novos pontos comerciais, ampliando o mercado de atuação da economia japonesa.

1.2 A REALIDADE ENCONTRADA DO OUTRO LADO DO MUNDO

A primeira leva de imigrantes japoneses para o Brasil chegou em 1908, quando, o círculo de fazendeiros paulistas mostrava-se profundamente interessado na introdução de colonos japoneses nas lavouras cafeeiras, uma vez que a imigração italiana havia sido suspensa, agravando a falta de mão-de-obra nos cafezais.

O Correio Paulistano do dia 26 de junho de 1908 publicou um artigo de autoria do então inspetor da Secretaria de Agricultura – órgão que dirigia a política migratória do governo do Estado – Sr. J. Amâncio Sobral, onde tratava de maneira bastante objetiva o comportamento, atitudes e grau de alfabetização dos novos imigrantes com o seguinte título: Os japoneses em S.Paulo. Transcrevemos agora alguns trechos:

(...) Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, (...) Os imigrantes vieram de onze províncias diferentes, que são as seguintes: Tóquio, Fukuchima, Kagochima, Kumamôto, Okinawa, Ekimé, Yamaguchi, Hirochima, Cochi, Niigata e Yamanachi. (...) Estavam todos, homens e mulheres vestidos á europea (...) trazem calçado (botinas, bordeguins e sapatos) baratos, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias, e traziam no peito as suas condecorações. (...) muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequena haste de bambú (...) uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auri-verde (...) Esta primeira leva de imigrantes japoneses entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.

Segundo SHINDO (1999), os imigrantes japoneses sentiram o primeiro impacto ao avistarem o porto de Santos e não encontrarem nenhuma alameda de coqueiros como imaginaram. Após o desembarque, os imigrantes deixavam o cais do porto em trem com destino à Hospedaria dos Imigrantes, onde se depararam com costumes diferentes e tomaram o amargo do café pela primeira vez.

BEIGUELMAN (1977), PRADO JÚNIOR (1987), VIEIRA (1975), NOGUEIRA (1973) e SHINDO (1999) caracterizam a Hospedaria dos Imigrantes como uma construção imponente que ocupava a maior parte de um quarteirão, dispunha de um desvio da ferrovia com plataforma para descarregar imigrantes e suas bagagens. Havia em suas dependências escritórios, casa de câmbio, dispensário médico, cozinhas, refeitórios e áreas de armazenagem, além de dormitórios e salas para encontros com futuros empregadores. Na maioria dos casos, os recém-chegados poderiam permanecer por quatro a oito dias e, depois de

contratado para trabalhar, o imigrante recebia para a viagem uma ração de pão e salame para cada membro da família, na noite antes da partida para o interior.

Atualmente, o conjunto arquitetônico da Hospedaria do Imigrante é um monumento histórico tombado²⁷ pelo CONDEPHAAT²⁸, onde se situa o Centro Histórico do Imigrante e o Museu da Imigração²⁹.

Ao chegarem a Santos, os imigrantes eram encaminhados em 'vagões fechados' para São Paulo, para a Hospedaria dos Imigrantes (...) No dia seguinte (...) eram embarcados (...), em vagões trancados que os levaram às fazendas onde os esperava contrato de trabalho de um ano. (VIEIRA,1975, p.63)

Os primeiros imigrantes japoneses foram divididos em seis grupos e, acompanhados por cinco intérpretes e pelo intérprete oficial Kojiro Miura, funcionário do consulado, seguiram para seis fazendas localizadas ao longo da Estrada de Ferro Mogiana e os anos que se seguiram a essa abertura cumpriram sempre as etapas citadas e os locais de destino obedeciam à disposição das Estradas de Ferro.

Para que atendessem às necessidades das lavouras de café havia certas exigências a serem cumpridas como por exemplo a constituição das famílias por, no mínimo três elementos aptos a servir, isto é, indivíduos válidos entre 12 e 50 anos. Tal exigência obrigou, muitas vezes, à formação de “famílias compostas”, onde eram adotados filhos de outras famílias ou agregados um ou mais trabalhadores sem laços de parentesco. As crianças menores de 12 anos eram bem vistas, uma vez que serviriam para engrossar a oferta de mão-de-obra nos anos

²⁷ Cf Resolução n ° 23 de 11 de julho de 1980, publicado no Diário Oficial de 12 de julho de 1980.

²⁸ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

²⁹ A musealização dos espaços da antiga Hospedaria dos Imigrantes é a melhor forma de preservar esse patrimônio arquitetônico e cultural. Nesse espaço temos em funcionamento o Memorial do Imigrante, órgão vinculado ao Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura de São Paulo, criado em 06 de abril de 1998, composto pelo Museu da Imigração e pelo Centro de Pesquisa e Documentação, além do Núcleo Histórico dos Transportes e Núcleo de Estudos e Tradições.

futuros. Outro hábito freqüente era o casamento meramente fictício, nos casos mais extremos e, em seguida, a inclusão de irmãos e sobrinhos do casal.

As famílias, em sua grande maioria de 3 elementos (número mínimo exigido em contrato) aptos ao trabalho eram muitas do tipo de “famílias compostas” na terminologia de Hiroshi Saito, isto é, contavam com elementos sem laços sanguíneos com os demais. (...) os imigrantes lançavam mão dessa prática muitas vezes para se enquadrarem nas exigências contratuais quanto ao número mínimo de elementos por família aptos ao trabalho (...) desta maneira eram incorporadas a uma família pessoas estranhas a ela, aparentadas ou não.(NOGUEIRA, 1973, p.79)

O uso desse artifício para preencher a condição de “3 enxadas” por família, trouxe problemas como desavenças e desentendimentos que poderiam resultar em desmembramento das famílias após a chegada nas fazendas de café.

Em relação aos subsídios à política migratória, SHINDO (1999) e VIEIRA (1975) enfatizam que o governo do Estado de São Paulo oferecia uma subvenção de 100 ienes por pessoa como ajuda de custo de transporte, dos quais 40 ienes teriam de ser reembolsados pelos imigrantes com seu trabalho nas fazendas –os fazendeiros teriam de arcar com essas despesas até que os imigrantes pudessem pagar; o prazo de duração do contrato de trabalho na fazenda era de seis meses ou de um ano; após cumprirem o contrato, os imigrantes teriam o direito de adquirir terras, pagas em prestações anuais, formar colônias e tornar-se independentes.

No Brasil, o movimento migratório foi planejado, subsidiado pelo governo, orientado por empresas particulares e, a partir da década de 20, cada vez mais politicamente dirigido. Os emigrantes desde o início, eram encaminhados por Companhias de Emigração, com contrato de trabalho agrícola e recrutados por meio de ativa propaganda no Japão (...) e na sua quase totalidade encaravam a emigração como temporária. (VIEIRA, 1973, p. 33-34)

Os imigrantes acreditavam que, no período de seis meses a um ano, conseguiriam pagar os 40 ienes ao fazendeiro e depois disso, uma nova vida lhes estaria assegurada. Contudo, a realidade encontrada era bem diferente daquela apresentada pelas propagandas divulgadas no Japão.

Devido à propaganda divulgada, acreditava-se que com o “pé de café que dizem dar ouro”, cada membro da família podia receber 1 iene e 20 *sens* a cada dia de trabalho. Multiplicando esse valor por 3, que era a média por família (a exigência de “3 enxadas”), totalizaria 3 ienes e 60 *sens* diários. (SHINDO, 1999)

SAITO (1961) E COMISSÃO (1992) citam, apenas como parâmetro de comparação, que na mesma época, no Japão, o operário que trabalhava na pedreira – considerado o operário mais bem remunerado -, recebia cerca de 50 a 60 *sens* por dia, um carpinteiro ganhava diária de 40 *sens* e um trabalhador rural diarista recebia apenas 20 *sens*. Tais dados reforçavam os sonhos de enriquecimento do imigrante japonês no Brasil.

Entretanto, a realidade era bem adversa: era difícil colher até mesmo 1 a 2 sacos por três pessoas de uma família, o que rendia uma diária de cerca de 60 *sens*, bem abaixo do que o esperado e divulgado, gerando insatisfação entre os colonos.

O desengano gerou insatisfação e a busca em juntar a quantia necessária para saldar suas dívidas agravou as relações de trabalho, onde muitas vezes abandonavam as fazendas e em outros casos viviam com extrema parcimônia sacrificando a alimentação e sujeitando-se a trabalhos pesados adotando um ritmo de trabalho árduo, onde sacrificava domingos e feriados, além da utilização da mão-de-obra da mulher e das crianças e abstendo-se do lazer entre outras colônias. (COMISSÃO, 1992)

Essa atitude fechada do grupo trouxe algumas reações de rejeição por parte de imigrantes de outras nacionalidades³⁰ criando um estado de angústia que fazia

³⁰ SCHADEN, Egon. Imigrantes alemães e japoneses: uma visão comparativa, 1980, p.135-152.

KAWAI, Takeo. Italianos e sírio-libaneses: uma visão comparativa com os japoneses, 1980, p.153 a 172

com que ele buscasse compensação no culto aos ídolos da Mãe-Pátria, à medida que aumentava a sua tendência à fixação³¹.

Junto a essa busca de compensação, registramos também a característica de resistência adotada por esse grupo que, apesar das adversidades encontradas, se recusava a retornar à sua nação de origem sem antes alcançar os objetivos a que se propôs. Portanto, nas raras ocasiões em que era possível ter contato com amigos e familiares, era muito comum escrever relatando sobre seus sucessos ou fracassos, criando um canal secundário de veiculação, onde mensagens positivas encorajavam novas emigrações e mensagens negativas tinham um efeito contrário. A distância permitia que essas chamadas “redes de amizade” funcionassem como um efeito catarse, os que estavam no Brasil, muitas vezes, passavam a impressão de felicidade e sucesso para que seus amigos e parentes que ficaram no Japão não se preocupassem com seu destino.

Algumas famílias de descendentes de japoneses situadas no município de Álvares Machado, quando entrevistadas citaram o fato de não terem guardado essas cartas ou quaisquer documentos, pois o período que se seguiu ao início da Segunda Guerra Mundial teve como um fato marcante a proibição de documentos escritos em língua japonesa. Para que não sofressem nenhum tipo de penalidade, esses documentos, muitas vezes eram queimados ou enterrados em algum lugar do quintal ou da casa e, com o passar do tempo eram esquecidos ou destruídos.

Em relação a essas cartas trocadas entre Brasil-Japão, faz-se interessante relatar que, em vários casos houve aqueles que não tendo forças para admitir o fracasso na sua tentativa de enriquecimento, omitiam os detalhes negativos de sua aventura no Brasil. O que contribuía para a disseminação de idéias divergentes da realidade brasileira e encorajava novas levas de emigrantes.

³¹ MIYAO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa, 1980, p. 91 a 100

CAPÍTULO 2 – O IMIGRANTE JAPONÊS NO OESTE PAULISTA

O Oeste do Estado de São Paulo, segundo ABREU (1972), era uma área selvagem cruzada por bandeirantes e habitada por índios e lavradores brasileiros que produziam alimentos, gado e açúcar. As primeiras a afluírem à região eram originárias do Sul de Minas durante e após a Guerra do Paraguai (séc. XIX), com o esgotamento das reservas de ouro dos vales dos rios Verde e Sapucaí. Por volta de 1880, o café começa a ser cultivado no planalto ocidental de São Paulo, ao mesmo tempo em que se desenvolve no Vale do Paraíba.

A ferrovia foi uma das vigas da infra-estrutura da economia cafeeira, significando transporte rápido, seguro e barato para o café, além de comunicação fácil com outros grandes centros.

(...) No caso do extremo oeste de São Paulo, somam-se outras circunstâncias: a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os núcleos urbanos. (ABREU, 1972:38)

Inicialmente o cultivo do café desenvolveu-se no Estado de São Paulo - Jundiaí e Campinas – seguindo as estradas de ferro, porém a má utilização do solo acarretou seu esgotamento prematuro e levou a um decréscimo na produção cafeeira. É a partir daí que se inicia o movimento de colonização para o Oeste Paulista, com o começo de uma nova zona cafeeira expandindo-se em direção ao Oeste pelo Vale do Paranapanema. (HOLLOWAY, 1984)

A estrada de ferro citada e a região a que ela serviu tornou-se conhecida como a Alta Sorocabana³².

³² A Estrada de Ferro Sorocabana foi fundada em 1872, o primeiro trecho da linha foi aberto em 1875 até Sorocaba; a linha tronco se expandiu até 1922, quando atingiu Presidente Epitácio, não sem antes construir vários ramais. A Estação Ferroviária de Álvares Machado foi inaugurada

O período compreendido entre 1880 e 1930 foi a época em que o Oeste de São Paulo predominou entre as áreas produtoras de café no mundo. E, conforme relata HOLLOWAY (1984), as condições naturais dessa área são excelentes para o café: uma camada de lava diábase, que um dia a cobriu, se compôs num solo poroso, rico em ferro e potássio, de que a planta necessita. Em algumas áreas há a presença da chamada terra roxa, em outras o massapê e salmourão. As fazendas espalham-se por muitos tipos de solos e apresentam o clima favorável ao cultivo do café.

Segundo, CARDOSO (1998), o início do século XX foi um período de grande expansão agrícola e prosperidade para o Estado de São Paulo, uma vez que o café, ao conquistar novas áreas, provocou um surto de urbanização e progresso, onde o caráter empresarial dessa monocultura exige que se faça surgir uma rede de serviços, de comunicação e de comércio paralela ao surgimento de novas fazendas, estradas e cidades, comumente acompanhadas pelo avanço dos trilhos das ferrovias.

Atrás do café e por vezes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas as colônias estrangeiras e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rapidamente, sem tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante fortes para resistir desde logo às vicissitudes da marcha vertiginosa e fatigante. (MILLIET Apud CARDOSO, 1998, P.38)

VIEIRA (1973, p.57) afirma que a migração japonesa está estreitamente ligada ao avanço da frente de expansão³³ no oeste do Estado de São Paulo (...) *uma e outra condicionadas pela expansão da agricultura comercial do café.*

Para CARDOSO (1998), a introdução do imigrante no Oeste Paulista pode ser assimilada à utilização do trabalho assalariado na agricultura em larga escala e é condição fundamental para as transformações no sistema econômico brasileiro.

inicialmente com o nome de Estação Brejão no dia 26/02/1919, um mês meio após a abertura da estação de Presidente Prudente.

³³ Sobre os conceitos de frente de expansão e frente pioneira ver: MARTINS, José. Capitalismo e tradicionalismo, 1967. MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, 1998.

Por isso, os imigrantes são importantes personagens deste progresso, dinamizando o mercado interno ‘quer como consumidores-assalariados, quer como pequenos empresários e também consumidores’.

Segundo SALGADO Apud ANTÔNIO (1984:63-64) :

O prosseguimento da marcha cafeeira no sentido oeste foi marcado pela ausência de terras roxas; contudo, as virgens terras areníticas dos espigões, repletas de padrões de terra boa – paus-d’alho, figueira branca – continuaram a atrair interessados no maior empreendimento da época, que era a lavoura cafeeira. Realmente esboçava-se uma grande diferença regional quanto aos rendimentos cafeeiros, isto é, enquanto as zonas velhas do Estado produziam umas 30 arrobas por mil pés, as zonas novas forneciam 100 a 350. Por outro lado, a estrutura agrária do Oeste Paulista das primeiras 4 décadas deste século, permitiu novas possibilidades aos imigrantes estrangeiros e nacionais (...) bem diferentes das encontradas nas zonas velhas do Estado.

ABREU (1972) contribui para a citação acima ao afirmar que nessa parte do Estado de São Paulo surgiu um sistema de vendas mais dinâmico, identificado como loteamento, na qual especuladores retalhavam as terras em pequenas propriedades e as vendiam a prazo para a população rural das chamadas “zonas velhas”. Além do elemento nacional, havia um comprador em potencial para esses lotes de terra: o imigrante que, com os recursos trazidos ou com o montante amealhado no trabalho nas fazendas, procurava realizar o grande sonho de transformar-se em um proprietário de terras.

Esta procura de terras virgens para o café por pessoas de poucas posses ajuda a explicar o aparecimento dos loteamentos, sem contar as companhias estrangeiras que se formaram com o intuito de adquirir grandes glebas e formar colônias em lotes para localizar os imigrantes de seus países. (ABREU, 1972:37)

A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento da Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como pontos

de apoio para a exploração econômica da região.
(ABREU, 1972:42)

No caso do imigrante japonês, fatores como o trato nas fazendas, a difícil adaptação aos hábitos e costumes da pátria acolhedora, a luta contra as doenças, as diferenças alimentares e a busca de melhores condições contribuíram para a sua mobilidade, o que contribuiu para a disseminação da cultura japonesa por várias regiões³⁴ do Brasil, principalmente no Oeste do Estado de São Paulo.

2.1 A BUSCA DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

A forma como os fazendeiros, em sua maioria, tratavam o colono em suas terras era desanimador para muitos, pois acostumados ao trato com escravos, ofereciam condições de moradia precárias³⁵ e o pesado trabalho nas fazendas era feito sob a supervisão de um “fiscal” estrangeiro. Quando as fazendas possuíam um intérprete ou um fiscal japonês a comunicação tornava-se mais fácil, porém a inexistência destes dificultava o bom entrosamento entre as partes³⁶.

A remuneração baixa gerava descontentamento, pois era muito inferior àquela divulgada em propagandas³⁷ e as dívidas acumuladas nos armazéns da fazenda³⁸ restringiam ainda mais os seus ganhos.

³⁴ Existe uma vasta bibliografia sobre a imigração japonesa em outras regiões do Brasil, seu processo de aculturação e miscigenação. Para fins de informação citamos algumas obras: VALENTE, 1978; KOKICHI, 1958; KOYAMA, 1980

³⁵ A fazenda de café (então chamada ‘terra de lavoura’) era constituída pelo escritório, pela sede, pela casa do administrador, pelo terreiro, pela máquina seletora de café e demais setores, incluindo o pomar. Em outra parte havia a concentração das casas dos colonos que se dispunham em fileiras de dez, vinte ou mais, e formavam a chamada colônia, cortiços que podiam abrigar duas ou três famílias. Havia casas da madeira e de tijolos, o chão era , em sua maioria, de terra batida, sem camas e apresentavam precárias condições de higiene. (HANDA, T. Memórias de um imigrante japonês. 1980, p.30)

³⁶ As dificuldades de entendimento entre imigrantes e a administração da fazenda devido à barreira do idioma e também à total diferença de usos e costumes contribuíram para agravar a situação de descontentamento por parte dos imigrantes japoneses.

³⁷ Cf. item 1.3

³⁸ Os imigrantes abasteciam suas casas com compras realizadas nos armazéns das fazendas e o valor dessas compras era debitado no momento em que fosse receber o seu pagamento pelo administrador da fazenda. Tal situação gerava certo descontentamento, pois o colono se via preso a um sistema que tolhia o seu direito à livre escolha, ficando sujeito aos preços e imposições dos fazendeiros.

O que se podia comprar no armazém da fazenda se limitava a arroz de sequeiro, que, cozido, ficava solto (os japoneses não gostam); feijão, bacalhau seco, carne-seca, sardinha salgada, poucas coisas mais. Itens alimentícios que as mulheres levariam muito tempo para aprender a preparar corretamente. E não havia como adquirir verduras, elemento importante na alimentação dos japoneses. Improvisava-se, então, sopa com ingredientes encontrados no mato ou no campo como picão, caruru, maxixe; e o mamão verde salgado substituíam os tradicionais 'tsukemono' (pickles japoneses). (COMISSÃO, 1992, p.73)

Segundo SHINDO (1999) E COMISSÃO (1992), a má alimentação devido às diferenças culturais e à dificuldade em diversificar o preparo dos alimentos com produtos mais palatáveis ao japonês trouxe, como consequência, uma subnutrição generalizada, advindo daí o desenvolvimento defeituoso e a morte de crianças, bem como problemas com diarreias, tuberculose pulmonar, grande incidência de malária e surtos de gripe espanhola, vitimando muitos colonos.

As doenças que acometiam os colonos chegavam, por vezes, a infectar famílias inteiras diminuindo o número de braços na lavoura e, conseqüentemente, os ganhos diários.

As provações dos imigrantes novatos chegavam ao extremo quando a família inteira adoecia e ficava acamada, ou quando morria uma criança ou seus pais. Imagino que, sem poder chamar um médico de confiança e sem conseguir dar o tratamento e a alimentação necessários, devem ter sentido o coração partir-se. Com o que ganhavam, não podiam apelar para médico senão em casos extremos, nem assisti-los convenientemente para não atrasar os serviços. (SHINDO, 1999, 21p.)

Não há registros que identifiquem com exatidão o momento em que o colono japonês passa da condição de contratado para lavrador autônomo ou independente. SAITO (1973), SAITO (1961), SHINDO (1999) e COMISSÃO (1992), concordam em que, passados os primeiros anos, o colono começa a aprender sobre a prática agrícola e a situação brasileira, e o sonho de

enriquecimento rápido colhendo com as próprias mãos os grãos do cafezal vai-se esvaindo aos poucos.

Ocorreram vários casos de fugas das fazendas durante a noite de famílias inteiras ou de agregados que, sentindo-se enganados pelas propagandas divulgadas e pela Companhia de Colonização, não se sentiam na obrigação de cumprir o contrato assinado.

(...), a vida dura de trabalhador contratado fez com que o imigrante visse nascer no seu íntimo o ardente desejo de independência econômica. Se, porventura, a situação das fazendas fosse tão maravilhosa como fazia crer a propaganda das empresas de emigração e seus agentes, dentro de poucos anos quase todos os imigrantes teriam retornado à pátria, com dezenas ou centenas de milhares de yens no bolso (...), se na fase de colonos das fazendas eles tivessem conseguido sucesso e a maioria tivesse regressado à terra natal, teria sido improvável a estruturação – no correr de oito décadas – da atual comunidade nipo-brasileira, chamada Colônia Japonesa (...) (COMISSÃO, 1992, 78p.)

O problema da não-fixação do colono japonês assemelhava-se ao ocorrido com elementos de outras nacionalidades. Muitos imigrantes não eram realmente agricultores em seu país de origem e sua adaptação ao trabalho agrícola era mais dolorosa, assim, na primeira oportunidade abandonavam o campo e seguiam para as cidades para exercer outras profissões como empregados domésticos, copeiros, marceneiros, carpinteiros, etc.

A peculiar formação das famílias, as chamadas “famílias compostas”³⁹, contribuíram para agravar alguns problemas relacionados à fixação e ao endividamento dos colonos.

Segundo SHINDO (1999), a falta de laços sanguíneos fazia com que elementos de uma “família composta” se desentendessem por motivos

³⁹ *As companhias de emigração estimulavam a formação da ‘família composta’ com o intuito de melhor satisfazer aos requisitos exigidos pelos países receptores. Essa prática da família composta persistiu até por volta de 1924, quando o Governo japonês passou a subsidiar as passagens marítimas de imigrantes para o Brasil.* (SAITO, 1956, p.52)

considerados simples e banais⁴⁰. Tal fato se agravava quando os agregados, ao deixarem as fazendas, não saldavam as suas dívidas complicando a situação da “família composta” a que pertenciam, pois a mesma era responsável pelas dívidas da família como um todo.

Em algumas fazendas, onde os colonos cumpriam os termos do contrato, os fazendeiros costumavam ceder, mediante pagamento simbólico ou gratuitamente, parte das terras ainda inexploradas para o cultivo das famílias. É interessante ressaltar que, refletindo as suas origens, onde a porcentagem de agricultores sempre foi muito maior que a de criadores, os colonos japoneses dedicaram-se com maior afinco ao cultivo de arroz, feijão, milho e hortaliças, esboçando pouco interesse pela criação. Em muitos casos, o rendimento obtido permitia o acúmulo de certo capital, que mais tarde possibilitaria a independência econômica desses colonos através do arrendamento ou da aquisição de terras. (COMISSÃO, 1992)

Podemos dizer que, no caso da lavoura em terra arrendada, o imigrante ainda não possuía reserva financeira suficiente para a aquisição de terra, mas acreditava em seu potencial para cultivá-la e retirar dela o seu sustento.

Outra forma de busca da independência econômica era o sistema de parceria agrícola, onde as despesas até a colheita eram pagas pelo proprietário e a receita obtida com a venda do produto era dividida entre o dono da terra e o colono arrendatário.

O colono japonês tinha uma outra alternativa em sua busca incessante de sucesso financeiro: tornar-se um profissional “formador-contratista”, que mediante um prazo estipulado de 4 ou 6 anos – a maioria era de 6 anos - se encarregava de formar o cafezal para o proprietário auferindo as receitas das culturas intercalares e da receita da venda do café a partir do quarto ano. KAGEYAMA (1986) chamava esses profissionais de “formadores de fazendas”, marcando um período muito importante para a expansão da lavoura cafeeira na frente de expansão paulista.

⁴⁰ Desde questões financeiras até a simples divisão de tarefas ou divergência de opiniões sobre assuntos considerados banais poderiam resultar em sérias desavenças entre os ‘familiares’.

Em muitos casos, o capital acumulado permitiu a compra de pequenas propriedades⁴¹ através dos loteamentos oferecidos nas frentes pioneiras.

Importante ressaltar que o imigrante japonês, em alguns casos, trazia algum dinheiro de seu país de origem. Porém, na maioria dos casos, ele procurava seu progresso econômico – base de seus objetivos migratórios – através de etapas mais independentes e de melhores condições de vida e de trabalho, desembocando na aquisição de um lote de terra nas chamadas frentes pioneiras tornando-se assim, um sitiante autônomo.(TSUKAMOTO In SAITO;1973; 21p.)

SHINDO (1999), SAITO (1961), SAITO (1973) e VIEIRA (1973) identificaram em suas pesquisas alguns tipos de formação de núcleos coloniais japoneses no Brasil que podem explicar a situação atual da colônia nipônica brasileira:

- 1) Quando os imigrantes constituem um pequeno agrupamento em determinada área em forma de “geração espontânea” e com o passar do tempo há um aumento no número de patrícios que adquirem terra nessa área alcançando proporções consideráveis. São exemplos as colônias Mairiporã, Suzano e Mogi das Cruzes.
- 2) Quando os colonos adquirem, ainda no Japão, o terreno no Brasil e depois emigram. Segundo os autores citados, foram poucas as ocorrências nessas condições.
- 3) Quando a existência era efêmera, pois as colônias formavam-se a partir da concentração de japoneses arrendatários para cultivar algodão e, como não havia a propriedade da terra, desapareciam por motivos diversos. São exemplos as colônias nas regiões da Araraquara e Douradense – ferrovias que foram extintas.
- 4) Quando a formação das colônias se deram nos núcleos oficiais do governo federal ou estadual. São exemplos as colônias de Primeira e Segunda Monção formadas antes da II Grande Guerra e no Pós-guerra,

⁴¹ Cf. CARDOSO, 1998, p.55.

as colônias de Itaberaba e Una no estado da Bahia, Dourados em Mato Grosso e Guamá e Monte alegre na região amazônica.

- 5) Quando o processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo e norte do Paraná tornou-se premente, foi iniciado o sistema de venda de lotes em matas virgens de grandes propriedades. São exemplos as colônias de Hirano, Tokyo, Brejão, Vai-Bem e outras.

O presente trabalho aborda o município de Álvares Machado situado no Oeste Paulista⁴², zona de expansão da cultura cafeeira no início do século XX e destino dos movimentos migratórios para abastecimento da mão-de-obra necessária à sua expansão, destaca-se entre os municípios que compõem a Alta Sorocabana, cuja formação da colônia nipônica de nome Brejão iniciada em 1918, deu-se pelo último tipo apresentado, quando se formavam colônias por meio de compra de lotes resultantes da divisão de extensas áreas de terras com a participação de elementos pioneiros ou pessoas previdentes e ambiciosas, capazes de perceber as futuras possibilidades de terras novas⁴³.

SAITO (1961, 124-125p.) relata o seguinte depoimento de um imigrante da primeira leva originário da província de Fukushima:

Na Fazenda Dumont ganhava-se 800 réis pela colheita de um saco de café. Eu e minha mulher com esforço sôbre-humano apanhávamos dois sacos. Porém, como era mais vantajoso, eu trabalhava como assalariado no terreiro e minha mulher como “catadora” na máquina de beneficiar café. As 52 famílias, que para cá vieram (...) resolveram deixar a fazenda e voltar para a Hospedaria de Imigrantes (...)
Após dez dias de alojamento na Hospedaria, (...) fomos encaminhados para a Fazenda Sobrado (...) aqui as condições de trabalho eram mais amenas; colhíamos 4

⁴² Cf. Mapa 1 item 2.2 neste capítulo.

⁴³ PETRONE (1982, p.32) aponta o fato de que a formação de núcleos coloniais traria a valorização de terras desocupadas, pois “os colonos com seu trabalho conseguiram tornar a área segura, valorizando e integrando-a economicamente (...) Sendo portanto, a valorização fundiária apontada como um dos objetivos constantes em toda a história da imigração do século XIX e meados do século XX”

sacos de café por dia, portanto gostamos dêste lugar e resolvemos continuar como colonos.(...)

A partir do ano seguinte conseguimos enviar para o Japão cerca de 500 mil-réis todos os anos. O valor do mil-réis oscilava muito nesse tempo, porém essa quantia que remetíamos ao Japão ficou célebre e era motivo de grandes comentários no povoado. Então muitas pessoas manifestaram o desejo de serem chamadas; durante nossa estada de dez anos nesta fazenda, conseguimos atrair mais de dez famílias de nossa aldeia. Apareceu, nessa ocasião, um corretor oferecendo lotes de terra na colônia Vai-Vem (Álvares Machado). Vinte famílias, incluindo a nossa adquiriram cada uma um lote de 10 alqueires.

Aí então surgiram imigrantes das primeiras levas que estavam em condições de servir de intermediários nos negócios imobiliários. Ou eles próprios adquiriam (a prazo) grandes áreas para revendê-las em loteamentos. O tamanho de cada lote variava muito, mas, regra geral, mediam cerca de 10 alqueires. (...)

No Estado de São Paulo e norte do Paraná, esta era a forma mais aplicada para a formação de colônias (shokuminchi) Ainda na Segunda metade da década de 10 formaram-se, entre outras, as colônias de Hirano, Tokyo, Brejão, Vai-Bem e outras. Na década seguinte fundaram-se numerosas colônias. (COMISSÃO, 1992, 87p.)

Ao permanecer na frente de expansão ao término de seu contrato de trabalho ou mesmo antes, o imigrante japonês procurava seu progresso econômico – base de seus objetivos migratórios – através de etapas mais independentes e de melhores condições de vida e de trabalho, desembocando na aquisição de um lote de terra nas chamadas frentes pioneiras tornando-se assim, um sitiante autônomo passando da posição de trabalhador assalariado para a de pequeno produtor independente.(TSUKAMOTO In SAITO;1973; 21p.)

Os relatos obtidos durante as entrevistas realizadas⁴⁴ entre japoneses e descendentes de japoneses do município de Álvares Machado comprovam que muitos que lá chegaram vieram de outras regiões do Brasil, após juntar capital suficiente para adquirir sua própria terra e outros vieram diretamente do Japão,

⁴⁴ Entrevistas realizadas no período de julho/1999 a setembro/2001.

devido à boa repercussão do sucesso dessa colônia (Colônia Brejão) entre os japoneses em São Paulo:

- Sr. Kunio Kuroiwa, nasceu em Mogiana e, por volta de 1923, com 04 anos, veio para Álvares Machado, estudou na primeira escola⁴⁵.

- Sr. Kazuo Miyazaki, contou que seu pai foi, inicialmente ao Peru, depois veio para o Brasil, onde trabalhou em uma fazenda na região de Mogiana, chegou ao Brejão em 1922 onde “comprou terra” e é considerado um dos pioneiros da Colônia Brejão.

- Sra. Kyoko Miyashita, chegou ao Brasil em 1927, passou por Paraguaçu Paulista e Bastos, em 1937 casou-se e veio para Álvares Machado

- Sr. Saburo Shirazaki, chegou ao Brasil em 1930 com 17 anos, tinha a intenção de ir para Mogiana, contudo os donos do Hotel em que se hospedara na Capital recomendaram a Colônia Brejão, pois a “terra era mais fértil”.

- Sra. Tamae Nagano Shirazaki, os pais trabalharam inicialmente em Botucatu onde ela nasceu (em 1917). Em 1918 mudaram-se para o Brejão, onde compraram terras, seu irmão foi para a cidade e abriu uma loja de “secos e molhados”.

Tais relatos citaram também, a tendência à fixação e à integração junto ao município que seria fundado mais tarde, com os colonos japoneses participando do comércio e de atividades e festejos locais. (vide fotos 2, 3, 4 e 5, p.53 e 54)

Durante as entrevistas, o Sr. Shirazaki disse não ter o desejo de voltar ao Japão, pois os meses de inverno do Japão não são propícios para a agricultura.

“- No Brasil pode plantá o ano inteiro, aqui muito bom.”

É importante observar que, entre as várias colônias fundadas no início do século XX, muitas desapareceram e outras como as de Vai-Bem⁴⁶, Brejão⁴⁷ e Sete Barras integram, atualmente, unidades administrativas locais.

⁴⁵ Veremos adiante que as escolas de língua japonesa ofereciam também o ensino oficial das escolas brasileiras e foram surgindo para atender as necessidades dos colonos.

⁴⁶ Vai-Vem, Vai-Bem ou Bai-Bem referem-se a mesma colônia. Contudo o nome correto é Bai-Bem que, em ideograma japonês, significa pétalas da flor de Ume (nota da tradutora)

⁴⁷ Trata-se de nosso objeto de estudo



Foto 2 – Plantação de algodão - os proprietários japoneses apostam no plantio de algodão e contratam brasileiros para a colheita – s.d.

Fonte: Cedida pelo Sr. Tamura, proprietário rural no município.



Foto 3: Participação da Colônia Japonesa nos festejos de Carnaval do município. s.d.

Fonte: Cedida pela Sra. Tamae Shirazaki, moradora no município.



Foto 4: Loja de secos e molhados – s.d.

Fonte: Cedida pela Sra. Tamae Shirazaki, moradora no município.



Foto 5 – Casa Machado de propriedade do Sr. Nagano – 1928

Fonte: Cedida pela Sra. Tamae Shirazaki, moradora no município.

2.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

O Oeste Paulista limita-se ao Sul com o Estado do Paraná, ao Norte com Minas Gerais, a Oeste com o Mato Grosso do Sul e a Leste com a região central do Estado de São Paulo, dividido em dez regiões administrativas onde, o município de Presidente Prudente faz parte da 10^a região conforme Decreto-lei n^o 48.162, de 03 de julho de 1967; estando localizada no Sudoeste paulista. A área total do Oeste Paulista corresponde a 60,5 % da área total do Estado de São Paulo. (vide mapa 1, p. 57)

Originados do arenito Bauru (Latosolo vermelho escuro, 53,3% e solos podzólicos de Lins e Marília, 37,3%), os solos do Oeste Paulista são de textura arenosa. O clima apresenta-se quente com inverno seco e a temperatura média varia de 21°C a 23 °C, sendo que a média nos meses mais frios oscila em torno de 18 °C e nos meses mais quentes entre 22 °C e 24 °C. Nos meses mais secos, as chuvas apresentam uma precipitação de menos de 30 mm, enquanto o índice pluviométrico na região varia de 1.100 a 1.700 mm, diminuindo a precipitação de leste para oeste esses índices trazem deficiências anuais que vão de 60 a 200 mm.

O balanço hídrico da região assinala uma grande irregularidade chegando a 36 mm anuais. O relevo do Sudoeste Paulista se classifica como plano e levemente ondulando. No que se refere à sua rede hidrográfica, podemos considerar o Oeste Paulista uma região privilegiada. O principal rio é o Paraná, que limita o Estado de São Paulo com o Estado de Mato Grosso do Sul, banhando a parte oeste da região de Presidente Prudente e Araçatuba, numa extensão de aproximadamente 245 Km. O segundo rio é o Paranapanema que limita o Estado de São Paulo com o Estado do Paraná, na região do Pontal do Paranapanema, desaguando no Paraná. Temos ainda o Rio Aguapeí, o Rio Santo Anastácio e o Rio do Peixe. O Rio do Peixe separa a Alta Sorocabana da Alta Paulista e o Rio Aguapeí separa Presidente Prudente de Araçatuba. Temos ainda, entre o Rio do Peixe e o Rio Paranapanema, a Estrada de Ferro Sorocabana – FEPASA, que segue desde a barranca do Rio Paraná até a Capital e possui um ramal que liga Presidente Prudente com as proximidades do Norte do Paraná.

Os municípios de Presidente Prudente e de Álvares Machado se ligam através de duas estradas de rodagem: a Rodovia Raposo Tavares e a Estrada da Amizade. Diariamente, há um fluxo acentuado entre os dois municípios por motivos diversos, como: trabalho, saúde, lazer, comércio e educação, tornando Álvares Machado uma cidade dormitório de Presidente Prudente, onde as pessoas saem de suas casas pela manhã e voltam a noite para dormir. (GIACOMINI, 1996, p.31)

Para melhor evidenciar o comentário acima, podemos analisar os últimos censos demográficos fornecidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural elaborado em 1997 pela Prefeitura Municipal de Álvares Machado, que a cidade passou por um processo de diminuição da população rural.

Tabela 1- Distribuição da população de Álvares Machado-SP

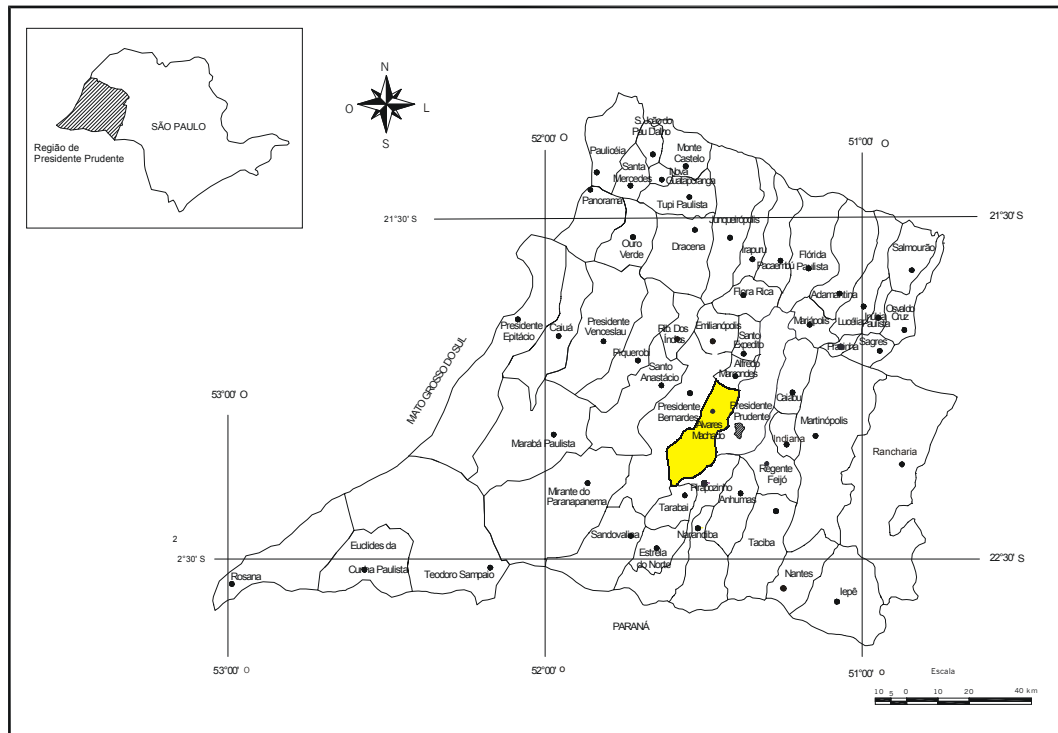
1950		1960		1970		1980		1991		1997	
Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Ru ral	Urbana	Rural	Urbana
13117	3783	13982	4961	10904	6530	5729	8522	3476	15382	2782	18627

FONTE: Prefeitura Municipal de Álvares Machado - 1997
Organizado pela autora

A diminuição acentuada da população rural no município de Álvares Machado, evidencia o chamado processo de êxodo rural ocorrido a partir de meados da década de 1960, como na maioria dos municípios do Estado de São Paulo. Note-se que esse fenômeno é um processo mundial, decorrente da industrialização e melhoria tecnológica que poupa a mão-de-obra no campo obrigando à procura de novas oportunidades nos centros urbanos⁴⁸.

⁴⁸ Existe uma vasta bibliografia sobre o processo de modernização e de industrialização da agricultura brasileira, que explicam em detalhes esse processo de ‘esvaziamento’ do campo para a procura de empregos nas cidades, do ponto de vista tecnológico, econômico, político e social. Por não ser de interesse específico desta pesquisa, não trataremos desse assunto, mas oferecemos algumas obras que possam contribuir com o seu aprofundamento: KAGEYAMA, Ângela. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987. (texto para estudo); SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

Mapa 1 – Localização do município de Álvares Machado



Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Álvares Machado

2.3 O MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

O município de Álvares Machado, inicialmente denominado BREJÃO foi fundado por Manoel Francisco de Oliveira em 19 de março de 1916. Com a vinda da Estrada de Ferro Sorocabana em 26 de fevereiro de 1919, houve um aumento de colonizadores à procura de novas terras para a agricultura, possibilitando um rápido povoamento e desenvolvimento local. Em 26 de dezembro de 1927 foi elevado a Distrito da Paz, pertencente a Presidente Prudente e em 30 de novembro de 1944 elevou-se a município.

Ocupa uma área de 327,75 km² de extensão territorial, localizado na 10ª. Região Administrativa do Estado de São Paulo, no Oeste do Estado, distando 13 km de Presidente Prudente pela SP 270 e 7 km pela Estrada Arthur Boigues Filho. Dista de São Paulo (capital) em linha reta 525 km e pela SP 270 – Raposo Tavares, 576 km⁴⁹.

Limita-se ao Norte com o município de Alfredo Marcondes, ao Sul com os municípios de Tarabay e Pirapozinho, a Leste com o município de Presidente Prudente e ao Oeste com o município de Presidente Bernardes, localizado entre as coordenadas geográficas 22° 04'S e 51° 28'W.

Segundo estudos de SPÓSITO (1983) e, mais tarde, reiterados por GIACOMINI (1996), os fatos evidenciam que a colonização japonesa muito contribuiu para a origem do núcleo urbano do município de Álvares Machado e constituiu grande parte da sua estrutura fundiária a base de pequenas propriedades.

“Em 1958, verificou-se que 75% de japoneses e descendentes se concentravam no Estado de São Paulo. Destes cerca de 40% se localizavam na capital e arredores e 60%, disseminados por todo interior paulista, com uma forte concentração na região do Oeste Paulista, Marília e Alta Paulista, Araçatuba e outras, sendo que na região de Presidente Prudente teve maior destaque o município de Álvares Machado, onde a imigração japonesa deu origem ao núcleo urbano e estabeleceu

⁴⁹ Cf. Mapa 1 item 2.2 neste capítulo

grande parte da estrutura fundiária a base de pequenas propriedades” (SPOSITO Apud GIACOMINI, 1996:36)

Um fato a ser destacado (...), é a alta porcentagem da colônia japonesa na formação da população do município, cerca de 17%. (GIACOMINI, 1996:32)

O que pode ser comprovado pelo fato de que das 973 propriedades com área igual ou menor que 4 módulos rurais , 156 pertencem a japoneses ou seus descendentes; e das 71 propriedades com área maior que 4 módulos rurais⁵⁰, 10 pertencem a japoneses ou seus descendentes. Tais informações foram colhidas em entrevista realizada com os funcionários da Casa da Agricultura do município de Álvares Machado no mês de julho de 1998.

Caracterizando a formação da colônia japonesa, possui 1 Sede Social da Associação Nipo-brasileira e 1 escola de língua japonesa. A Associação nipo-Brasileira de Álvares Machado possui em seu quadro de sócios um total de 193 famílias. Como pontos turísticos apresenta o Cemitério Japonês , criado em 1918 com sepultamento até 1942 (sepultadas 784 pessoas e somente 1 brasileiro), tombado como patrimônio histórico pelo CONDEPHAAT⁵¹; e o Museu do Padre Monsenhor Nakamura.

Entre os principais eventos relacionados à colônia japonesa podemos citar o undō-kai⁵², realizado anualmente no mês de junho em homenagem ao Imperador Japonês e o Shōkon-sai⁵³, realizado anualmente desde 1920, no segundo domingo de julho em homenagem aos mortos (finado japonês), além de atividades que são desenvolvidas no decorrer do ano em datas comemorativas e com intercâmbio com outras colônias japonesas da região.

⁵⁰ Módulo rural é a área considerada suficiente para que 4 pessoas adultas possam nela trabalhar e dela auferir renda suficiente para seu sustento e, também, garantir progresso social e econômico. No caso de Álvares Machado, um módulo rural equivale a 22 hectares.

⁵¹ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico do Estado de São Paulo

⁵² Gincana poli-esportiva.

⁵³ Convite às almas para missa.

CAPÍTULO 3 - A FORMAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO

A vinda de imigrantes japoneses ao município de Álvares Machado – inicialmente denominado de Brejão - data das primeiras décadas do século passado, quando um engenheiro japonês, o SR. Kenichiro Hoshina – originário da província de Ehime, comarca de Kitaguwa -, comprou 3.000 alqueires de terra próximo à Estação Brejão e começou a vendê-las. Mais tarde, em sociedade com Naoe Ogassawara – originário da província de Hokkaido -, adquiriram uma gleba de aproximadamente 2.000 alqueires e continuaram a vender os lotes a seus compatriotas⁵⁴.

No início, apesar de chamar-se Colônia Brejão, costumava-se denominar: área de 3.000 alqueires ao sul da estrada de ferro e área de 2.000 alqueires a leste da estrada de ferro e os mapas utilizados para a divulgação de sua localização e facilidades de acesso eram feitos à mão e distribuídos entre os imigrantes japoneses através de anúncios⁵⁵. (vide mapas 2 e 3, p.62 e 63)

Grande parte das informações registradas sobre o período de início de formação da colônia japonesa de Álvares Machado foi obtida através de um livro publicado pela editora Paulista em 1968 em comemoração aos 50 anos da imigração japonesa. As informações nele contidas foram recolhidas e transcritas pelo Sr Ryotaro Miyashita membro ativo da Associação Japonesa e integrante do grupo dos primeiros colonos a chegar à colônia Brejão⁵⁶ em 1919. O livro é intitulado Takkon - Espírito Desbravador. Como a publicação encontra-se na língua japonesa houve a necessidade de recorrer aos serviços de uma tradutora, a Sra. Lídia Tamura Ozaki, professora de língua japonesa e filha de imigrantes japoneses da colônia Brejão. O Sr Nilo Miyashita filho do autor do livro Takkon, ressalta que seu pai teve muitas dificuldades para a publicação do trabalho, mas

⁵⁴ Nos itens 3.1 e 3.2, relatamos com maiores detalhes uma pequena biografia sobre essas pessoas, que podemos chamar de responsáveis pelo surgimento da colônia japonesa de Álvares Machado.

⁵⁵ Como exemplo de um anúncio publicado em jornais dirigidos aos colonos japoneses, vide item 3.1 neste mesmo capítulo.

⁵⁶ Era filho primogênito do Sr. Kurakiti Miyashita que chegou ao Brejão no início do século XX.

hoje se orgulha da persistência do mesmo e enfatiza a importância do resgate histórico que tal publicação permite⁵⁷.

Atualmente, a família Miyashita encontra-se no município de Álvares Machado já na quarta geração e continuam membros ativos da Associação Nipo-Brasileira e, relembram com certo orgulho das dificuldades que seus antepassados enfrentaram para começar uma vida nova no Brasil. (vide foto 6)

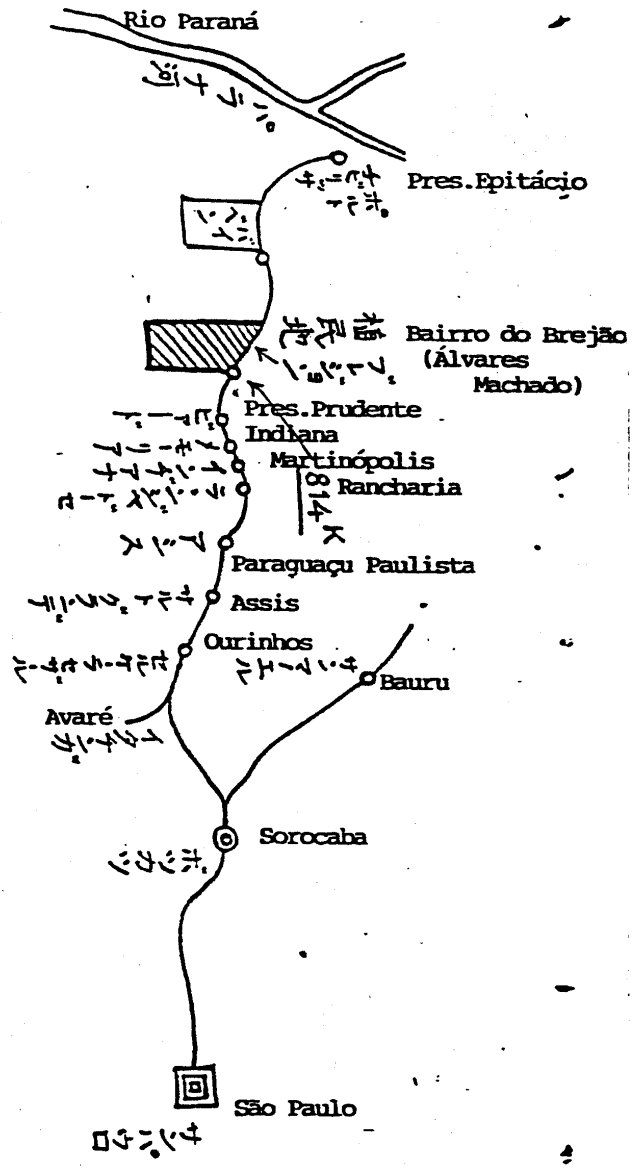


Foto 6 - Representantes das famílias Miyashita e Matsumoto que gentilmente nos receberam para falar sobre suas lembranças. Ago/1999.

Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

⁵⁷ Por volta de 1933, o Sr Hida, farmacêutico e responsável pelo Departamento de Saúde da Associação Japonesa da época, ao relatar suas lembranças e contribuir para a elaboração de Takkon, termina seu relato com a seguinte frase: “ O Sr. Miyashita veio até a minha casa (...) para solicitar que escrevesse um artigo para seu livro. Penso que 50 anos é um período considerável. Não acredito em eternidade, mas talvez daqui a centenas de anos, tratem este livro como algo interessante.” (MIYASHITA, 1968, p.87)

Mapa 2 – Mapa da localização de Álvares Machado feito à mão e divulgado entre imigrantes e colonos japoneses no início do séc. XX-A



十四キロメートルあるのみであります。私は此のプレジジョン停車場を去る事七百三十二メートル型市よりの標木八百十キロメートルの地点より八百二十一基米に至る延長六キロメートルの鉄道沿線に對する奥行十二基米余の一区画を購入致しましたから之をプレジジョン植民地として諸君に提供致さんと欲するので御座ります。

◎ 植民地の地質と水質
は柳弁と酷似し樹木は柳弁と比較して更に巨大なる物があります。海拔は柳弁よりは高く全般に於て前者に倣るとも劣らぬと云う事を確信致す事が出来ます。更に左の事實を御紹介いたします。

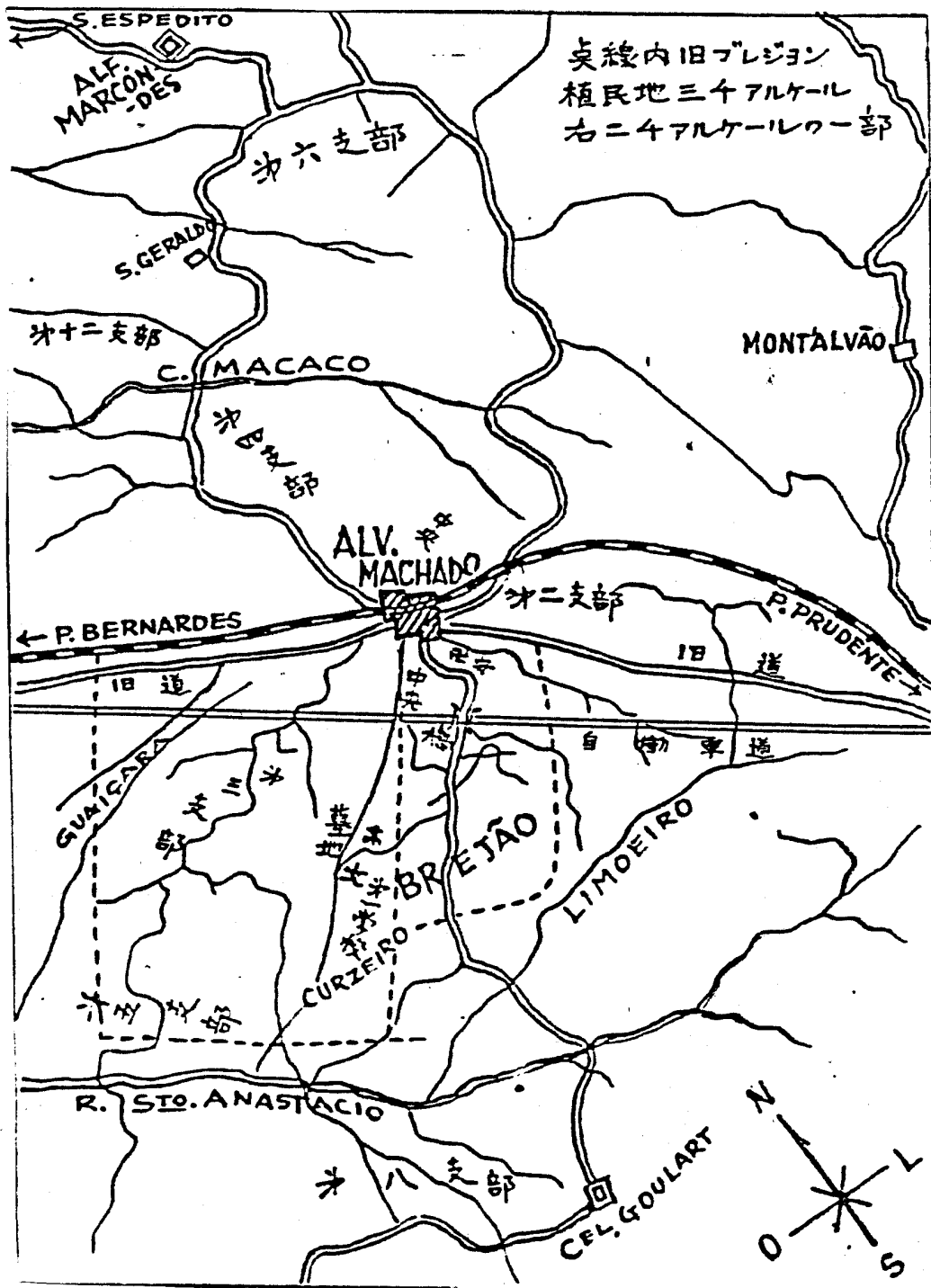
◎ 小笠原尚爾氏の土地選定
去年八月伯刺西爾に於て土地購買の目的を以て遂々日本より御渡

伯になりましたる北海道の小笠原氏は海去四カ月開州の全部を踏査し遠くパラナ迄も視察に付されましたが自分の未住地としては何処にも理想的の所が見当らぬと云うて今日まで買入れをば躊躇して居られました然るに比が柳弁地方の地質の豊饒なる事交通の至便なる事等を御説明致しまして柳弁に決ぐ可き新植民計画の事を御話し致しましたる所去れでは一応視察して見様と申されまして三週間程当地御出立前後二週間に亘りてプレジジョンより柳弁一帯の地所を調査成されまして帰郷の上斯の如き豊饒肥沃の交通便所の所が行らうとは夢にも知らなかつたと申されまして。

千よろずのたから秘めけり森ばく
くろがねの道のあちらこちらに
と云う歌を寄せられました同地方が豊沃なる処女林地带で農耕に

FONTE: MIYASHITA, 1968.
Observação: a autora tem consciência de que se trata de um croqui, contudo, em respeito ao livro original, manteve o título como mapa.

Mapa 3 – Mapa da localização de Álvares Machado feito à mão e distribuído entre imigrantes e colonos japoneses no início do séc.XX-B



FONTE: MIYASHITA, 1968

A seguir, utilizaremos as lembranças organizadas por MIYASHITA (1968) para contar um pouco da história dos pioneiros formadores da colônia Brejão.

3.1 KENICHIRO HOSHINA : A HISTÓRIA DE UM PIONEIRO

Nascido a 10 de outubro de 1866. Participou da época pioneira da imigração japonesa em várias regiões como Havaí, Texas e Brasil, no final do século XIX e início do século XX.

Em 1891, emigrou para o Havaí trabalhando como braçal, colaborador e auxiliar do missionário Jiroo Okabe. Em 1904, já casado, mudou-se para o Texas, onde adquiriram terras para cultivar arroz, porém no ano seguinte, venderam tudo e retornaram ao Japão para encontrar o pai de sua esposa que estava extremamente enfermo.

Por volta de 1909, Kenichiro Hoshina decide ir à América do Sul deixando a esposa e filhos. Primeiro passou pela Argentina e mais tarde chegou ao Brasil, onde cultivou arroz no Estado do Rio de Janeiro na fazenda Yamaken. Em 1915, aproximadamente, mudou-se para São Paulo e no ano seguinte começou a publicar um jornal de 30 a 40 páginas, que mais parecia uma revista de nome *Shuukan Nambei*⁵⁸ (Semanário América do Sul), considerada a primeira publicação em japonês no Brasil.(IIDA, 1984)

MIYASHITA (1968,32-34p) conseguiu um recorte dos anúncios publicados em 1917 e 1918, os quais reproduzo na íntegra em língua portuguesa para que possamos conhecer um fragmento do processo de loteamento da colônia Brejão:

⁵⁸ Acreditamos que esse jornal tinha como principal objetivo divulgar a formação dos núcleos coloniais no Oeste Paulista e propagar seus loteamentos voltados a imigrantes e colonos japoneses que, tendo amealhado certo montante de capital, estariam dispostos a adquirir uma propriedade rural.

ANÚNCIO 1:

A CONSTRUÇÃO DA COLÔNIA BREJÃO

Presidente da Empresa Nambei Ken-itiro Hoshina

Após ter apresentado aos senhores a Colônia Baibem, terra ideal para residência definitiva, no dia 1o. de julho do ano passado, passaram-se apenas 6 meses. Neste curto espaço de tempo, a área total comprada pelos senhores patrícios já atingiu a marca de 3.000 alqueires; as glebas próximas à estrada de ferro foram totalmente vendidas em menos de um mês, e a gleba vendida recentemente dista mais de 13 km da linha férrea. Mesmo assim tem inúmeros pedidos e a área de 5.000 alqueires tornou-se insuficiente para satisfazer os desejos dos senhores. Para atender a tantas requisições, escolhi a COLÔNIA BREJÃO.

Suponho que aqueles que foram visitar a Colônia Baibem e já tenham passado pela estação Brejão, já tenham a noção da geografia e tipo de terra da Colônia Brejão. Esta fica a duas estações antes da Estação Baibem, 28 km mais próximo da cidade de São Paulo. O trilho do Brejão já está concluído e falta somente a construção da estação. (20 de dezembro de 1917). Segundo o engenheiro da via férrea, o trem começará a passar antes de março.

A localização da estação e da Colônia Brejão

Como é do conhecimento daqueles que já visitaram a região, o trem já chega da cidade de São Paulo até a Estação Indiana. Já foram concluídas as construções das estações seguintes Memória e Veado e diariamente transitam vagonetes. A estação seguinte é a do Brejão (ou Limoeiro) que dista 14 km do Veado. A Estação Brejão dista 810 km da cidade de São Paulo, e a área que adquiri dista 732 m desta, tendo 6 km de largura marginalizando a ferrovia, com comprimento de mais de 12 km. Nomeio esta área de Colônia Brejão e desejo oferecê-la aos senhores.

Tipo da terra e da água

São extremamente parecidas com as da Colônia Baibem, sendo que há plantas que são muito maiores que as da Baibem. A altitude acima do mar é maior que a de

Baibem, e no geral, as características são semelhante a desta. Além disso, apresento o seguinte fato verídico.

A escolha da terra pelo Sr. Naoe Ogassawara

Em agosto do ano passado, o Sr. Naoe Ogassawara de Hokkaido veio ao Brasil com o objetivo de comprar terras para o estabelecimento definitivo. Durante 4 meses visitou todo o estado de São Paulo e até a região distante do estado de Paraná. Como não encontrara um local ideal, estava hesitante em comprar terras até hoje. Expliquei-lhe que a região de Baibem possui terras de excelentes qualidades, falei sobre a facilidade de transporte e o projeto da construção da nova Colônia. Então visitou a Colônia Baibem e Brejão durante 3 semanas e retornou à cidade de São Paulo dizendo que não imaginava existir terras tão férteis num local de tamanha facilidade de transporte. Fez um poema japonês expressando o seu entusiasmo:

*SEM YOROZUNO TAKARA HIMEKERI MORI FUKAKU
KUROGANENO MITINO ATIRA KOTIRANI
(Aqui e acolá da estrada de ferro, escuro no fundo da
floresta, jazem escondidos os tesouros de mil espécies)*

Comprou extensas áreas de terra para sua fazenda. Acredito que este exemplo por si só ilustra como é a terra da Colônia Brejão.

Extensão e preço do terreno da Colônia Brejão

*Área total a ser vendida 3.000 alqueires (7.500 tyouho-
medida japonesa)*

*Preço de venda 1 alqueire é 65 mil-réis à vista
ou
3 prestações 75 mil-réis anuais*

Registro do terreno

Não há nenhuma margem de dúvida quanto a correta transferência da posse dos terrenos demonstrado claramente pelas várias dezenas de vendas executadas na Colônia Baibem. Simultaneamente ao pagamento fazemos

o registro do imóvel na cidade de São Paulo e entregamos a completa documentação.

Convocação do agrimensor

Contratei um agrimensor japonês como medidor-chefe da Colônia Brejão que lá residirá a partir do dia 15 deste mês. Para aqueles que desejarem visitar a Colônia antes desta data, oferecemos um atendimento especial.

A relação com a Colônia Baibem

Considerando que a Colônia Brejão e a Baibem se localizam a pouca distância e que por isso possuem as mesmas vantagens e desvantagens, desejo que ambas se auxiliem mutuamente para tornarem o núcleo do progresso dos patrícios na região.

*Para maiores detalhes, favor escrever para
SR. K. HOSHINA
CAIXA 1374. S. PAULO*

ANÚNCIO 2:

PORQUE OS SENHORES NÃO APROVEITAM ESTAS EXCELENTES OPORTUNIDADES?

A Grande Guerra Mundial causou escassez de produtos agrícolas em várias localidades e não se pode prever a quanto chegarão os preços.

A razão disso poderá ser compreendida, se lermos as advertências do Ministro da Agricultura pregadas nas estações de várias localidades de toda a nação.

Considero que seja um dever óbvio dos senhores residentes neste país firmar a base para o sucesso captando esta excelente oportunidade. É por esta razão que nós estamos nos dedicando ao projeto de criação de Colônias, desde o ano passado.

Os compradores e colonizadores de até hoje são as provas vivas que testemunham que a Colônia Brejão é muito melhor que as outras, considerando a facilidade de transporte, a boa qualidade da água, a qualidade da terra e o preço baixo.

A estrutura da colônia

Estamos administrando o empreendimento da Colônia investindo capital que não é pouco. Portanto não estamos desenvolvendo trabalhos irresponsáveis como outros construtores de Colônias semelhantes. Nós temos a garantia e o preparo suficientes para o sucesso dos senhores.

O preço da Colônia Brejão

*1 alqueire à vista 65 mil-réis ou
 à prazo 75 mil-réis*

3 parcelas sem juros em pagamento anual ou a cada 20 meses

A estação particular e a construção da cidade

Esta Colônia se localiza no centro da Estação Limoeiro e se pode esperar grandes progressos no futuro como estação particular dos companheiros residentes na Colônia. Não há Colônia com tão grandes expectativas em todo o país. Amadurecendo o projeto da construção de uma cidade próxima à estação, este será publicado em detalhes, num futuro próximo.

Registro do terreno

Não há nenhum ponto ilegal quanto ao registro do terreno pois estamos contando com o advogado-consultor. Podemos garantir a posse das terras com os registros dos terrenos que já vendi. Os registros completados até hoje chegam a dezenas de famílias.

Agrimensura

Estamos preparados para concluir a medida da área que for adquirida em menos de dois meses, pelo agrimensor enviado ao local.

A localização da Colônia

Esta Colônia possui extensas áreas devida à última expansão, envolvendo os 11 km margeando a ferrovia na marca de 810 km da capital até 821 km; com

profundidade de 14 km. A estação Limoeiro (ou Brejão) se localiza no centro, na marca de 814,268 km.

O advogado-consultor

Devido a expansão do empreendimento da Colônia, sentimos a complexidade cada vez maior das burocracias e convidamos o advogado de primeira categoria da capital, o Sr. Spencer Hanfler para podermos consultá-lo, cuidando assim para que não tivéssemos nenhum problema com a legalidade.

A ferrovia

Está transitando gratuitamente da capital de São Paulo até a Estação Limoeiro e vice-versa, de 3 a 4 vezes por semana.

O comércio

Como há duas casas comerciais da Estrada-de-ferro entre a Estação Limoeiro e a Colônia; não haverá nenhuma dificuldade para os senhores que entrarem na Colônia a partir de agora, que poderão dedicar toda a força para o trabalho no mesmo dia da chegada.

A inspeção da terra

Convido os senhores que estão procurando terras numa nova Colônia, a visitarem sem falta a Colônia Brejão antes de se decidirem. Se deixarem de conhecer a nova Colônia, por desejarem economizar a passagem e alguns dias que precisarão para visitá-la e errarem na escolha do terreno, isso será a causa do insucesso da vida dos senhores. Para chegarem a Brejão, venham pela Estrada de Ferro Sorocabana, de São Paulo até a Estação Indiana, e pegar o carro – vagonete - gratuito de Indiana até a Estação Limoeiro (ou Brejão). Aí estará o nosso funcionário que os receberão.

*Julho de 1917,
Departamento de Colonização da Cooperativa
Hoshina e Ogassawara*

Hoshina pregava a fixação dos trabalhadores braçais na lavoura e começava a entrar nos empreendimentos de Colonização. Esforçou-se para a abertura das colônias, ele próprio adquirindo terrenos para posterior venda a seus patrícios e utilizava a veiculação do seu jornal para divulgar os loteamentos. Podemos notar a maneira positiva de como é anunciado o loteamento, evocando as facilidades de pagamento, a fertilidade da terra e inserindo uma impressão de um futuro promissor aos compatriotas que investirem o capital acumulado em anos de sacrifício para a aquisição de uma propriedade rural no Oeste de São Paulo. Mais tarde, Kenitiro Hoshina associou-se a Naoe Ogassawara em seu empreendimento na Colônia Brejão e, juntos acompanharam o seu crescimento.

No dia 13 de dezembro de 1926, após completar 60 anos, Kenichiro Hoshina foi assassinado na estação ferroviária de Álvares Machado por José Prestes de Oliveira devido a desentendimentos financeiros. Seu corpo está enterrado no cemitério de Álvares Machado, um pouco de seu cabelo e sua espada Massamune foram enviados ao Japão.

3.2 NAOE OGASSAWARA: SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO

Segundo IIDA (1984), Naoe Ogassawara, originário da província de Kooti – Japão - entrou como terceira leva de imigrantes na Fazenda Seien de Hokkaido em 1895. Devido às enchentes mudou-se para Nayoro em 1902 e logo depois para Bifuka-tyo, na comarca de Nakagawa-gun, onde se tornou um próspero fazendeiro. Entretanto, aderiu às idéias de Konoe Sakiyama – diretor das Escola para Imigrantes – que estimulava a imigração para a América do Sul.

Os registros⁵⁹ encontrados no Memorial do Imigrante em São Paulo, apontam a chegada de Naoe Ogassawara no dia 27 de agosto de 1917 no navio

⁵⁹ O Memorial do Imigrante possui as informações acerca dos imigrantes que passaram pela Hospedaria de Imigrantes durante o seu funcionamento. Tais informações estão acessíveis aos visitantes através de terminais de computador espalhados pelas diversas salas para exposição.

Seattle Maru. Ele veio sozinho para escolher e adquirir terras para que o clã Ogassawara pudesse se estabelecer no Brasil mais tarde.

Durante suas viagens conheceu Kenichiro Hoshina por intermédio do Embaixador Matsumura e adquiriu 200 alqueires da Colônia Brejão. Em seguida, encerrado os preparativos para o estabelecimento do clã, chamou seu pai Kitiji de 91 anos e o clã Ogassawara composto por 47 pessoas.

Quando o trem que transportava o clã de Tóquio até Osaka em direção ao Porto de Nagasaki chegou ao seu destino, representantes do Jornal Osaka Mainiti Shinbum os recepcionaram e incentivaram a viagem ao Brasil entregando ao clã um buquê de flores e um montante em dinheiro no valor de 500 yens que deveria ser usado no Brasil em benefício da Colônia em formação. (MIYASHITA, 1968)

O ancião Kitiji, de 91 anos, debilitado pela viagem e com a saúde agravada pela gripe espanhola em sua pior fase, faleceu na capital – São Paulo - antes de chegar à Colônia Brejão, suas últimas palavras foram: *“Aqui é a terra brasileira? Desejo que todos continuem firmes.”* O clã Ogassawara entrou na Colônia Brejão em outubro de 1918. Era a primeira vez que ocorria a entrada de um clã com cerca de 50 pessoas em uma mesma colônia.

O clã Ogassawara enfrentou inúmeros desafios que iam desde as agruras de desbravar as suas terras, passando pelas doenças causadas pela nutrição inadequada e pelo esforço físico demasiado até alguns conflitos com posseiros na região. IIDA (1984) contabiliza 17 mortes no período de 1918 a 1922, quando a sociedade com Hoshina foi desfeita devido a dificuldades financeiras. Naoe Ogassawara mudou-se para a Estrada de Ferro Central na estação Itaquera e mais tarde dirigiu-se para a cidade de Arujá onde finalmente obteve sucesso em seus negócios⁶⁰.

Sobre o período de luta e integração desse clã ao solo brasileiro, consideramos importante o relato de Tokiko Okabayashi, publicado em 1981 na revista Colônia Nikkey nº 28 – 69p.:

⁶⁰ Cf relatos de entrevistados que lembram vagamente dessas informações.

**RECORDAÇÕES: IMIGRAÇÃO NA COLÔNIA
BREJÃO**

TOKIKO OKABAYASHI

1. Viagem do Japão ao Brasil

Considero o Brasil atual um Paraíso. Apresentarei a seguir as lembranças da minha vida e espero que os leitores compreendam o meu ponto de vista.

Em 1918, logo após a Primeira Guerra Mundial, o clã Ogassawara, composto de 47 pessoas decidiu deixar a terra natal Hokkaido, região muito gelada, mas acostumada, em busca da nova terra. O líder era o avô da minha mãe, o meu bisavô, Sr. Kitiji Ogassawara.

Minha mãe e eu, que era a primogênita, fomos a Tóquio com antecedência. O objetivo era a minha mãe aprender corte e costura das roupas ocidentais, como preparativo para a vinda ao Brasil. Em Tóquio, minha mãe alugou uma casa no bairro JINBOO-CHO e ia diariamente às aulas. Eu fui matriculada no Escola de 1º Grau NISHIOGAWA, do bairro ENRAKU-CHO, na classe da professora Mitsuko Nakayama.

No primeiro dia de aula, a professora perguntou à minha mãe: “Ela compreende as palavras daqui?” E eu olhei surpresa a professora. Talvez ela tenha pensado que eu ia falar em dialeto AINU, típico da região de Hokkaido.

Em Tóquio havia terremotos que não havia em Hokkaido. A minha classe ficava no 1º andar. Na aula de caligrafia (com pincel e tinta nanquim), de repente tudo começou a balançar muito, e a água para caligrafia começou a se derramar. A professora nos fez descer correndo para o pátio. Houve outros terremotos mais amenos em que apenas senti o tremor.

Rapidamente o tempo passou e o 1º semestre escolar (no Japão, de abril a setembro - N. T.), chegou ao fim, iniciando as férias de verão (em outubro - N.T.). Todo o clã chegou de Hokkaido para viajarmos ao Brasil.

Nesta época, havia epidemia de gripe espanhola e o navio não pode partir do Porto de Koobe no dia previsto. Todos fomos a um hotel em Nagasaki, onde ficamos durante uma semana e íamos à praia.

No dia 6 de setembro, finalmente chegou o dia da partida. Embarcamos num enorme navio após o almoço. No final da tarde, soou uma triste sirene e o navio começou a se mover lentamente para o alto-mar, e os gritos “BANZAI, BANZAI” (Vida Longa) de numerosas pessoas que vieram despedir de nós, pareciam poder ser ouvidos por muito tempo.

Por causa da gripe espanhola, aportamos somente em 3 locais durante o percurso: Cingapura (Malásia), Taban e Capetown (África do Sul) para carregar os carvões, o combustível do navio. Nestes portos, vi pela primeira vez os negros, estranhamos e sentimos receios. As crianças ora riam para eles, ora faziam careta.

Talvez pelo fim recente da Guerra, neste navio havia 4 canhões, e de noite, era proibido fumar ou estar de roupas brancas no convés. As lâmpadas estavam cobertas com saco de tecido grosso, e só debaixo delas havia um pouco de claridade. E o resto do convés era totalmente escuro.

No dia 26 de outubro, exatamente no 50 ° dia após a partida, chegamos ao Porto de Santos são e salvos, graças a Deus. O meu tio Naoe (o segundo filho do ancião Kitiji), que havia chegado ao Brasil no ano anterior, veio nos receber. Lembro com saudades que ele tomava várias providências por nós, subindo e descendo dentro do navio por muitas vezes.

Despedimos dos colegas de brincadeira que conhecemos no navio e desembarcamos. Após uma breve espera na plataforma da estação, chegou um longo trem. Muitas pessoas entraram e se sentaram, mas nós continuamos na plataforma. Disse à minha mãe: “Vamos entrar logo” e enquanto ela me respondia “Calma, estamos esperando um outro trem para irmos à casa que seu tio providenciou para nós”, o trem lotado de imigrantes partiu. Todos despedimos abanando a mão ou lenço. O trem Maria Fumaça foi sumindo espalhando as faíscas.

Ao entardecer, finalmente chegou o trem que esperávamos e todos embarcamos rapidamente. Chegamos a São Paulo e agradecemos ao tio Naoe que preparou a casa para a nossa chegada. A casa ficava na Rua Tabatinguera, nº 86. Nesta época, a Praça João Mendes não era asfaltada, e a terra era vermelha. A Catedral da Sé estava no início da construção, com os tijolos assentados a 30, 40 centímetros acima do nível da rua.

Chegamos, nos instalamos, quando respiramos aliviados, todos adoecemos de gripe espanhola, com exceção de um adulto e uma criança. Uma senhora japonesa vinha nos cuidar, mas depois ficamos sabendo que ela faleceu dessa mesma gripe antes mesmo de nós recuperarmos. Ficamos muito sentidos. O bisavô Kitiji também faleceu por causa da gripe e do cansaço da viagem. Ele partiu silenciosamente, como se dormisse.

Enquanto todos se restabeleciam do cansaço da viagem e da gripe, chegou a notícia de que as nossas casas em Brejão foram concluídas. Queríamos chegar lá antes do

Ano-Novo, mas ninguém falava português, e ficamos preocupados. Contratamos um intérprete e só então partimos para Alta Sorocabana. Era o início de dezembro.

2. Chegada a Colônia Brejão

Partimos de São Paulo rumo ao Brejão no trem Maria Fumaça. As faíscas entravam pelas janelas e ora nos queimavam, ora nos furavam as roupas. Levamos mais de 20 horas para chegarmos até a Estação de Indiana quando entardecia. Disseram-nos que dali em diante a Estrada de Ferro Sorocabana ainda estava em construção, e que só os trens de carga podiam transitar. Ainda faltava 5 ou 6 estações até Brejão. Fico pensando como os adultos devem ter ficado perplexos, com tantas crianças e bagagens trazidas do Japão. Pode ser que os adultos estavam querendo chorar, mas felizmente estava escuro e não podia enxergar as fisionomias.

Anoitecia. Havia crianças que começaram a chorar. Enquanto os adultos conversavam procurando a solução, um funcionário da estação disse: “Um trem de carga partirá logo mais para interior, levando vagões chamados de Gaiolas onde se transportam cavalos, vacas e porcos. Se não se importarem de viajar na Gaiola, podem subir.” Todos ficamos contentes e aceitamos a oferta.

Empurrando e puxando, todos nós conseguimos subir na Gaiola. Até aí, tudo bem. Mas o problema era os esterco dos animais e seus cheiros. Ardia o nariz, chorava, se irritava, ria. Imaginem a situação.

Na penumbra, várias bagagens foram abertas, tiraram qualquer coisa que pegava para forrar o chão e sentar. Apesar do tumulto, chegamos à Estação Brejão antes do amanhecer.

Depois de 2 ou 3 anos, houve inauguração desse novo trecho da ferrovia e começou a transitar os vagões de passageiros. Na ocasião a estação foi batizada de Álvares Machado. A cidade vizinha chamava-se Veado, talvez por ter tido muitos veados.

A viagem de São Paulo a Brejão demorou bastante. Mesmo depois da inauguração do novo trecho, ainda costumava levar 24 horas. Naquela época, o trem ora corria, ora parava. Mesmo onde não havia estação, no meio da floresta, parava por longos tempos. Lembro que pensava: “Que será que estão fazendo?”. A cena em que o trem corria espalhando faíscas no meio da floresta escura poderia parecer bela se fosse agora. Conheci assim o extenso planalto que havia até sonhado.

Finalmente chegamos ao local tão esperado, sonhado e imaginado. Da estação até às nossas casas, tínhamos que caminhar por 3,5 quilômetros, através da mata virgem. Caminhamos por uma estreita estrada aberta no meio da floresta. As pessoas altas corriam o risco de espetar os olhos com os galhos das árvores, e as crianças caíam com facilidade por causa dos buracos e dos cipós das árvores. Caindo e levantando chegamos às casas que meu tio havia pedido para o Sr. Nishizawa e Nishimura construíram para nós.

Ainda hoje agradeço àqueles senhores por terem feito o melhor possível para nós. Havia duas casas, um poço e corria um córrego por perto. Compreendo que naquela época era impossível construir algo melhor do que aquelas casas, pois não havia serralha nem pregos em tamanho e quantidade adequados. Era época em que o dinheiro nada resolvia. Só se podia construir utilizando os recursos disponíveis no local.

As paredes das casas eram feitas de troncos de coqueiros cortados em quatro, amarrados com cipós. Os telhados estavam cobertos de tábuas finas que substituíam as telhas. Lembro-me que nas noites de lua cheia, havia claridade dentro da casa.

Cobrimos as paredes com os tecidos e cobertores trazidos do Japão para nos protegermos da chuva e do frio. Havia dentro das casas uma plataforma mais alta com troncos de coqueiro partidos ao meio, que servia de cama para várias pessoas dormirem lado a lado. Cobrimos as camas com mosquiteiros para nos protegermos dos insetos. Forramos com esteiras e acolchoados trazidos do Japão, mas mesmo assim doía o corpo quando deitávamos ou sentávamos. Fico pensando como deve ter sido difícil para os idosos.

(...) Com a ajuda dos Srs. Nishizawa e Nishimura, meu pai contratou empregados para desmatar 4 alqueires do total de 60 pertencentes a ele. Foi construída no local uma casa parecida com a anterior.

Cada família construiu as casas nas suas próprias terras e se mudaram. Simultaneamente, foi construída uma escola. As paredes eram de coqueiro, o banco comprido foram feitos com 2 troncos partidos e colocados juntos. A mesa e a lousa foram feitas de madeira serrada com serra trazida do Japão. O chão era de barro batido.

Quando o clã estava começando a se estabelecer, meu pai adoeceu e acamou-se com febre, durante os dias mais quentes de verão. Não havia nem médico nem remédio no Brejão. Fomos até Veado, que distava 14 quilômetros

mesmo cortando o caminho, à procura de um médico. Procuramos, procuramos e quando finalmente encontramos um médico da ferrovia, ficamos tão contentes que até hoje não me esqueço do seu nome: Dr. Lídio. Após a consulta, disse-nos apenas que era cansaço e doença tropical. Sequer soubemos o nome da doença. Fomos novamente a Veado comprar remédios na farmácia, cujo nome era: “Farmácia Veado”.

3. O falecimento da minha mãe

Meu pai se restabeleceu após alguns meses. Quando melhorou, reuniu toda a família, que era composta de meu pai, minha mãe Kimiko, meu avô Kesaji, eu e minhas duas irmãs. E começou a falar: “Não é o Brasil que ouvimos falar no Japão. Não há escola para as crianças. Não há médico que nos possa atender rapidamente, nem farmácias. Felizmente todos estão saudáveis, mas esta terra é um local que nada se pode fazer, mesmo tendo dinheiro. Pretendo voltar ao Japão antes de acabar o capital trazido, para que possamos reiniciar algum empreendimento de maior segurança.”

Porém minha mãe foi contra: “Vimos com tantos sonhos, recebendo tanto apoio de amigos e conhecidos, que nos fizeram grandes festas de despedida. Como poderemos voltar, o que poderemos dizer àquelas pessoas? Não tenho vontade de voltar”. Talvez minha mãe não pode compreender os sentimentos do meu pai que viera sozinho, pois grande parte dos parentes da minha mãe havia vindo juntos.

O meu avô disse: “Minhas filhas casadas fizeram tanto contra ao fato de eu vir ao Brasil; e eu sempre lhes respondi que pretendia receber os cuidados da minha nora até o fim dos meus dias. Não posso voltar sem ela, agora.”

Meu pai disse então que “Não posso retornar ao Japão deixando meu velho pai. Levando somente as crianças, não tenho como cuidar delas”. E desistiu de retornar ao Japão.

Porém, a minha mãe que fez o meu pai desistir de retornar, dizendo que pretendia ficar aqui até conseguir algum sucesso, adoeceu. Meu pai cuidou dela, que recebeu até o tratamento do Dr. Sentaroo Takaoka de São Paulo, mas mesmo assim, acabou falecendo em março de 1923. Minha mãe, que era católica fervorosa havia muito tempo, chamou meu pai à sua cabeceira e pediu para cuidar de todos. Olhou em silêncio para nós que estávamos pertos, fechou os olhos, e cantou o hino

católico em voz baixa. O meu tio Yokiti que fora chamado às pressas deu-lhe extrema unção, ao que respondeu “Amém” e adormecendo, partiu para a eternidade. Minhas irmãs, mais novas, agarraram-se ao corpo da minha mãe chorando, mas eu fiquei olhando o fim dela sem nem mesmo conseguir chorar.

4. Sobre as infelicidades

A nossa família perdeu aquela que tinha mais coragem, que dizia que ia trabalhar neste Brasil daqui em diante. A essa altura meu pai estava impossibilitado de retornar ao Japão levando as filhas e meu avô idoso. Uma das causas era o gasto inesperado que teve com os médicos e remédios, que acabou deixando-o desequilibrado financeiramente. Mas não era somente isso. Em São Paulo, meu pai e meus tios haviam deixado grande quantia em dinheiro nas mãos de uma pessoa. Era prática comum na época, que não utilizava serviço bancário. Desejando reaver a sua parte, meu pai escreveu uma carta e enviou um mensageiro, mas esta pessoa havia iniciado um empreendimento e gastado totalmente, juntamente com as somas dos meus tios, sem nenhum aviso prévio.

Foi bastante irresponsável por parte da pessoa que havia ficado com todo o nosso dinheiro, mas o principal responsável foi o homem que tinha o apelido de “Jacaré”. O meu tio, muito honesto e ingênuo, confiou no empreendimento do “Jacaré”, e resultou nesta desgraça irreversível. Acho que o meu tio deve ter sofrido muito financeira e materialmente por causa disso, pois ele acabou mudando para longe.

Há alguns anos, quando este tio ainda estava com saúde, fui visitá-lo, pela primeira vez depois da separação. Ele ficou muito feliz ao me ver: “Que bom que você veio. Entre, eu queria realmente encontrar com você. Quero saber como estão todos.” Ele me disse bastante sentido. Sentamos juntos à uma mesa grande, e conversamos a sós por algum tempo. Ele queria saber do meu pai. “Quero saber como o seu pai enfrentou os sofrimentos”. O tio, que normalmente era calado, perguntou-me em tom calmo. Como ele deve ter sofrido por ter sido ludibriado e pensando em ajudar os parentes, acabou prejudicando-os. É impossível julgar levianamente os fatos que ocorrem na vida de uma pessoa.

Jacaré era o homem que fingia ter muito e no entanto não possuía um centavo. Culto, fora pregador do caminho do

bem no passado. Dizem que a sua esposa era culta e era educadora no Japão.

Aqui no Brasil, este homem conviveu maritalmente por longo tempo. A mulher faleceu na sua própria cama, com tiro disparado durante a noite. Ele próprio faleceu na plataforma da estação com um tiro disparado por seu empregado. Quando ocorreu este fato, eu estava estudando em São Paulo.

Dizem que quando a viúva foi informada através da Embaixada, ela respondeu: “Tenho ouvido inúmeros boatos. Mas não posso aceitar herança resultante de atos incorretos. Gostaria que utilizassem para algo.”

Por causa deste homem, meu pai e meus tios perderam tudo que trouxeram do Japão, vendendo as terras e os bens. Como e onde desapareceu ninguém se sabe. Se tivéssemos perdido num empreendimento que nós próprios tivéssemos iniciado, ainda conformaríamos. Porém, simplesmente desapareceu. Meu pai se conformou dizendo que nada havia para se envergonhar perante o Senhor, pois ele próprio nada fizera de incorreto.

Sofremos, mas chegaram muitos imigrantes e Brejão se tornou uma grande Colônia. Formou-se a Associação, e meu pai se empenhou também como presidente da associação. Porém, cerca de um ano após o meu casamento, viu contente o primeiro neto e acabou acamando de doença, em 1931. Um mes depois, aos 49 anos, acabou falecendo.

BIOGRAFIA DA SRA. TOKIKO OKAYAYASHI:

Chegou ao Brasil quando cursava a 5^a série do Primeiro Grau no Japão. O seu pai Sr. Ikki Okabayashi enviou-a a São Paulo para estudar Comércio. Casou-se com Sr. Oota. Após a morte do seu pai, mudou-se para Londrina/PR, em 1933. Administrou a Escola de Corte e Costura durante 40 anos. Dedicou intensamente às entidades filantrópicas.

Com a apresentação deste relato, procuramos demonstrar a realidade encontrada no início da formação da Colônia Brejão, aos olhos de um personagem que participou de uma parte importante desse processo. Não seria possível colher

um relato de alguém que tenha vivido nesse período e enfrentado as dificuldades de adaptação, pois já se passaram mais de 80 anos⁶¹.

Durante as entrevistas, a veracidade dos pequenos detalhes não nos preocupou⁶², uma vez que o tempo cuidou de espalhar algumas lacunas pela memória dos remanescentes da Colônia Brejão. Chamou-nos atenção, o que foi escolhido pelo narrador como importante a ser contado⁶³ e, quanto aos fatos questionados, a sua forma de relatar os acontecimentos de acordo com o que acredita ser verídico, pois escutou tais histórias contadas por seus pais e avós.

A leitura da obra de MIYASHITA (1968) preencheu algumas dessas lacunas e também serviu para reforçar os fatos narrados pelos entrevistados em relação às dificuldades encontradas e ao desenvolvimento da colônia japonesa no município de Álvares Machado.

3.3 A FORMAÇÃO DOS SHIBU'S

A Colônia Brejão era comumente denominada como área de 3.000 alqueires ao sul da estrada de ferro e área de 2.000 alqueires a leste da estrada de ferro. Essas áreas foram divididas em lotes e vendidas aos colonos japoneses e, de acordo com a proximidade das propriedades, as famílias agrupavam-se em núcleos chamados de Shibu 1, Shibu 2, Shibu 3 chegando até Shibu 16.

Tais divisões surgiram devido ao aumento de famílias de imigrantes japoneses junto à Colônia Brejão, pois as grandes distâncias a serem percorridas dificultavam o acesso das crianças à escola já existente, ao mesmo tempo em que a cada grupo de famílias pertencentes a propriedades próximas passaram a formar novas associações em áreas divididas nos chamados Shibu's, cada qual com sua escola para atender aos filhos de imigrantes do Shibu em questão. Para melhor explicar essa divisão, recorreremos à seguinte nota:

⁶¹ Encontramos uma senhora que disse ter lembranças desse período, porém, após várias tentativas de aproximação, os familiares mostraram-se contrários à nossa entrevista. Respeitamos tal posição.

⁶² Cf. já comentado na introdução deste trabalho

⁶³ BOSI, 1984, p.39.

Para a colônia japonesa, Álvares Machado está dividido em Shibu's, que utiliza uma divisão diferente dos bairros da zona rural segundo a Prefeitura do município. Esta divisão foi estabelecida principalmente para construir e administrar as escolas primárias. Portanto, o shibu 1 é o local onde foi construída a primeira escola, o shibu 2, a segunda escola, e assim por diante. Formaram-se várias associações de japoneses, uma em cada Shibu e a associação da cidade era chamada de Shibu Central. Além disso, havia Associação na cidade que era a união de todas as associações chamada de Rengou. (MIYASHITA, 1968, p.99)

No ímpeto de compreender essas divisões, procuramos auxílio entre os descendentes de imigrantes da colônia japonesa de Álvares Machado, pois como já citado, essas divisões são diferentes dos bairros rurais descritos pela prefeitura do município. Porém, os descendentes entrevistados tiveram dificuldade em localizar com precisão as áreas relativas a cada *Shibu*. Dessa forma, procuramos utilizar as informações colhidas junto aos entrevistado e , somado a essas informações, recorreremos às seguintes obras COLÔNIA (1981) e MIYASHITA (1968):

Shibu 1 – Colônia Brejão “área de 3.000 alqueires”

Shibu 2 – a porção maior da “área de 2.000 alqueires”, a sudeste de Álvares machado, indo da proximidade da cidade até 6 quilômetros de Presidente Prudente

Shibu 3 – também chamado de Bairro Guaiçara localizado de 5 quilômetros a 9,5 quilômetros a sudoeste da Estação Ferroviária de Álvares Machado. Conhecido por sua concentração de católicos originários de Fukuoka-ken, chegou a ter 120 famílias japonesas como membros.

Shibu 4 – área de 300 alqueires do Km 4 ao norte da Estação Ferroviária até o Km 8, antigamente chamado de Montalvão ou Reservado, chegou a ter 86 famílias por volta de 1940.

Shibu 5 – área que vai do Km 8 a sudoeste da Estação Ferroviária até o Km 15, vizinho dos *Shibu*'s 1 e 3, chegou a ter 100 famílias em 1933.

Shibu 6 – anteriormente conhecida como Colônia Kyooai, área com início no Km 10 da estrada de Alfredo Marcondes ao norte de Álvares Machado, com aproximadamente 400 alqueires.

Shibu 7 – também conhecido como *TOUA*, ocupava área vizinha da cidade, nada mais consta.

Shibu 8 – localizado na área do Bairro Boa Esperança que vai do Km 20 a sudoeste da Estação Ferroviária até o Km 30, chegou a ter 60 famílias

Shibu 9 – Colônia Asashi.

Shibu 10 – compreendia a cidade de Alfredo Marcondes e suas redondezas a 22 quilômetros ao norte da Estação Ferroviária. Em 1945 chegou a ter cerca de 70 famílias.

Shibu 11 – Área chamada de Jaracatyá que, devido à distância e conseqüente dificuldade de acesso, as 9 famílias integrantes se dispersaram.

Shibu 12 – formada por famílias remanescentes do *Shibu 13* por volta de 1968.

Shibu 13 - formado por um grupo de 20 famílias que separou-se do *Shibu 4* que levou o nome de Colônia Mizuno. Esse *shibu* desintegrou-se com a saída de várias famílias para outras regiões e as restantes liquidaram a escola e desfizeram a associação.

Shibu 14 – não foi formado e isso tem ligação com algumas crenças que surgiram relacionadas ao número 4, onde em uma área denominada Área 4, quatro pessoas faleceram no ano da entrada, no ano seguinte quatro pessoas foram assassinadas e para completar, o número 4 no idioma nipônico é *shi* que também significa morte. Assim, o número 4 passou a ser evitado.

Shibu 15 – englobava a cidade de Santo Expedito e redondezas. Após a Segunda Guerra Mundial separou-se da Associação de Álvares Machado.

Shibu 16 – formado pelas famílias espalhadas nas áreas a 42 quilômetros de Álvares Machado, a 4 quilômetros ao norte da cidade de Santo Expedito.

Shibu Central – localizado no município de Álvares Machado chegou a ter 97 famílias antes da aglutinação de outros *shibu's*.

A divisão dos diversos *shibu's* foi modificando-se com o passar dos anos, pois muitas famílias se dispersaram, algumas se uniram a associações japonesas de cidades mais próximas, e grande parte mudou-se para outras cidades e regiões mais distantes à procura de melhores condições de vida.

Ainda hoje, a nomenclatura *shibu* é utilizada para identificar uma família e sua origem, porém as associações de cada *shibu* e suas escolas já não encontram-se em atividade.

Para exemplificar, transcrevo algumas frases:

“- Tamura-san do shibu 1 é o atual presidente da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado”

“- Kuroiwa-san do shibu 3 faz parte de família tradicional de colonos de Machado.”

Atualmente a colônia japonesa de Álvares Machado encontra-se integrando uma única associação: Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado, cuja sede encontra-se na cidade, há um campo de Gateball⁶⁴, um salão de festas e o funcionamento de uma escola de língua japonesa. Em seu quadro de associados apresenta um total de 153 famílias associadas que se divide em 55 na zona rural e 96 na zona urbana⁶⁵.

⁶⁴ Jogo muito apreciado, em sua maioria, por idosos. A equipe de Álvares Machado têm, constantemente, conquistado vários títulos regionais nesse esporte.

⁶⁵ Observem que, de acordo com a Casa da Agricultura de Álvares Machado, há 166 propriedades rurais em nome de japoneses e descendentes de japoneses no município. Durante as entrevistas realizadas, encontramos várias famílias que possuem propriedades rurais, mas moram na zona urbana.

CAPÍTULO 4 - SOBRE A COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO

Segundo relatos de antigos moradores, na época da colonização, a estrada de ferro chegava somente até a Estação Indiana. Para buscar alimentos ou remédios, os pioneiros caminhavam 50 quilômetros durante dois dias, dormindo ao relento e atravessando a estrada que cortava a floresta.

Os colonos que residiam na área das florestas conviviam com perigos constantes devido ao aparecimento de onças e outros animais peçonhentos, além do que a distância até conseguir socorro em caso de emergência apresentava-se mais longa.

Outra dificuldade encontrada pelos colonizadores era a ausência de médicos e também a falta de condições de pagar por um tratamento em caso de doenças ou de acidentes. Havia um médico da empreiteira construtora da ferrovia, porém ele vinha apenas uma vez por semana sem data marcada.

No momento do desembarque das bagagens na estação de Indiana, havia dificuldades em transportá-las até a Colônia Brejão, uma vez que a estrada de ferro terminava naquele ponto e as estradas existentes eram, na verdade “picadas na mata” que chamavam de “estrada de boiadeiro”, com vários trechos intransitáveis. MIYASHITA (1968), conta que havia a possibilidade de contratar uma carroça de Indiana até Brejão, mas o preço pedido girava em torno de 500 mil-réis, o suficiente para se comprar aproximadamente 10 alqueires de terra, tornando inviável o uso da mesma.

Uma solução encontrada para esse dilema foi através de um agrimensor inglês que, intercedendo junto aos administradores da ferrovia, conseguiu que as bagagens fossem transportadas de vagonete⁶⁶, com a condição de que para cada bagagem fosse dado em troca um metro de lenha.

Essa informação encontrou respaldo no relato da Sra. Tamae Nagano Shirazaki, 82 anos – em entrevista realizada no dia 25 de setembro de 1999 -, que

⁶⁶ O uso do vagonete facilitaria o transporte de bagagens com a utilização dos trilhos da estrada de ferro.

afirmou lembrar de que quando seus pais comentaram sua vinda de Botucatu para Álvares Machado – na época Brejão - em 1918 assumir e desmatar o lote que haviam comprado, eles usaram os dormentes da estrada de ferro para transportar seus pertences com o uso de um vagonete e pagaram com a madeira do desmatamento, cerca de 10 metros de lenha.

Mesmo após os primeiros períodos de adaptação, a resistência do colono de Brejão foi testada duramente até mesmo para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade devido a distância necessária até o centro abastecedor mais próximo ser pelos trilhos na mata fechada.

Em entrevista ao Sr. Júlio Satoru Kanimoto – realizada em 10 de julho de 1999- , cujos antepassados chegaram por volta de 1927/28 ao Brejão, ouvimos o seguinte relato:

“ – Para comprar gêneros de primeira necessidade, as pessoas saíam de madrugada e chegavam na madrugada do dia seguinte ... tudo a pé por carreador (atalho, nota da autora) ... os mantimentos vinham no lombo de burro ou cavalo.”

Ainda conforme relato de Júlio Satoru Kanimoto , as moradias eram precárias, as casas eram feitas a partir do coqueiro que era derrubado e cortado ao meio para montar as paredes, o telhado era de sapé e os vãos que ficavam nas paredes entre as metades dos coqueiros eram tapados com barro vermelho. Durante os anos que se passaram, não encontraram dificuldade para plantar, pois a terra era muito rica e, por volta de 1933, seu avô que possuía habilidades como intelectual e marceneiro construiu uma casa de madeira.

Como o relato anterior, muitas famílias de colonos foram chegando construindo suas casas, ainda com a esperança de voltar para sua terra natal⁶⁷.

⁶⁷ Pelo fato de o imigrante japonês contar como temporário o período que passaria no Brasil, acalentando o sonho de retornar ao Japão, suas casas eram extremamente simples, não possuindo qualquer enfeite ou móveis que pudessem ser considerados supérfluos. Tamanha simplicidade chamava tanto a tenção, a ponto de dizerem que era fácil reconhecer uma casa de japoneses, pois não havia jardim ou qualquer outro tipo de adorno.

Contudo, à medida que o tempo passava, a idéia de que ficariam no Brasil foi se intensificando, pois aqui estavam construindo o futuro de seus filhos⁶⁸.

No caso do município de Álvares Machado, um fato a ser destacado é a alta porcentagem da colônia japonesa na formação da população do município. Segundo SPÖSITO (1983: p.228), a colonização japonesa deu origem ao núcleo urbano de Álvares Machado e estabeleceu grande parte da estrutura fundiária do município a base de pequenas propriedades. Atualmente, conforme a informações da Casa da Agricultura do município, entre as 1044 propriedades rurais situadas no município de Álvares Machado, cerca de 166 propriedades pertencem a japoneses e seus descendentes, atuando na produção de hortifrutigranjeiros.

A seguir abordaremos as dificuldades encontradas pelos colonos japoneses no processo de adaptação e a situação atual encontrada através de dados obtidos com as entrevistas e com os questionários aplicados em Pesquisa “in loco” no período de julho/1999 a setembro/2001.

4.1 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E A SITUAÇÃO ATUAL

O imigrante japonês encontrou dificuldades em seu processo de adaptação em uma terra de idioma desconhecido, cujos hábitos culinários e religiosos são muito diferentes.

Na seqüência, relataremos algumas dessas dificuldades de adaptação, utilizando a vasta literatura oferecida por ASARI (1992), VIEIRA (1973), COMISSÃO (1992), NOGUEIRA (1973), SAITO (1961) e SHINDO (1999) e, os dados obtidos através de pesquisa a campo entre japoneses e descendentes, no município.

⁶⁸ A aceitação do fato de permanecer no Brasil ganha corpo com o advento da Segunda Guerra Mundial, pois já estavam estabelecidos em suas propriedades, seus filhos frequentavam escolas com brasileiros e o Japão derrotado pela guerra não poderia lhes oferecer melhores condições. Houve, então, uma mudança notável, os japoneses e descendentes passaram a cultivar jardins e investir em maiores confortos em seus lares.

4.1.1 A LÍNGUA

Dentre as principais dificuldades encontradas pelos imigrantes japoneses, a barreira da comunicação devido ao idioma diferente, com certeza, foi uma das mais sérias. As diferenças entre o português e o japonês não se restringia à comunicação oral, mas agravava-se na forma escrita, onde o idioma nipônico divide-se em caracteres chamados *katakana*, *hiragana* e *kanji*. O fato do imigrante japonês não entender o português e também de não conseguir se fazer entendido, muitas vezes gerava situações desagradáveis como a compra de produtos para finalidades diversas daquelas procuradas e a atuação de pessoas não idôneas que, aproveitando-se de tais fatos, agiam de má fé, ludibriando os imigrantes.

ASARI (1992) cita casos em que se comprava queijo pensando que se tratava de sabão e só mais tarde percebia-se o engano.

Em entrevista realizada no dia 10 de julho de 1999, um senhor de 73 anos, cujo pai chegou à colônia Brejão em 1924, afirmou que entre os integrantes da colônia a língua japonesa era a utilizada e que o comércio era realizado por pessoas da família ou da colônia que dominassem melhor o português. Ressaltou ainda não se lembrar de ter sofrido, na sua infância, nenhum tipo de preconceito “(...) pois quase não havia gaijin era quase tudo nihonjin”⁶⁹ e a cidade de Brejão era apenas uma vila com poucos moradores e ainda distante da colônia.

Os idosos entrevistados nos dias 10 e 11 de julho de 1999, foram unânimes em ressaltar que os mais jovens tinham mais facilidade em aprender o português, enquanto que os mais velhos encontravam uma dificuldade maior. Houve até casos em que crianças eram consultadas para tirar dúvidas sobre operações de compra e venda e de contratos, por atuarem como tradutoras.

Era muito comum que, junto às associações japonesas, funcionassem escolas de língua japonesa e em alguns casos, as escolas tradicionais de ensino brasileiro⁷⁰. Ainda durante as entrevistas realizadas entre os membros da colônia

⁶⁹ As expressões *gaijin* e *nihonjin* significam, no contexto, brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidades e japoneses e descendentes, respectivamente

⁷⁰ Sobre o aspecto do surgimento das associações japonesas (*nihonjin-kai*) e das escolas de língua japonesa atentar para o item 4.2

japonesa do município, notamos que mesmo os imigrantes que estão no Brasil há 60, 70 anos, considerados *isseis*⁷¹, persistem em falar a língua japonesa e ocasionalmente falam a língua portuguesa, mas com certa dificuldade, pois sempre residiram em colônias cercados por compatriotas. Mesmo os *nisseis*⁷², costumam usar a língua japonesa para conversar entre si, com os mais velhos e “misturam” ocasionalmente as duas línguas ao conversar com seus filhos, os chamados *sanseis*⁷³, já os *yonsei*⁷⁴, encontram uma dificuldade maior na comunicação no idioma japonês – exceto quando fazem parte de escolas de idioma japonês ou que convivem muito próximo a seus avós ou bisavós. (vide Tabelas 2, 3 e 4)

Tabela 2 – Conhecimento da língua japonesa – chefes de família

GRAU DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE	%
Fala, entende e escreve	16	40
Apenas fala e entende	18	45
Não escreve, fala ou entende	6	15
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

Tabela 3 – Conhecimento da língua japonesa – esposas ou companheiras

GRAU DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE	%
Fala, entende e escreve	18	45,0
Apenas fala e entende	13	32,5
Não escreve, fala ou entende	9	22,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

⁷¹ Primeira geração, japoneses nascidos no Japão.

⁷² Segunda geração, filhos de pais japoneses, nascido fora do Japão.

⁷³ Terceira geração, filho de pais nissei, nascido fora do Japão.

⁷⁴ Quarta geração, filho de pais sansei, nascido fora do Japão

Tabela 4 – Conhecimento da língua japonesa – filhos

GRAU DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE	%
Fala, entende e escreve	7	17,5
Apenas fala e entende	22	55,0
Não escreve, fala ou entende	11	27,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

Entre os chefes de família entrevistados, 40% fala/entende e escreve o idioma japonês, 44% apenas fala/entende e 16% não fala/entende e não escreve. Podemos notar que 85 % dos chefes de família entrevistados, conseguem comunicar-se no idioma japonês sem problemas. Entre as esposas, 45% fala/entende e escreve o idioma japonês, 32,5% apenas fala/entende, ou seja, 75,5% consegue se comunicar em idioma japonês, e 22,5% não fala/entende e não escreve. Atentamos para o fato de que o percentual relativo aos que não falam/entendem e não escrevem são representados pelos casais mais jovens.

Entre os filhos dos entrevistados, 17,5% falam/entendem e escrevem o idioma japonês, 55% apenas falam/entendem e 27,5% não falam/entendem e não escrevem. Os pais afirmaram que entre os que falam e entendem todos frequentaram a escola de língua japonesa (nihon-gakô) e mesmo entre os que apenas falam/entendem, muitos frequentaram o nihon-gakô, mas a falta do uso frequente da escrita causou o esquecimento.

Através da observação participante, constatamos o uso frequente da língua japonesa entre os descendentes de japoneses, seja em encontros informais, nos eventos frequentados, em reuniões sociais e até mesmo em casa. Os mais idosos utilizam a língua japonesa com maior frequência e por vezes, para que tornem mais fácil a compreensão pelos mais novos, chegam a “misturar”⁷⁵ algumas palavras (verbos, substantivos ou adjetivos) em português.

-“*Kono sapato wo ikura desu ka?*”⁷⁶

⁷⁵ HANDA In SAITO & MAEYAMA (1973, p. 506) chama esse fenômeno de “aportuguesamento do japonês”

⁷⁶ Quanto custa este sapato?

-“Vamos levar *onigui* de *obentô* na viagem.”⁷⁷

-“Não esqueça de comprar *yassai* para o almoço.”⁷⁸

-“Esse bolo ainda ‘*tá atsui*, cuidado.”⁷⁹

É muito comum observarmos duas gerações conversando, geralmente *isseis*, *nisseis* e *sanseis e yonseis* onde os dois primeiros falam grande parte das frases no idioma japonês e como resposta recebem as frases totalmente em português.

Os eventos da Colônia Japonesa contam com discursos realizados nos idiomas japonês e português. Mesmo as apresentações em karaokês e outros eventos, são realizadas em japonês, elencando a ordem de apresentação e de classificação.

4.1.2 HÁBITOS E COSTUMES ALIMENTARES

A dificuldade na comunicação refletiu-se também nos hábitos alimentares dos imigrantes japoneses, pois como os ingredientes da cozinha japonesa eram impossíveis de fazerem parte do dia-a-dia na mesa dos mesmos, fazia-se necessário aprender a preparar os alimentos existentes no Brasil.

Quanto à alimentação, SAITO (1973) e COMISSÃO (1992) evidenciam o fato de que a alimentação do imigrante japonês era muito diferente da cozinha brasileira. A comida brasileira com muita gordura, o bacalhau seco e a carne salgada foram se integrando ao hábito alimentar do imigrante, muito lentamente. E a diversificação da comida foi acompanhando o desenrolar da assimilação da culinária brasileira através de conversas, onde as brasileiras e colonos de outras nacionalidades ensinavam novas formas de preparo dos produtos agrícolas encontrados na região.

Nas leituras realizadas sobre esse processo imigratório, é comum encontrarmos referências sobre a importância do imigrante japonês no esquema de

⁷⁷ Vamos levar bolinho de arroz de marmitta na viagem.

⁷⁸ Não esqueça de comprar verduras/folhas para o almoço.

⁷⁹ Esse bolo ainda está quente, cuidado

transformação no setor rural paulista, pois o imigrante japonês trouxe além da própria força de trabalho, seus conhecimentos em técnicas agrícolas que adaptou ao processo produtivo vigente⁸⁰, seu padrão de poupança e uma orientação coletivista de família como um grupo cooperado de trabalho⁸¹.

Em entrevista realizada em 10 de julho de 1999, o Sr. Júlio Satoru Kanimoto ressaltou que havia um espírito de solidariedade muito forte, onde os colonos mais antigos chegavam a emprestar arroz e outros víveres até que o novo colono se instalasse.

Até que se plantassem as sementes de vários legumes e verduras que trouxeram consigo e ocorresse a colheita, o colono japonês alimentava-se basicamente de arroz (feito à moda japonesa sem gordura apenas com água, mamão verde salgado (como picles), caruru e picões. A carne era considerada um *okazu* (acompanhamento), e apreciavam os fungos que cresciam em cortes apodrecidos de árvores derrubadas .

(...) Quanto ao fogão, haviam fincados duas forquilhas no chão, atravessadas por uma barra, onde se penduravam caldeirões. Para crianças, tudo isso era diferente e interessante. Hoje, quando fico em silêncio, lembro da época ora com saudades, ora com tristeza.

Quanto aos mantimentos, havíamos trazidos de São Paulo, mas não durou para sempre. Havia somente boteco próximo à estação, onde vendia pinga. Como não havia balas nem biscoitos, foram à plantação de cana-de-açúcar de um brasileiro, apesar de distante, para comprar canas. Cortaram em pedaços finos e por um tempo, as crianças chuparam o caldo com alegria.

As mães plantaram as sementes de hortaliças trazidas do Japão, mas até começar a colher, elas devem ter ficado

⁸⁰(...) a contribuição dos agricultores japoneses não foi, porém, no aspecto da ampliação das áreas de cultura: a diversificação das culturas foi uma das suas preocupações constantes. Os esforços de introduzir novas culturas se intensificaram principalmente a partir da década de 30. A avicultura, as culturas de rami, juta e pimenta-do-reino, e a produção do chá preto são as mais conhecidas. Essa tradição continua até os dias de hoje, enriquecendo as variedades dos produtos agrícolas (...) entre frutas, verduras e hortaliças, além (...) da floricultura. Sua participação na introdução de novas culturas, de variedades melhoradas e renovações técnicas (...) também ensejou a condição de 'exportável' para alguns produtos (COMISSÃO, 1992, P. 462)

⁸¹ As cooperativas agrícolas fundadas por imigrantes japoneses tiveram um papel importante na formação de núcleos produtivos, assistência técnica, circulação e escoamento de mercadorias e, no fornecimento de insumos e maquinaria para seus cooperados.

muito preocupadas com os alimentos. Um dia, minha mãe e meu tio mais novo foram comprar galinhas na casa do brasileiro que ficava distante. Comprou 3 aves fazendo mímicas, mas uma galinha era cega de um olho, e outra de penas brancas tinha a cabeça preta, ao invés de vermelha. Único normal era o galo. Porém uma das galinhas pôs um ovo no dia seguinte, o que nos deixou contentes. (OKABAYASHI In COLÔNIA, 1981, p. 69)

Em entrevistas a colonos remanescentes e alguns descendentes, quando indagados sobre a alimentação no início do período de colonização da área, disseram lembrar-se das histórias contadas sobre a dificuldade inicial de conseguir alimentos, daí o consumo de mamão verde, caruru e picão, porém aqueles que chegaram por volta de 1923 em diante já encontraram maiores facilidades, pois os próprios colonos instalados já possuíam hortas e produziam nabos e outros legumes, juntamente com as plantações de café, algodão, amendoim, batata, entre outros.

Segundo os dados de 1923, por volta do mesmo ano, a Colônia Brejão era constituída por 67 famílias japonesas que eram proprietários de glebas de terras, 84 famílias japonesas que eram arrendatários e colonos, num total de 151 famílias. Produziram 5.000 sacas (60 kilos) de arroz, 20.000 arrobas de algodão, 10.000 sacas de milho, 5.000 sacas de feijão, 3.000 sacas de batata e colheita de 62.000 pés de café que puderam ser comercializados, fazendo com que o Brejão se destacasse no cenário da Sorocabana. (MIYASHITA, 1968)

A diversificação dos produtos agrícolas trouxe melhorias no padrão culinário da colônia e contribuiu para agilizar o comércio local.

SHINDO (1999), analisou como uma estratégia o fato de muitos colonos japoneses voltarem suas atividades agrícolas para a diversificação de produtos a fim de alcançar as cidades que estavam em formação e precisavam de alimentos para seu consumo e sustento. Dessa forma, a produção agrícola de produtos diversificados encontraria um mercado consumidor para seus produtos viabilizando a sua manutenção e a de seus filhos.

Com o passar dos anos, as mulheres japonesas aprenderam a cozinhar os alimentos à maneira brasileira e adequaram alguns ingredientes ao preparo de

pratos similares ao gosto do japonês. Algumas casas de importação passaram a trazer produtos japoneses procurando atender às necessidades dos japoneses residentes no Brasil, contudo o alto custo dessas mercadorias inviabilizava seu acesso. Dessa forma, muitas famílias passaram a fabricar artesanalmente esses produtos – principalmente o shoyu⁸² e o missô⁸³ – para consumo próprio.

Por volta de 1940, surgiram as primeiras fábricas nacionais de produtos japoneses, contribuindo para que as pessoas tivessem maior facilidade para adquirir tais produtos e, conseqüentemente, tornasse mais ampla a sua divulgação.

Entre os entrevistados, não encontramos muita resistência ao consumo de pratos típicos japoneses, mesmo entre aqueles que se consideram distantes da associação japonesa local. (vide Tabela 5)

Tabela 5 – Consumo de pratos da culinária japonesa

CONSUMO POR SEMANA	QUANTIDADE	%
1 a 2 vezes	2	5
3 a 4 vezes	6	15
5 a 6 vezes	0	0
Apenas nos fins de semana	8	20
Sempre	24	60
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

Quando indagados sobre o consumo de pratos típicos da cozinha japonesa: 5 % disseram consumir de 1 a 2 vezes por semana; 15% , de 3 a 4 vezes por semana; 20%, apenas nos finais de semana ou em ocasiões especiais; e 60 %, consomem sempre.

É importante ressaltar que a maioria dos 60% que consomem sempre, responderam que junto aos pratos brasileiros já assimilados pela família e consumidos no dia-a-dia, há um prato da culinária japonesa. Isso representa um hábito de consumo alimentar chamado de “mistura” de pratos japoneses com pratos brasileiros à mesa pelos entrevistados:

⁸² Molho à base de soja fermentada.

⁸³ Pasta de soja.

- “Sempre tem comida japonesa. Mistura os dois”
- “Não dá p’rá comer sem ter um *missô-shiro*⁸⁴ pelo menos”
- “Mesmo quando tem macarronada com molho de tomate, tem que ter alguma coisa cozida com *shoyu*⁸⁵.”
- “Até os *gaijin* já comem comida japonesa, aprenderam com a gente.”
- “Em casa temos sempre *shiro-gohan*⁸⁶ com feijão temperado.”

Entre os entrevistados pertencentes ao grupo que “consome sempre” pratos típicos japoneses, ouvimos da maioria que “(...) *não dá para passar só com comida japonesa, tem que ter arroz, feijão e carne*⁸⁷.” Percebemos que o uso de ingrediente japoneses tornou-se um hábito na maioria dos casos e que o preparo das refeições apresenta-se com uma diversidade de pratos tanto da culinária japonesa como da brasileira que tornou-se algo comum.

4.1.3 A RELIGIÃO

Quando se trata de relatar a religiosidade japonesa no Brasil, faz-se interessante utilizarmos a subdivisão identificada pela Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil:

Primeiro período- 1908/1920- período em que a vida e ação dos imigrantes era regulada pela “estratégia de trabalho temporário de curta duração” e pela transição desta para a “estratégia de trabalho temporário de longa duração” visto que na década de 10, os imigrantes iniciaram a formação de “colônias”.

Nesse período, a vida religiosa dos imigrantes não pode ser considerada ativa, pois as dificuldades em conseguir o próprio sustento e da família e, ainda ressarcir as despesas de viagem, não deixava sobras para uma possível atividade religiosa e gastos com o sustento do pregador. Da mesma forma, as organizações

⁸⁴ Sopa a base de soja.

⁸⁵ Molho japonês a base de soja fermentada

⁸⁶ Arroz branco cozido apenas com água e sem nenhum tempero.

⁸⁷ Os imigrantes japoneses não tinham por hábito o consumo de carne bovina, suína ou de frango, preferiam a carne de peixe, legumes e verduras. O gosto pela carne vermelha e sua inclusão nas refeições ilustra a mudança de hábito ocorrida.

religiosas do Japão encontravam dificuldades econômicas para a difusão das seitas em áreas tão extensas.

“os nossos imigrantes e colonos se acham espalhados em áreas tão extensas que, no caso de construir-se um templo, ou ainda programar-se visitas aos fiéis, seriam necessários montantes significativos para atendimento às despesas, os quais, naturalmente, os fiéis do Brasil (...) não teriam como arcar.” (COMISSÃO,1992,p.565)

Na tradicional instituição familiar japonesa, o culto ao antepassado era função atribuída ao sucessor, em regra o primogênito e, como o grosso dos imigrantes japoneses era constituído de segundo ou terceiro filho, o chamado ‘não sucessor’ que saía da sua família originária, não possuía antepassado para prestar culto. De certo modo, seria ele o iniciador de uma família e, portanto, futuramente iria ser ele próprio objeto de culto.

Nos primórdios do movimento migratório, embora houvesse garantias legais à liberdade de culto no Brasil, a propagação das religiões nipônicas foi inibida pelas autoridades japonesas – pretendendo evitar com que o imigrante fosse vítima de repúdio e hostilidade – e pelo maio brasileiro sob a hegemonia católica, orientando aos colonos que os cultos religiosos⁸⁸ estranhos aos brasileiros fossem realizados da maneira mais discreta possível.

Dessa forma, podemos dizer que os traços religiosos nesse período resumiam-se a cerimônias fúnebres e leituras de rezas budistas ou xintoístas , diante de oratórios, nas casas em que tinham ocorrido casos de falecimento que, muitas vezes não passavam de improvisações realizadas por vizinhos que soubessem algum rudimento de reza.

“Penso agora que 50 anos atrás foi o início do desenvolvimento de Álvares Machado. O vizinho ficava a quilômetros além dos matos. (...) Além disso perdiam a saúde por causa do trabalho duro de pioneiros e doenças tropicais; tornando vãos os sonhos grandiosos de

⁸⁸ Para um observador estranho aos cultos religiosos japoneses, os rituais cheios de simbolismos seguidos de cantos em voz contida, tocar de sinos e realizado em um idioma incompreensível, poderia despertar certo desconforto e até mesmo um sentimento hostil

inúmeras pessoas. Neste contexto, havia aqueles que cumpria o papel de monge realizando os cultos aos falecidos e consolando a tristeza dos familiares. Estas pessoas seguiam pelas matas através dos vales e das montanhas, a pé ou à cavalo (...) substituíam as funções que deveriam ser executadas pelos monges profissionais. Nas matas haviam onças e terríveis animais (...) portando revólver à direita da cintura e faca à esquerda, certamente, arriscavam a vida (...) por isso mesmo acho que continha maior seriedade na voz que entoava a sutra budista com sotaque regional, sentindo maior sublimidade no longo texto que lia como podia, iluminando e consolando a realidade triste e dura. (...) Penso que estas pessoas foram na realidade as flores de lótus que floresceram silenciosamente no meio dos vales (...) Estas flores aumentaram com o passar dos anos, foram se unindo nos meios religiosos, dentro dos templos, formando belos jardins do budismo (...) Há 50 anos as sementes foram plantadas” (MIYASHITA, 1968, p.87)

Segundo período: 1920/1930 – período que se relaciona à passagem dos colonos para agricultores independentes ou arrendatários.

Os imigrantes japoneses mudaram a sua estratégia de “trabalho temporário de curto prazo” para “trabalho temporário de longo prazo”, transformando-se em pequenos produtores de mercadorias ao passarem a ser meeiros, arrendatários ou produtores independentes. Além do que, devido ao fato de se instalarem tendo como princípio de organização a etnicidade, os imigrantes japoneses arrendaram ou adquiriram as terras em grupo, construindo as chamadas “colônias”. Somando tais fatos com a estabilização da produção e o avanço da organização das colônias, começaram a surgir as atividades de natureza religiosa nas colônias.

Em Álvares Machado, após a construção do chamado Cemitério Japonês de Brejão em 1919, surgiram inúmeros religiosos de vários credos e todos os zeladores do cemitério eram muito religiosos contribuindo para que os cultos fossem realizados com o apoio da colônia, uma vez que, lá repousava pelo menos um familiar ou parente de quase todos os seus integrantes.

Porém, da mesma maneira como aconteceu no Primeiro período, por motivo de “respeito e comedimento” diante da igreja católica e do nacionalismo brasileiro, os trabalhos de divulgação das seitas religiosas japonesas ainda

manifestaram-se timidamente. Em contraposição, as igrejas cristãs, católicas e protestantes atuaram intensamente nas colônias japonesas.

Em relação ao catolicismo, Álvares Machado recebeu por volta de 1925 a vinda do padre Chohachi Nakamura, mais conhecido como Monsenhor Nakamura, que ergueu uma capela no Bairro Guaiçara como sede, e procurou realizar a conversão dos japoneses ao catolicismo. (MIYASHITA,1968)

É importante acrescentar que a conversão dos colonos ao catolicismo era, muitas vezes, apenas uma forma de adaptação ao ambiente brasileiro, onde a mesma se dava mais por interesse social do que por crença pessoal.

Terceiro período- período marcado pela implantação da política de nacionalismo do governo Vargas, fortemente impulsionada pelo Estado Novo.

O período entre a segunda metade de 1930 e 1950 foi chamado de período de “hibernação das religiões”. Nesse período, a política de nacionalização tinha por objetivo a elevação do espírito de brasilidade e as colônias japonesas foram consideradas como “quistos” dentro da sociedade brasileira, exacerbando a “opinião anti-nipônica, agravada pela Guerra do Pacífico em dezembro de 1941, onde em dezembro de 1942, os imigrantes japoneses passaram a condição de originários de país inimigo, sofrendo restrições de suas liberdades. Foi proibido o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos, as escolas de línguas estrangeiras foram fechadas e as publicações nessas línguas foram proibidas(COMISSÃO,1992).

Dessa forma, sem poder usar o idioma japonês em locais públicos ou fazer reuniões, os templos foram fechados e as atividades religiosas sofreram um processo de recrudescimento.

Quarto período – começa nos anos 50 chamada de “ressurreição religiosa entre japoneses e seus descendentes”

Após a II Guerra Mundial, o Brasil foi beneficiado pelo aumento dos preços do café a nível internacional. Os imigrantes que, na maioria se dedicava à agricultura, foram fortalecidos economicamente. A idéia de fixação à nova pátria passou a ser aceita e a consciência de regresso ao Japão foi se enfraquecendo. O

imigrante japonês que se decidiu pela permanência definitiva passa a identificar-se como o fundador da família e, como tal, o antepassado a ser cultuado. Ressuscitam, assim, as religiões japonesas a partir da segunda metade dos anos 1950.

Apesar a posição crítica em relação ao budismo, os pais seguiam o budismo, mas batizavam o filho na religião católica para que ele não sofresse retaliações na escola e fosse aceito na comunidade⁸⁹, ou pediam a um brasileiro para que fosse padrinho de seu filho para beneficiar suas atividades econômicas. É importante frisar que a conversão, ou simplesmente batismo, não resultava propriamente de convicção religiosa.

Segundo MAEYAMA Apud SAITO E MAEYAMA, (1973, p.250):

*“Um bom número de japoneses foram envolvidos ao menos, formalmente, pelo catolicismo, mas isso não implica dizer que deixaram de praticar todo e qualquer rito tradicional de culto aos antepassados em seus lares
“Para esclarecer este ponto, deve-se examinar os motivos típicos de sua ‘conversão’ (...):*

- 1)prevenir qualquer dificuldade possível para a ascensão social de seus filhos no futuro dentro do contexto brasileiro;*
- 2)(...) responder à sugestão ou indicação dos professores de seus filhos nas escolas;*
- 3)atender, como bons vizinhos, aos vizinhos, ou amigos brasileiros que se voluntariavam a ser padrinhos de seus filhos, porque não era ‘boa política’ recusar tal ‘gentil’ oferecimento,*
- 4)conseguir boas oportunidades e prestígio social através do compradesco;*
- 5)proteger seus filhos das freqüentes investigações pelos companheiros de folgedos, dizendo que um pagão é um pagão e não mais que um bicho;*
- 6)realizar cerimônia de casamento na Igreja Católica; etc”.*

⁸⁹ Há inúmeros casos em que, o entrevistado e esposa batizaram seus filhos na igreja católica e como muitas vezes os padres não aceitavam nomes japoneses, o batismo era realizado dando um nome brasileiro à criança. Dessa forma, encontramos pessoas que são conhecidas na comunidade por um nome brasileiro sem, contudo, esse nome fazer parte de seus documentos oficiais como certidão de nascimento ou R.G.

Em Álvares Machado, o templo budista foi inaugurado em 21 de março de 1949 e acredita-se que a luz do budismo é mantida acesa pela união de toda a colônia.

As missas celebradas durante as festividades do *Shokon-sai*⁹⁰ são realizadas em uma capela budista situada na área do Cemitério Japonês⁹¹. (vide fotos 7 e 8, p. 98 e 99)



Foto 7 – Inauguração do Templo Budista (Oterá) de Álvares Machado- 21/mar./1949
Fonte: Cedida pela Sra. Tamae Shirazaki, moradora no município

⁹⁰ Realizado no segundo domingo do mês de julho, refere-se ao Dia de Finados no Japão e inclui cerimônias religiosas seguidas de apresentações de canto, dança e artes cênicas.

⁹¹ Sobre o Cemitério Japonês de Álvares Machado, item 3.4



Foto 8 – Capela budista situada no Cemitério Japonês de Álvares Machado – julho/2000
 Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Quando indagados sobre a religião a que pertencem, os entrevistados nos forneceram o seguinte perfil:

Tabela 6 – Religião adotada pela família

RELIGIÃO	QUANTIDADE	%
Católica	16	40
Budista	18	45
Não tem religião	4	10
Evangélica	2	5
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – 2001

Organizado pela autora

Em entrevistas realizadas junto a colônia japonesa do município, destacamos que existe uma maioria budista com 45% dos entrevistados, seguida por católicos representados por 40% dos entrevistados, além de evangélicos com cerca de 5% e 10% que se definem como “sem religião”. Porém, é importante ressaltar que muitos que se identificaram como católicos, freqüentam os cultos budistas e seguem algumas tradições em respeito aos

antepassados. Da mesma forma, muitos que se identificaram como budistas, freqüentam os cultos da Seicho-no-ie que, segundo eles, não é uma religião e sim uma filosofia.

Tabela 7 – Freqüência aos cultos religiosos

FREQUÊNCIA	QUANTIDADE	%
Não tem religião	4	10,0
Sempre	15	37,5
Às vezes	8	20,0
Nunca	2	5,0
Só cerimônias especiais	11	27,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – 2001

Organizado pela autora

Em relação à freqüência aos cultos religiosos, 37,5% são assíduos, 27,5% só comparecem a cerimônias especiais⁹², 20 % disseram freqüentar ‘às vezes’, 5% nunca freqüentam e 10% não têm religião.

Apesar da pouca freqüência aos cultos religiosos, houve vários relatos de famílias que possuem um oratório em casa, onde fazem suas orações e reverenciam a seus antepassados. Possuem por tradição o hábito de acender velas e incensos, oferecer flores e alimentos⁹³. Geralmente esses oratórios ocupam lugar especial nas casas, em locais visíveis e onde a família costuma ficar.

4.2 AS ASSOCIAÇÕES NIPO-BRASILEIRAS E A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO

O imigrante japonês tinha idealizado a sua imigração como temporária, buscando sucesso em curto prazo e rápido retorno ao seu país de origem. Para tanto, segundo SHINDO (1999) e COMISSÃO (1992), adotou um ritmo de

⁹² Casamentos, missas por falecimento e as cerimônias do Shokon-sai

⁹³ Um comerciante citou que, apesar de não saber orar, cuida do oratório da família.

trabalho árduo, sacrificando domingos e feriados, e utilizando a mão-de-obra da mulher e das crianças deixando de lado o lazer entre outras colônias.

Essa atitude fechada do grupo trouxe algumas reações de rejeição por parte de imigrantes de outras nacionalidades criando um estado de angústia que fazia com que ele buscasse compensação no culto aos ídolos da Mãe-Pátria⁹⁴ à medida que aumentava a sua tendência à fixação.

Assim, passavam a organizar associações japonesas (*nihonjin-kai*), todas as vezes que constituíam novos núcleos étnicos, e, com verdadeira obsessão por educar os filhos e vê-los progredir junto a essas associações, havia a preocupação de oferecer o ensino do idioma japonês ao mesmo tempo que proporcionava o ensino oficial das escolas brasileiras⁹⁵. Dava-se muita importância à associação de jovens *nisseis* chamadas *seinen-kai*, que eram organizadas para propiciar a convivência entre jovens descendentes sob a tutela de um *issei*.

Tais associações possuíam a função de oferecer apoio aos japoneses e descendentes no processo de adaptação e integração no Brasil e no sentido de preservar os valores tradicionais. Funcionavam também como canais de comunicação com a sociedade receptora e com o decorrer do tempo, as associações étnicas passaram a se transformar com a extensão da participação dos japoneses nas esferas da sociedade brasileira.

(...) podemos afirmar, e a história dos imigrantes o confirma, que os japoneses vieram para o Brasil com suas famílias para a agricultura; e se localizaram em algumas regiões, onde, por compra ou arrendamento de terrenos, se reuniram em núcleos de convivência, situação que, pelo relativo isolamento desses núcleos, facilitou a manutenção de certos padrões da cultura de origem. (CARDOSO In SAITO, 1973:319p)

⁹⁴ O culto ao Imperador japonês foi amplamente fomentado com a Revolução Meiji e os imigrantes trouxeram essa tradição com eles.

⁹⁵ A Era Meiji trouxe um novo sistema educacional (em 1872), onde a importância da educação à população foi reforçada com a obrigatoriedade do ensino em todo o território japonês. Dessa forma, os municípios, vilas e aldeias ficavam responsáveis pela construção das escolas e remuneração dos professores. Os imigrantes que chegaram ao Brasil tomaram para si a responsabilidade de educar seus filhos assumindo as mesmas atitudes.

A semente para a formação de associações japonesas na Colônia Brejão surgiu em outubro de 1919, onde reuniões dominicais com representantes de cada grupo de famílias tinham como idéia central a definição de suas normas para funcionamento. Com a formação da Associação Japonesa de Brejão, a construção de uma escola para garantir a instrução dos filhos de imigrantes passou a ser a pauta principal de suas reuniões.

Convém salientar que, de acordo com relatos transcritos em MIYASHITA (1968), desde fevereiro de 1919 já funcionava precariamente aos domingos e mais tarde com 3 encontros semanais, uma escola improvisada na casa do Sr. Shiguemasa Fukutome. Os cursos oferecidos para crianças e jovens senhoras contemplavam o ensinamento dos idiomas japonês e português e eram ministradas pelo dono da casa.

Em maio de 1919, os colonos decidiram-se pela construção de uma escola e o terreno foi adquirido com doações recebidas pelo clã Ogassawara no momento de sua partida para o Brasil, em que personalidades da área político-econômica japonesa enalteceraam a importância do uso dessa doação para fins de garantir a educação de descendentes japoneses em solo brasileiro.

Quando o clã Ogassawara saiu de Hokkaido como os primeiros imigrantes de Hokkaido, foi inicialmente para Tóquio. O professor e proprietário da Escola para Imigrantes do bairro SETAGAYA, Sr. Sakiyama, também originário de Hokkaido e amigo do clã, apoiou e incentivou muito a vinda ao Brasil. Várias reportagens sobre a nossa imigração foram publicadas no jornal ASAHI e organizaram uma festa de despedida no salão TCHUUOO-KAIKAN, onde compareceram os nobres (como Barão Jyuuzawa) e empresários (como Takuma Dan). Nesta ocasião, o meu bisavô Kitiji Ogassawara recebeu de presente do Barão, uma maravilhosa bengala enfeitada de conchas. Até hoje o clã tem guardado como lembrança. Recebemos também as fotos tiradas na ocasião.

Nesta festa, entregaram ao clã uma soma em dinheiro como despedida, que foi aceito com a promessa de que seria utilizada em algum empreendimento social em benefício aos imigrantes japoneses.

Foi comprado um terreno de 5 alqueires onde foi construído um cemitério japonês e uma escola; onde até hoje se realiza a festividade SHOOKONSAI em homenagem às almas dos pioneiros. Este terreno foi registrado inicialmente em nome do presidente da Associação Japonesa, porém não sei como está a documentação nos dias de hoje.

Esclareço assim, que a promessa feita aos nobres, empresários e jornalistas, durante a festa de despedida em Tóquio, há 63 anos, foi cumprida pelos líderes do clã, que compraram o terreno onde se localiza o cemitério e a escola. Apresento os meus agradecimentos representando os líderes do clã que já partiram para a eternidade.(OKABAYASHI in COLÔNIA, 1981, p.69)

Após a doação do terreno, o desmatamento da área começou em julho de 1919 e as aulas iniciaram-se em 16 de dezembro do mesmo ano. A escola foi erguida com paredes de troncos de coqueiro e o assoalho feito com troncos de árvores cortadas em tábuas. Os pais dos alunos contribuíram com a mão-de-obra na forma de mutirão e com os custos para a construção através do chamado *kifú*⁹⁶.

Em entrevista às famílias de descendentes diretos de colonos imigrantes houve um dado interessante divulgado: uma revista editada na colônia de nome AOBA cujo significado é Folhas Verdes. Segundo lembranças resgatadas, essa revista nasceu da união de jovens no período de 1919 a 1927 que tentaram formar uma Associação de Jovens, aproveitando os encontros realizados no pátio da escola do chamado Shibu 1. Tais encontros permitiam aos jovens praticar esportes como o atletismo, tênis, beisebol, e uma luta marcial de nome KENDÔ, utilizando-se de materiais precariamente produzidos no local.

Essa revista continha poesias chamadas de HAIKU e TANKA caracterizadas por serem poesias curtas e sintetizadas, também se preocupavam em divulgar textos sobre higiene e artigos escritos por integrantes da colônia. Como não havia ainda a tipografia, as cópias eram escritas à mão, em seguida eram encadernadas e colocadas para circular dentro da Colônia Brejão. Infelizmente, não conseguimos encontrar nenhum exemplar da revista AOBA.

⁹⁶ Prática comum na colônia japonesa em que junta-se o dinheiro necessário para um empreendimento com a colaboração dos associados

Contudo, MIYASHITA (1968) afirma que a revista AOBA foi extinta a partir de agosto de 1927, devido a dificuldades financeiras e de locomoção, mas enfatiza a importância desse movimento no processo de conscientização dos jovens da época para o desenvolvimento de expressões artísticas, culturais e da importância de atuarem em comunidade.

Com o aumento no número de famílias na Colônia Brejão, houve a divisão em vários núcleos de nome Shibu's e em cada um desses núcleos havia a criação de uma associação local e a construção de uma escola, onde os jovens aprendiam danças tradicionais, além do idioma japonês e português, praticavam esportes e competiam entre si, muitas vezes chegando a formar uma seleção da Colônia e competindo com associações japonesas de cidades vizinhas como Presidente Prudente, Bastos, Rancharia e Martinópolis. (vide fotos 9,10,11 e 12)



Foto 9 – Apresentação de dança japonesa⁹⁷ – 1949

Fonte: Cedida pelo Sr. Tamura, proprietário rural no município.

⁹⁷ Notem que, no fundo do palco, tiveram a preocupação de colocar a bandeira do Brasil ao lado da bandeira do Japão, segundo o Sr Tamura, como um gesto de simpatia pelo país que os acolheu.

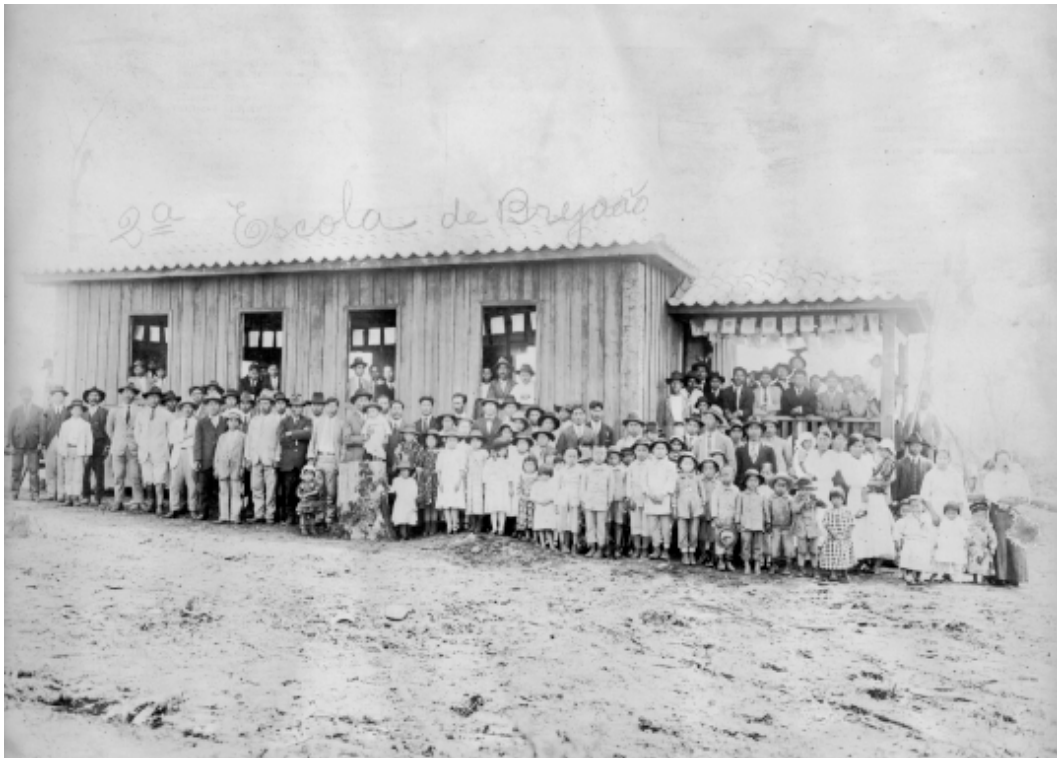


Foto 10 – 2ª escola do Brejão – s.d.

Fonte: Cedida pela Sra. Tamae Shirazaki, moradora no município.



Foto 11 – Alunos de uma escola japonesa – 1942

Fonte: Cedida pelo Sr. Tamura, proprietário rural no município.



Foto 12 – Equipe de beisebol da colônia japonesa de Álvares Machado – 31/Ago/1955.
Fonte: Cedida pelo Sr. Tamura, proprietário rural no município.

Durante as entrevistas, pudemos observar que muitos dos entrevistados falavam com certa saudade do passado, apesar das dificuldades enfrentadas, sempre tinham uma passagem divertida, de sua história, para contar.

Entre os entrevistados, perguntamos sobre a opinião que possuem quanto ao papel da Associação Nipo-Brasileira do município. (vide tabela 8)

Tabela 8 – Papel da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Favorece a integração, a união entre japoneses	8	20,0
Mantém a tradição japonesa	21	52,5
Ensina a pensar em termos de comunidade	2	5,0
Favorece o intercâmbio cultural, esportivo e social entre brasileiros e japoneses	4	10,0
Todas as opções anteriores	5	12,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

*os itens propostos foram utilizados também por ASARI (1992)

Inferimos que mais da metade dos entrevistados (52.5%) vêem a Associação Nipo-Brasileira como um órgão voltado a manter a tradição japonesa, 20% como para favorecer a integração e a união entre japoneses, 10% como um órgão que favorece o intercâmbio cultural, esportivo e social entre brasileiros e japoneses. Apenas 5% disseram que o papel da associação é ensinar a pensar em termos de comunidade e 12,5% acham que o papel da associação abrange todas as opções propostas.

Tal informação comprova que, para grande parte dos entrevistados, o papel da Associação Japonesa de Álvares Machado ainda está muito ligada à idéia original sobre a formação das associações no início do século XX, quando os núcleos de japoneses surgiram.

Quando indagados sobre a sua participação na Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado (*Nihonjinkai*), obtivemos as seguintes informações. (vide Tabela 9)

Tabela 9 – Associação da família ao *Nihonjinkai*

FAMILIAS ASSOCIADAS AO CLUBE	QUANTIDADE	%
Sim	36	90
Não	4	10
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

Do total de entrevistados apenas 10% não são associados a Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado. Entre os entrevistados que se identificaram como associados, 90%, em sua maioria, se mostraram integrados à associação, procurando participar e colaborar na realização dos eventos relativos à colônia. (vide Tabelas 10, 11 e 12, p. 109 e 110)

Quando da observação participante, pudemos notar que cada associado/membro em suas divisões por sexo e idade realizam tarefas pré-estipuladas: os homens mais idosos cuidam do cerimonial e sempre são procurados para dar sua opinião; os mais jovens cuidam do trabalho braçal com a arrumação de mesas, cadeiras, ornamentação e provisões diversas; as senhoras cuidam da organização na cozinha. Pudemos observar que, apesar de exigir

dedicação, as tarefas são realizadas com harmonia, principalmente na cozinha, que pode ser até um galpão improvisado, mas onde as risadas são freqüentes e as senhoras, muitas idosas, demonstram uma grande animação enquanto trabalham. (vide Foto 13)



Foto 13 – Senhoras da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado preparando refeição em evento-set/2000
 Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Quando questionada, uma senhora de 70 anos afirmou que esses eventos são divertidos, pois apesar de ter de alterar a sua rotina, é um bom motivo para encontrar outros associados, pessoas da colônia e velhos conhecidos, saber das novidades e relembrar os tempos passados.

Temos, também, exemplos de outros depoimentos:

“- Hoje eu acorda cedo ... 4 horas da manhã, deixou *gohan* pronto e veio aqui ajudar. (...) aqui eu conversa bastante.”

“- Encontrei Akamine-san, faz anos que não via (...) hoje mora em São Paulo, veio visitar o Cemitério.”

“- Aqui é animado, sempre alguém bebe demais e fica alegre.”

“- Todo mundo ajuda (...) assim fica mais fácil. A colônia trabalha unida pra dar tudo certo.”

Nos dias que antecedem os eventos, os associados já começam a se mobilizar seja na arrumação, na limpeza, na arrecadação de colaborações, entre diversos outros afazeres.

Entre os entrevistados não associados, foi muito comum encontrar relatos, onde o entrevistado diz colaborar com os eventos através de contribuições em dinheiro, chamados de *kifú* e participar. (vide Foto 14)

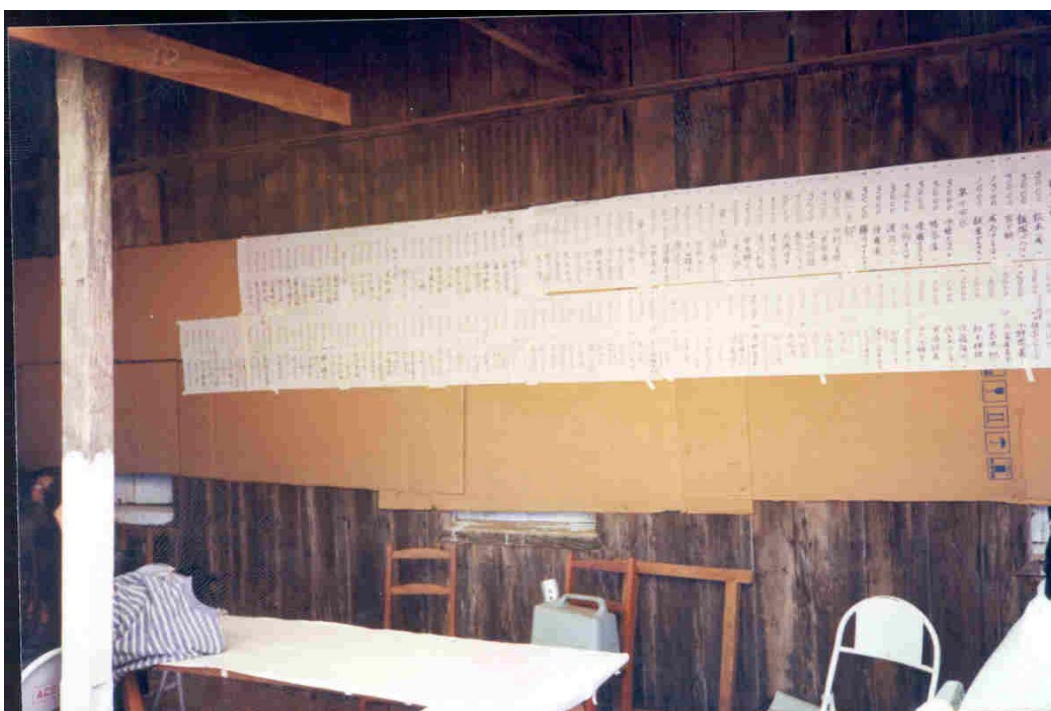


Foto 14 – Relação de pessoas que contribuíram com o evento através de doações financeiras – set/2000

*os nomes dos contribuintes são escritos em japonês, bem como a quantia doada e, em seguida, ficam em exposição

Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Tabela 10 – Participação dos chefes de família nos eventos da colônia japonesa de Álvares Machado

ALTERNATIVAS	QUANTIDADE	%
Sempre	24	60
Algumas vezes	8	20
Nunca	8	20
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

Tabela 11 – Participação dos filhos nos eventos da colônia japonesa de Álvares Machado

ALTERNATIVAS	QUANTIDADE	%
Sempre	6	15,0
Às vezes	13	32,5
Nunca	21	52,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

Tabela 12 - Participação do chefe de família em eventos da colônia japonesa em outras cidades

ALTERNATIVAS	QUANTIDADE	%
Sim	23	57,5
Não	17	42,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

As informações colhidas nos oferecem uma análise do comportamento em relação aos eventos ligados à colônia japonesa entre gerações. Enquanto que os chefes de família procuram ter uma participação mais efetiva nos eventos, seja com presença ou ajuda na organização, os filhos afastam-se cada vez mais. A maior rejeição entre os filhos encontra-se nos casais mais novos e adolescentes, pois eles alegam não compreender o idioma, não ter muitos colegas da mesma faixa etária e, ainda, por acharem “coisa de velho”.

Entre os casais mais idosos, os filhos ainda freqüentam os eventos com regularidade.

Quanto à participação em eventos relativos à colônia japonesa em outras cidades, entre os chefes de família que responderam que não participam, muitos alegaram a idade como principal obstáculo.(vide foto 15) Entre os 57,5% que participam dos eventos em outras cidades, grande parte disse que são atividades que propiciam lazer e entretenimento, além de possibilitar o encontro com velhos amigos. Em sua maioria, citaram as cidades de Pirapozinho, Presidente Prudente e Ourinhos e, geralmente, os eventos estão ligados aos concursos de *oratória*, e de *karaokê*, apresentação de danças folclóricas ou motivos religiosos.



Foto 15 – O simpático casal formado pelo Sr Saburo Shirazaki e Sra Tamae Nagano Shirazaki⁹⁸. – 1999

Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

O Sr. Nilo Miyashita, responsável pelo departamento de *karaokê*, em entrevista realizada em julho de 2001, ressaltou a importância da associação japonesa em procurar atrair jovens e crianças para a participação mais efetiva junto à colônia, para a manutenção das tradições japonesas. Para tanto, estão reativando o *seinen-kai* e incentivando a prática de esportes (iniciando com o tênis-de-mesa). As crianças que participam de danças folclóricas ou nas apresentações de *karaokê* recebem brindes, como balas e brinquedos, para estimular os ensaios e conseqüentemente sua freqüência aos eventos. Dessa forma, os pais são, indiretamente, levados a freqüentar e acompanhar os filhos em suas apresentações.(vide fotos 16 e 17, p. 112)

⁹⁸ Casal de idosos que disseram não freqüentar assiduamente os eventos relacionados à colônia japonesa devido à idade avançada. Observem as árvores em miniatura ao redor -“bonsai”- algumas chegam a ter mais de 80 anos. Segundo o Sr. Shirazaki, o bonsai mais antigo, freqüentemente exposto em eventos na cidade, teve origem de uma semente enviada do Japão através de uma carta para o Sr Ryotaro Miyashita.



Foto 16 – Concurso de Karaokê realizado pela Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado – 2000

Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka



Foto 17 – Apresentação de jovens e crianças durante as festividades do Shokonsai – 2000

Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Os demais senhores entrevistados demonstraram preocupação quanto à manutenção das tradições japonesas, uma vez que o quadro de associados está envelhecendo e seus descendentes afastam-se cada vez mais de suas origens. Alguns explicam esse afastamento devido aos casamentos interétnicos ou a conversão em outras religiões, outros devido à mudança de cidade em busca de melhores condições de vida, há também aqueles que fazem ou fizeram um curso superior em outros centros e lá iniciaram suas vidas profissionais não retornando a Álvares Machado.

4.2.1 A EDUCAÇÃO NA COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO

Como já foi tratado, na seção anterior, a educação e a instrução dos filhos é um item de muita importância entre os colonos japoneses. As entrevistas a campo permitiram-nos elaborar um perfil educacional em relação à colônia japonesa do município. (vide tabelas 13, 14 e 15)

Tabela 13 - Grau de escolaridade dos chefes de família entrevistados

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Não estudou	3	7,5
Primário	13	32,5
Ginásio	2	5,0
Colegial	9	22,5
Superior	13	32,5
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

Tabela 14 - Grau de escolaridade da esposa ou companheira

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Não estudou	0	0
Primário	20	50
Ginásio	0	0
Colegial	8	20
Superior	12	30
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

Entre os chefes de família entrevistados, apenas 7,5% não estudaram, 32,5% estudaram até o primário, 5% estudaram até o ginásio, 22,5% estudaram até o colegial e 32,5% chegaram a completar o nível superior.

Entre as esposas ou companheiras dos entrevistados o grau de escolaridade tem uma concentração maior no estudo primário com 50% do total, 20% estudaram até o colegial e 30% chegaram até o nível superior, não houve casos de estudo ginásial ou não estudo.

Tabela 15 - Grau de escolaridade dos filhos

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Não estuda	0	0
1º Grau completo	8	20,0
2º Grau completo	8	20,0
2º Grau incompleto	2	5,0
Superior completo	13	32,5
Superior incompleto	9	22,5
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

Entre os filhos dos entrevistados encontramos a seguinte ocorrência: 20% possui o 1º grau incompleto, 5% possui o 2º grau incompleto, 20% possui o 2º grau completo, 32,5% possui o superior completo e 22,5% possui o superior incompleto. Acrescentar que grande parte que se intitula incompleto, significa que

ainda está cursando e, segundo os pais, é muito importante que cheguem a completar o nível superior.

O grau de instrução encontrado entre os pais e os dados sobre a escolarização dos filhos demonstra que a colônia manteve arraigada em si, a importância na ênfase à educação como forma de aprimorar conhecimentos e almejar um futuro profissional. Esse futuro profissional deve ser assegurado visando uma atividade que não os prenda à condição de produtores rurais como é a base da formação da colônia e isso é demonstrado pelas diversas áreas contempladas: medicina veterinária, medicina, informática, odontologia, administração, ciências contábeis, direito, farmácia entre outras.

Quanto interpelados sobre os filhos, todos os entrevistados demonstraram grande orgulho da instrução que os filhos alcançaram ou tendem a alcançar. Entretanto, todos têm consciência de que poucos são os que retornarão ao município, a grande maioria vai procurar cidades maiores que ofereçam mais oportunidades de empregos ou de exercer a profissão⁹⁹. Com isso, amplia a idéia de que, devido à distância dos filhos e ao desinteresse dos mais jovens em manter as tradições, a associação japonesa vai “esvaziando” aos poucos.

4.2.2 SITUAÇÃO ATUAL DA ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE ÁLVARES MACHADO

Atualmente a colônia japonesa de Álvares Machado encontra-se integrando uma única associação: Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado, cuja sede encontra-se na cidade.

No terreno pertencente à associação há um campo de Gateball¹⁰⁰, ainda em termos de esporte, a ala mais jovem formada pelo seinen-kai¹⁰¹ está fomentando a

⁹⁹ Encontramos casos de filhos que retornaram ao município montando um negócio próprio, contudo os mesmos se dizem como casos à parte, por reconhecerem que a grande maioria opta por ingressar em outras cidades, principalmente em Presidente Prudente.

¹⁰⁰ Jogo apreciado na maioria por pessoas de idade mediana para cima, cujo atual presidente é o Sr. Kunio Kuroiwa e conta com aproximadamente 30 participantes.

prática do tênis-de-mesa entre os associados. Encontramos no local um salão de festas, onde são realizadas as reuniões e os principais eventos ligados à colônia no município. Há também, em funcionamento nas dependências da associação, uma escola de língua japonesa que conta com a prof^a Reiko Utida e atende crianças de 8 a 15 anos. As aulas são oferecidas nos períodos matutinos e vespertinos e, para motivar o aprendizado do idioma japonês, há diversas atividades de integração como concursos de oratória, concursos para a escolha da letra mais bonita e de redação, provas para analisar o grau de aprendizado, além de outras atividades para lazer e descontração. Ainda segundo a entrevistada, o *nihon-gako*¹⁰² incentiva a criança a participar da associação japonesa.

Em seu quadro de associados, a Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado, apresenta um total de 153 famílias associadas que dividem-se em 55 na zona rural e 96 na zona urbana.

Ressalte-se que a Casa da Agricultura do município forneceu, em julho/2000, a informação de que em seus cadastros consta um total de 166 propriedades em nome de descendentes de japoneses. Segundo nossas pesquisas, há casos de duas ou mais propriedades pertencentes a uma mesma família, e muitos casos em que os proprietários moram na cidade, devido à facilidade de escolas, acesso ao comércio, enfim, de maior comodidade.

No dia 04 de maio de 2002, visitamos as dependências da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado e encontramos um grupo de senhoras ocupadas com os preparativos para a comemoração do Dia das Mães a se realizar no dia 12 de maio do corrente ano. As senhoras entrevistadas eram pertencentes ao chamado Fujin-kai: Sra. Joana Higashibara (presidente), Sra. Setsuko Yoshiki (secretária), Sra. Marina Sasaki (tesoureira) e Sra. Tamiko Mizobe (fotógrafa). Muito solícitas e simpáticas informaram que, atualmente, a associação é presidida pelo Sr. Carlos Fumiaki Tamura e que das famílias associadas, cerca de 50% participa ativamente das “atividades do clube”. As demais famílias, pagam as mensalidades e

¹⁰¹ Associação de jovens. Estava desativada, mas atualmente os membros da associação japonesa do município procuram forma de revitalizá-la, com o intuito de ‘rejuvenescer’ o quadro de associados.

¹⁰² Escola de língua japonesa.

contribuem para a realização dos eventos com o chamado *kifû*¹⁰³, mas esporadicamente freqüentam tais eventos ou ajudam em sua organização.

Os associados à Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado encontram-se divididos por idade: os associados da terceira idade (*hojin-kai*), o grupo de senhoras (*Fujin-kai*) e os jovens (*seinen-kai*).

No decorrer do ano, a associação realiza diversas atividades, dentre elas o *karaokê* (concurso de canto com músicas japonesas), jantares com pratos típicos da culinária japonesa como o *yakisoba*, churrascos beneficentes e a realização do *Shokon-sai* no segundo domingo do mês de julho no Cemitério Japonês.

Também faz parte do calendário da associação, o chamado *tyuo*, que é um almoço com pagamento simbólico que visa a aproximação de todos os descendentes, onde são realizados bingos para a descontração dos participantes. É uma atividade realizada, geralmente, no início e no meio do ano.

Outra atividade é o *Ni-kai*, realizado uma vez a cada dois meses, sempre no primeiro domingo do mês e que consiste numa reunião de toda a colônia para troca de idéias e comunicados gerais. Além dessas atividades, o *Fujin-kai* realiza todo domingo reuniões para tratar de assuntos diversos e, semanalmente os associados se encontram para a prática nos treinos de *karaokê* – às terças-feiras, e também de danças folclóricas – todas as sextas-feiras.

Quanto ao *Shokon-sai*, as senhoras disseram que a manutenção fica a cargo da associação japonesa ficando a Prefeitura Municipal responsável pelas pinturas na época do evento.

É interessante enfatizar o sistema de divulgação dos eventos ligados à colônia entre associados, incluindo o comunicado de mortes, fétretos, convites de missa, doenças entre integrantes da colônia, e outros. A fim de não sobrecarregar as pessoas que possuem cargos dentro da associação, há uma divisão de tarefas entre os associados que residem na área rural e na área urbana. A área rural é dividida em 6 setores e a área urbana é dividida em 12 setores. Cada setor possui um líder que fica encarregado de passar todas as informações e realizar as entregas de convites dos mais variados assuntos aos demais integrantes da

¹⁰³ Contribuição em dinheiro.

associação que moram no setor em que ele é o responsável. Dessa forma, a comunicação se faz mais rápida e as entregas são realizadas pessoalmente, o que é muito importante para a tradição japonesa.

Identificamos que essa forma de divulgação faz com que os associados sintam-se úteis e que representa uma forma de cidadania. Muitos entrevistados disseram que também é uma maneira de manter contato com “amigos e conhecidos”.

Apenas como curiosidade, relatamos que essa estrutura para divulgação de eventos e distribuição de convites é também encontrada entre as associações japonesas de Presidente Prudente.

4.3 O CEMITÉRIO JAPONÊS DE ÀLVARES MACHADO – A PRESENÇA MARCANTE DE UM POVO

O início do século XX foi marcado pelo surgimento da Colônia Brejão e paralelo a isso, todos os percalços inerentes a um processo doloroso de adentrar em uma terra estranha, ainda em mata virgem, com dificuldades na aquisição de mantimentos, de educação e de serviços médicos. Os constantes falecimentos decorrentes de acidentes, doenças, atendimento médico precário e falta de medicamentos trouxeram a necessidade de um cemitério local.

(...) No dia 3 de janeiro de 1919, entraram na Colônia Brejão as três famílias que são de Hisakiti Itoo, Shjin-iti Takei e Kurakiti Miyashita. Destes, Takeiti Itoo, Mitsugu Takei, Kiku e Ryotaru Miyashita (...), além de Kiyotaru Iseki do mesmo grupo adoeceram e tiveram febres altíssimas. Os irmãos Hirata (...) também caíram com doença que não era identificada. Não era possível buscar socorro médico nem remédios, e em maio de 1919, Takeiti Itoo faleceu. Em agosto, faleceu Shin-iti Takei. Depois foram os irmãos Sanzou e Kinzou Hirata (...) Nessa época não havia nem vagão para passageiro nem cemitérios no Brejão. Precisava fazer os enterros em Veado.(MIYASHITA, 1968, p.38)

As mortes ocorriam em um curto espaço de tempo e o transporte dos corpos para Veado (Presidente Prudente) era muito árduo. A estrada era uma “picada” na mata onde as pessoas transportavam o corpo em um caixão a uma distância de 15 quilômetros. Os recém-nascidos que morriam e os nati-mortos eram enterrados nos cantos das roças. Diante do problema da falta de um cemitério perante a sucessão de falecimentos, Naoe Ogassawara dirigiu-se até a sede da Comarca, na época Conceição de Monte Alegre¹⁰⁴ próximo a Paraguaçu Paulista, para obter a permissão de funcionamento de um cemitério tornando legal tal procedimento. (MIYASHITA, 1968)

Um comerciante de 80 anos, quando entrevistado no dia 14 de setembro de 2001, citou a necessidade do cemitério japonês, pois *“morria gente e era longe levar até Veado, levava quase um dia inteiro, (...) às vezes quando acabava de voltar tinha morrido outro”*.

Segundo o livro registro do cemitério, a primeira a ser enterrada foi Masae Watanabe, de 2 anos, no dia 19 de novembro de 1918¹⁰⁵, e o último a ser enterrado foi Takeo Shikida, no dia 10 de abril de 1943¹⁰⁶. A partir daí, os sepultamentos passaram a ocorrer no cemitério municipal de Álvares Machado.

O Cemitério Japonês de Álvares Machado localiza-se na estrada vicinal para o distrito de Coronel Goulart a aproximadamente dois quilômetros da Rodovia Raposo Tavares (SP-270) e cinco quilômetros do município de Álvares Machado.

Em 1920, formou-se a Associação dos Japoneses que teve, entre vários, o encargo da administração do Cemitério.

À medida que os falecimentos foram sucessivamente ocorrendo, lápides foram sendo colocadas uma após outra, no início, desordenadamente, mas com o

¹⁰⁴ Na época, fazia-se o registro de nascimento e óbito no cartório de Conceição.

¹⁰⁵ Até então, os nati-mortos eram enterrados nos próprios quintais e os adultos eram enterrados no cemitério de Presidente Prudente. O cemitério surgiu extra-oficialmente em fins de 1918.

¹⁰⁶ O então Presidente da República Getúlio Vargas, entendendo que havia discriminação racial e primando por um movimento nacionalista impôs uma série de proibições que iam do uso de idiomas estrangeiros em escolas e em publicações e, no caso do Cemitério Japonês, proibiu novos sepultamentos

passar dos tempos filas ordenadas se formaram. Em 1921 já apresentava um aspecto de cemitério mais ou menos organizado.

Como já foi mencionado, durante a despedida do clã Ogassawara no Japão, foi-lhes entregue uma quantia em dinheiro para que fosse utilizado em algum empreendimento social em benefício dos imigrantes japoneses. Com esse montante, foi comprada uma área de 5 alqueires para a construção de uma escola e uma parte dessa área foi desmatada para a construção do cemitério.

Dois anos após a fundação do cemitério, havia cerca de 70 a 80 famílias japonesas no Brejão, e aos poucos começaram a manifestar a vontade de fazer uma celebração para os mortos. Foi definido o dia do finados no Japão, dia 15 de julho.

A primeira celebração, além da missa pela alma dos antepassados, programaram uma luta de sumô como homenagem aos mortos. A partir daí, os eventos passaram a ser chamados de *Shokon-sai* que significa “Convite às almas para a missa”, realizados no segundo domingo do mês de julho, tendo a missa celebrada na capela budista do cemitério e as atividades recreativas e apresentações artísticas no pátio da escola do Shibu 1.

Ano a ano as celebrações do *Shokon-sai* foram se tornando parte importante do calendário de comemorações da colônia japonesa do Brejão e também de outras cidades e colônias.

Porém, há um período relatado em que consta a impossibilidade de celebrar o *Shokon-sai*: foi no ano de 1942 durante a Segunda Guerra Mundial quando as reuniões de japoneses foram expressamente proibidas.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os eventos do *Shokon-sai* foram ficando cada vez mais animados. Em entrevista dia 10 de julho de 1999, o Sr e Sra Tamura, residentes na área rural de Álvares Machado e remanescentes de colonos imigrantes, lembram com saudade da maratona que fazia parte da programação do evento, cujo percurso era a ida-e-volta entre o cemitério japonês e o cemitério municipal (cerca de 4 quilômetros de distância), distância vencida alegremente pelos participantes que viviam a febre do atletismo.

Atualmente a maratona não faz parte da programação, mas a missa na capela, as atividades de recreação e apresentações artísticas permanecem e contam com a participação de toda a comunidade de Álvares Machado principalmente da colônia japonesa recebendo visitantes e pesquisadores da região.

Nos dias de hoje, o cemitério do Shibu1 é conhecido como o Cemitério Japonês de Álvares Machado sendo o único em toda a América Latina e tombado como monumento histórico¹⁰⁷ pelo CONDEPHAAT, possui sepultadas 784 pessoas e somente 1 não é descendente de japoneses.

A busca por informações encontrou um dado interessante pois, segundo MIYASHITA (1968), o cemitério japonês não era exclusivo de japoneses, porém desde o início do seu funcionamento a colônia se fazia presente, talvez porque o número de falecimentos fosse elevado e também porque após alguns meses de sua inauguração, foi construído o Cemitério Municipal, para onde os brasileiros se dirigiam. Os colonos japoneses passavam pelo Cemitério Municipal e iam enterrar seus mortos no “cemitério do *Shibu 1*”, pois pensavam que era exclusivo de japoneses e também porque era reconfortante saberem que todo ano haveria a celebração da missa budista durante o *Shokon-sai*.

Outro dado curioso, que envolve o cemitério japonês, é o fato de haver apenas um brasileiro enterrado lá. Durante as pesquisas no local, constatou-se que esse fato é sempre lembrado e surgem várias explicações, algumas até cercadas de uma “ponta” de fantasia. Bem, como já foi dito, o cemitério japonês não era exclusivo de japoneses, e durante a leitura do livro *Takkon* (MIYASHITA, 1968) foi encontrada a resposta.

O fato ocorreu na noite do Ano Novo de 1920, às 23 horas. Havia um camarada dormindo em uma casa de colonos japoneses sem a permissão do dono desta e ao pedir que se retirasse, foi obrigado a chamar algumas pessoas que estavam no vizinho, incluindo um camarada de nome Manoel que passava próximo à casa. Depois de alguma discussão, concordou-se que o camarada iria se retirar para dormir na casa de Manoel, porém algo dito em japonês e palavras trocadas em um momento de descontrole acarretaram em um ato de violência por

¹⁰⁷ Resolução n° 23 de 11 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial do dia 12 de julho de 1980.

parte do camarada desconhecido que, desferiu vários golpes de faca matando três colonos japoneses e também o camarada Manoel que encontra-se enterrado no cemitério japonês desde 03 de janeiro de 1920.

Durante as festividades do *Shokon-sai* realizadas nos dois anos anteriores, identificou-se a preocupação do município em ter como referência um monumento histórico que pudesse exprimir as barreiras encontradas em um processo de adaptação e que representa, atualmente fator de resgate e manutenção das tradições japonesas. Razão pela qual já faz parte do calendário de eventos do município, contando com realização e programação divulgada pela mídia e em cartazes distribuídos pela cidade e região. (vide figura 1, p. 123)

O cartaz em questão procura divulgar o evento mostrando os locais tombados que serão abertos à visitação e as atividades de dança e apresentação artística. Além da data de realização, podemos notar que há um roteiro da programação a ser seguida.

SHOKON-SAI 2000 80 Anos

GRAMAÇÃO Dia: 09/07/2000

**MISSA BUDISTA NA CAPELA DO CEMITÉRIO
 INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO ALUSIVO AOS 80 ANOS
 ABERTURA OFICIAL COM AS AUTORIDADES
 INÍCIO DA PROGRAMAÇÃO FESTIVA COM
 DANÇAS TÍPICAS E KÁRAOKÊ
 BON-ODORI
 RITUAL DAS VELAS NOS TÚMULOS E MONUMENTOS**

Figura 1 – Cartaz de divulgação do Shokon-sai – jul/2000
 Fonte : Prefeitura Municipal de Álvares Machado

Ao acompanharmos as festividades do Shokon-sai pudemos observar os costumes preservados. Contando com a presença do Cônsul japonês que, em seu discurso expressou ser o evento uma forma de demonstrar respeito aos antepassados dos pioneiros, a celebração do *Shokon-sai* seguiu a sua programação. Primeiramente, as visitas aos túmulos dos antepassados, seguida da missa na capela budista e após o almoço tiveram início as atividades de apresentação artística com canto e danças típicas japonesas, finalizando com a realização do Bon-odori, onde todos os presentes são convidados a dançar ao redor de um grande *taikô* (tambor), ao som de suas batidas ritmadas e seguindo um ritual de gestos que representam atividades no campo e demais atos da cultura japonesa. (vide fotos 18,19, 20 e 21, p.124, 125 e 126)



Foto 18 – Vista dos túmulos do Cemitério Japonês de Álvares Machado – jul/2000

*É possível ver o local dos eventos de canto e dança ao fundo

Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka



Foto 19 – Interior da capela budista localizada no Cemitério Japonês de Álvares Machado – jul/2000
Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka



Foto 20 – Apresentação de dança típica japonesa durante as festividades do Shokon-sai – jul/2000
Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka



Foto 21 – Bon-odori realizado no encerramento das festividades do Shokon-sai em que todos os presentes são convidados a participar – jul/2000
Autora: Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Em pesquisa e entrevistas realizadas durante a realização do *Shokon-sai*, pudemos observar a presença dos descendentes de japoneses moradores do local e também de outras regiões, que visitam o cemitério japonês por terem parentes enterrados lá ou mesmo aqueles que, sem nenhum laço sanguíneo, o fazem por respeito. A presença de brasileiros sem descendência nipônica também foi observada e as respostas obtidas quando, indagados sobre os motivos de frequentarem o *Shokon-sai*, foram variadas: “apenas por curiosidade”; “acompanhando amigos”; “casamento com descendentes de imigrantes japoneses”.

O *Shokon-sai* é também motivo de estudos como o caso da pesquisadora em questão; foco de reportagens para a colônia japonesa do Brasil e do mundo, fato comprovado pela presença de repórteres de jornais que são escritos em japonês e distribuídos para todo o Brasil e localidades onde a colônia japonesa se

faz presente; e até mesmo para estudos sobre a cultura brasileira pela assimilação e integração¹⁰⁸ da cultura japonesa.

Dentre a imprensa falada e escrita, destacamos a atuação da TV Fronteira e de repórteres ligados aos jornais locais e da região, que acompanharam o evento e o divulgaram.

Um fato importante a ressaltar, foi a presença de um repórter de origem japonesa, que representava o Paulista Shinbum¹⁰⁹. O interesse desse repórter em registrar todos os detalhes possíveis chamou-nos a atenção e em conversa informal foi-nos revelado que essas características de manutenção da tradição japonesa no Brasil é alvo de curiosidade por parte dos japoneses residentes no Japão. Em outras palavras, o resgate dessas tradições está sendo muito importante para perpetuar a essência dos rituais, uma vez que a forma como foi passada de geração a geração no Brasil, apresenta-se diferenciada do ocorrido no Japão que sofreu todo um processo de americanização em seus hábitos no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial.

(...) , devo dizer que a cultura está em constante mutação. Certa vez um crítico japonês, muito famoso, Soichi Ooya veio ao Brasil e disse que, se quiser conhecer japoneses das eras Meiji (...) que fosse ao Brasil. (...) eles saíram do Japão em 1920, 1930, 1950, cada qual trazendo a experiência e o Japão que conheciam na época e foram tentando transmitir aos seus filhos o que conheciam.(NINOMIYA, 1996, p.128-129)

Um senhor de 71 anos, entrevistado no dia 14 de setembro de 2001, reforça a afirmação anterior, quando diz “(...) o japonês do Brasil é mais japonês do que os do Japão(...)” referindo-se ao fato de que muitos descendentes de japoneses, ao chegarem ao Japão seja a trabalho ou para uma simples viagem de turismo, encontram um país com costumes e hábitos bem diferentes daqueles em que foram educados acreditando estarem seguindo os padrões japoneses.

¹⁰⁸ Tema desenvolvido com a coordenação da Prof^a Maria Stelita Rojas Converso– UNESP - em curso para a 3^a idade.

¹⁰⁹ Jornal dedicado à colônia japonesa com assuntos ligados à mesma, incluindo artigos escritos em japonês

Um fato interessante a ser ressaltado é que desde o primeiro *Shokon-sai* até os nossos dias – em 2002 foi celebrado o 82º *Shookon-sai* – nunca choveu, o sol sempre esteve presente abrilhantando a festa.

Como a maior parte do público a assistir as apresentações é composta por pessoas idosas, perguntamos sobre a possibilidade de uma cobertura para protegê-los do sol forte. A resposta foi que a área do cemitério e também da escola é tombada historicamente e não pode ser alterada. Além disso, os componentes da colônia japonesa local possuem certa resistência quanto às modificações na área e por tradição, não aprovam mudanças que possam alterar as características do lugar. Contudo a administração do município conseguiu no ano de 2000 a elaboração e aceitação de um projeto que traria algumas melhorias ao local como áreas cobertas e mais sanitários e a formação de um bosque de cerejeiras, o engenheiro responsável na época enfatizou que a Prefeitura Municipal estava aguardando a verba apropriada para iniciar o trabalho¹¹⁰. (vide anexo 1)

Entrevistando os visitantes aos túmulos do cemitério na manhã do dia 11 de julho de 1999, encontramos um senhor de origem japonesa com a família que não se identificou, porém nos contou uma história emocionante sobre aqueles dias de início da formação da colônia:

A mãe havia dado à luz a uma criança fazia pouco tempo, mas a mãe precisava trabalhar na roça com o resto da família ... a casa precisava ser construída ... não havia tempo para descansar e não tinha muita comida ... a mãe foi ficando fraca e o leite secou ... a criança chorava de fome sugando o peito da mãe, mas o leite não tinha ... a mãe em sua tristeza e desespero começou a chorar e as lágrimas caíram em seu colo umedecendo seu peito ... a criança começou a sugar desesperadamente o peito da mãe até que adormeceu... a mãe deitou a criança e voltou ao trabalho ... mais tarde percebeu que a criança havia morrido ...

Ao final do relato este senhor, visivelmente emocionado, procura conter suas lágrimas.

¹¹⁰ Até a conclusão deste trabalho de pesquisa as obras ainda não haviam iniciado.

Outras histórias foram somadas a essa, todas relatadas com um profundo sentimento de respeito pela coragem dos colonos em enfrentar as adversidades daquele período, com coragem e perseverança.

Pudemos observar que a colônia japonesa de Álvares Machado é atuante, tanto na organização do evento como na participação das apresentações. As associações japonesas pertencentes a cidades da região enviam representantes para o *Shokon-sai*.

Em entrevista aos senhores Diro Tatibana, Yutaka Nagashima, Kunio Kuroiwa e Nilo Miyashita¹¹¹ que trabalhavam ativamente no dia anterior ao evento – 10 de julho de 1999 -, organizando os preparativos, ouvimos os relatos de que muitas famílias que se mudaram para outras cidades e até para outros Estados ainda participam anualmente do *Shokon-sai*. Eles concordam que os descendentes japoneses da quarta ou quinta geração estão se distanciando das celebrações, mas que os de segunda e terceira geração permanecem assíduos. Todos concordam que a manutenção dessa tradição depende dos pais transmitirem aos seus filhos e netos a sua importância.

Observando os participantes das apresentações de canto e de dança constatamos que a grande maioria é composta por pessoas acima de 40 anos e há muitas apresentações coletivas de crianças representando as várias associações japonesas do município e da região. Parece-nos que os japoneses e descendentes mais antigos estão colocando em prática a sua estratégia: envolver as crianças em suas tradições para manter viva a chama do respeito pelos antepassados.

4.4 UM BREVE PERÍODO DE TURBULÊNCIA

A colônia japonesa de Álvares Machado manteve-se unida desde a sua origem em 1918, perseverou apesar das dificuldades de adaptação e assimilação encontradas, e suportou pacientemente o período nacionalista inflado por Getúlio

¹¹¹Filho de Ryotaru Miyashita autor do livro *Takkon*.

Vargas na década de 1930 que restringia ao máximo a liberdade de japoneses e seus descendentes¹¹². Porém, o período que se seguiu após o término da Segunda Guerra Mundial, acarretou um estremecimento nas relações internas à colônia.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial¹¹³, em 1941, e o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países integrantes do eixo Japão, Alemanha e Itália, deixou os colonos japoneses em sérias dificuldades, pois o governo brasileiro tomou medidas drásticas contra japoneses, alemães e italianos residentes no país, restringindo-lhes grandemente a liberdade.

COMISSÃO (1992), SHINDO (1999) e MORAIS (2000) contam que, entre as imposições do governo brasileiro na época, destacam-se:

- a retirada de famílias de japoneses da orla marítima de Santos;
- o congelamento de bens e propriedades de empresas pertencentes a japoneses¹¹⁴;
- a proibição de japoneses exercerem cargos de presidente em empresas ou cooperativas;
- o fechamento das escolas de língua japonesa e proibição do uso do idioma japonês¹¹⁵;
- a apreensão de aparelhos de rádio pertencentes a japoneses;
- a proibição de reunirem-se em grupos étnicos, de portarem material impresso na língua japonesa¹¹⁶;
- a proibição de usarem ou negociarem armas ou material explosivo.

A partir de então, a vida dos colonos japoneses ficou mais difícil, pois passaram a ser vistos como inimigos e tiveram de suportar alguns abusos

¹¹²Houve uma série de recomendações que deveriam ser obedecidas: a) proibição de falar em idioma japonês, incluindo cultos religiosos; b) proibição de material impresso em língua japonesa; c) proibição ao funcionamento das escolas japonesas

¹¹³ Há uma literatura muito rica acerca da Segunda Guerra Mundial. Por não ser de interesse específico desta pesquisa, não trataremos desse assunto.

¹¹⁴ Essas empresas ficariam sob controle do governo brasileiro, administradas por interventores por ele nomeados.

¹¹⁵ Houve casos extremos em que missas eram interrompidas para que o sacerdote que orava em japonês fosse preso.

¹¹⁶ Devido à dificuldade em separar o material tido como subversivo do material inofensivo, como livros escolares ou receitas domésticas, todo e qualquer material em língua estrangeira era imediatamente confiscado, podendo seu proprietário ser severamente punido.

cometidos por indivíduos de outras nacionalidades e até por parte de autoridades locais¹¹⁷.

Contudo, um período mais turbulento estava por vir com o final da guerra, após a declaração de rendição incondicional feita pelo Imperador japonês, reconhecendo a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial¹¹⁸.

Devido às proibições impostas aos japoneses, a grande maioria mantinha-se à margem dos acontecimentos, pois não conseguiam ler jornais escritos em português e não possuíam mais os aparelhos de rádio para ouvir as notícias sobre a guerra. Dessa forma, quando a notícia de que o Japão foi derrotado na Segunda Guerra Mundial começou a ser divulgada, houve aqueles que procuraram se consolar com os fatos e outros que, não aceitando a derrota, passaram a dizer que se tratava de falsas notícias divulgadas para abalar a auto-confiança dos japoneses.

Para os japoneses residente no Brasil que acreditavam na superioridade japonesa essa notícia foi um choque, como se tivessem levado vários golpes de marreta. As colônias japonesas dividiram-se em Vitoriosos (*Kachi-gumi*) e Derrotados (*Make-gumi*) e lutaram entre si. Álvares Machado não foi exceção. Havia aqueles que choravam soluçando desconsoladamente pela derrota, e aqueles que diziam: -‘Isso é falso boato dos EUA’. As discussões eram intermináveis. (MIYASHITA, 1968, p. 87)

Esse período foi muito propício para que uma organização clandestina intitulada *Shindo-Renmei*¹¹⁹ que tinha como objetivo a promoção de paz e prosperidade no Brasil e no mundo através da propagação do ‘espírito japonês’ passasse a atuar ativamente.

Contudo, esse movimento não aceitava a derrota do Japão, pois tal aceitação envolveria um sentimento de perda de um refúgio simbólico, criado em um esforço em legitimar os valores e a filosofia dos imigrantes e lutar para que a cultura japonesa fosse aceita no Brasil. Mais tarde, passa a assumir uma

¹¹⁷ COMISSÃO (1992), SHINDO (1999) E MORAIS (2000) reservam grande parte de suas obras para citar exemplos desses fatos, todos com base em depoimentos reais.

¹¹⁸ No dia 15 de agosto de 1945 ocorreu a cerimônia de assinatura de rendição do Japão pelo General Kawabe.

¹¹⁹ Liga dos Súditos Fiéis, organização fundada em 1944 por ex-militares, considerada a organização-mãe dos Kachi-Gumi.

inclinação para o fanatismo¹²⁰ e a confundir seus compatriotas com revistas contendo notícias adulteradas agravando a relação entre os mesmos¹²¹.

Segundo MIYASHITA (1968), a colônia japonesa de Álvares Machado passou por um momento muito delicado, quando o grupo dos Vitoriosos decidiu criar a Associação dos Japoneses Patriotas (*Aikoku-Rengoo-Nihonjinkai*), dizendo que não aceitariam pertencer a uma associação em que houvessem pessoas do grupo Derrotados¹²².

Formou-se também uma outra associação, a Associação dos que amam a Terra (*Aido-Kai*), com pessoas que não desejavam discutir sobre a derrota ou a vitória na Segunda Guerra e, sim, ‘viver da terra e em harmonia’¹²³.

Os atritos entre os dois grupos ocorreram abertamente durante dois anos, mas somente passados mais 8 anos a *Aido-Kai* se extinguiu e se incorporou à *Aikoku-Rengoo-Nihonjinkai* que, por sua vez retirou o termo ‘Patriota’ do nome da Associação. Afinal, (...) após, 10 anos, já não podiam dizer que não reconheciam a derrota do Japão, e já se haviam harmonizado entre si. (MIYASHITA, 1968, p. 87)

Em nossas entrevistas com membros da colônia japonesa do município de Álvares Machado, muitos concordaram que tais fatos ocorreram, porém disseram não se lembrar de fatos graves que pudessem ser relacionados a essas desavenças e nem de nomes ligados aos grupos¹²⁴, o que reforça a narrativa de MIYASHITA (1968), de que os grupos entenderam que esses atritos deveriam ser esquecidos em nome de reestabelecer a harmonia entre os colonos japoneses.

¹²⁰ Passaram a chamar os japoneses que acreditavam na derrota do Japão de ‘coração sujo’ – acusados de traição à pátria-, e decide fazer uma limpeza ideológica na colônia enviando batalhões de tokkotai (seus matadores) a percorrerem o Estado de São Paulo realizando uma série de assassinatos.

¹²¹ Mais informações sobre a atuação do Shindo-Reimei estão disponíveis nas seguintes obras: MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SHINDO, Tsuguio. **Brasil e Japão: os 100 anos de Tratado de Amizade**. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999; KUMASAKA, Y e SAITO, H. Kachigumi: uma desilusão coletiva. In SAITO, Hiroshi & MAEYAMA Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo: Vozes, EDUSP, 1973, p.448-466.

¹²² Alguns autores identificam os Make-gumi como Derrotados-Esclarecidos, pois ligava-se ao fato de serem pessoas esclarecidas sobre as notícias do momento.

¹²³ Nos anos que se seguiram, várias tentativas de reconciliação foram realizadas sem obter êxito.

¹²⁴ Percebemos que houve certa resistência no tocante a esse assunto e esse sentimento foi respeitado durante as entrevistas.

4.5 O FENÔMENO DEKASSEGUI

A colônia japonesa radicada no Brasil tem presenciado um fenômeno interessante pois, para alguns pesquisadores, ocorre um processo inverso ao que eclodiu há nove décadas atrás. Os filhos, netos ou bisnetos descendentes de japoneses estão se dirigindo para o Japão como trabalhadores temporários, para a execução de atividades não especializadas em empresas japonesas.

Esses trabalhadores são identificados como *dekasseguis*¹²⁵ e esse deslocamento é conseqüência das condições econômicas desfavoráveis no nosso país e a busca de auferir ganhos substanciais em um curto espaço de tempo.

Esse fenômeno dekassegui teve seu início já fazem mais de dez anos e, segundo YOSHIOKA e SAM (1999, p. 15), (...) *o movimento, que no seu início prenunciava um fenômeno passageiro, deverá ainda perdurar por muitos anos.*

De acordo com KANEHIRA (1999), WATARI (1999) e YOSHIOKA & SAM (1999), as razões que levam a tal afirmação baseiam-se no fato de que a taxa de natalidade no Japão é baixa e a expectativa de vida é uma das mais altas no mundo. Conseqüentemente, o número de pessoas que ingressam no mercado de trabalho é pequeno, enquanto que a população de idosos tende a aumentar cada vez mais. Soma-se a esse fato, o alto nível de escolarização¹²⁶ do jovem japonês que passa a repudiar o trabalho braçal.

Outro fator identificado é o fato de que as empresas japonesas aprovam a adoção do trabalho temporário como alternativa em momentos em que o aumento da produção se faz necessário.

O envelhecimento da população japonesa passa a exigir pessoas que cuidem de idosos fragilizados e, nesse aspecto, recorre-se a *dekasseguis* que falem o idioma japonês e compreendam os costumes do país.

O descendente de japoneses que se aventura como *dekassegui* no Japão tem consciência de que vai enfrentar longas jornadas de trabalho em atividades,

¹²⁵ Palavra japonesa que significa aquele que vai trabalhar fora. ASARI (1992) enfatiza que tal vocábulo tem sentido pejorativo no Brasil e significa “ir trabalhar num país estrangeiro”.

¹²⁶ Com o aumento constante no número de formados nas universidades, o emprego almejado passa a ser o de executivos em grandes empresas, cargos públicos e outros que não envolvam o trabalho braçal, que passa a ser repudiado.

por vezes desgastantes e, segundo depoimentos colhidos, para atingir o objetivo de amealhar ganhos substanciais em curto espaço de tempo terá que aceitar trabalhar horas-extras e assumir uma cota de gastos mensais extremamente controlada¹²⁷.

Assim, o 'retorno' ao Japão, na qualidade de trabalhadores temporários mostra a realidade então vivenciada, pois os emigrantes japoneses vieram, para o Brasil em razão das dificuldades existentes, em seu país e o país receptor mostrava-se com enormes potencialidades; ao chegar ao Brasil passaram por fases de adaptação, muitas vezes dolorosas, buscando a sua inserção na sociedade que os recebera. (...) Porém, este 'retorno' não se dá nas condições desejadas pelos 'velhos imigrantes', uma vez que, no Japão, estes dekassegui trabalharão em atividades não especializadas e desgastantes. Isto mostra a condição de 'vencidos' no Brasil (...) Lá, farão parte de um contingente de mão-de-obra que ocupa funções não-aceitas pelos naturais do país, que não tem domínio da língua japonesa, possuem costumes diferenciados e principalmente, não são japoneses. (ASARI, 1992, p. 106)

Ressaltemos que nos primeiros anos do deslocamento de trabalhadores para o Japão, havia uma certa resistência a esse fenômeno, pois conforme analisado por ASARI (1992, p. 107), a colônia japonesa via esse fato como uma aventura e a aceitação da condição de derrotados que não tiveram sucesso no Brasil. Contudo, (...) *Em meados de 1989, esse posicionamento sofre uma mudança brusca, principalmente, porque a situação brasileira passava por momentos críticos(...)*¹²⁸

A colônia japonesa de Álvares Machado não possui dados oficiais sobre o fenômeno *dekassegui*, contudo em nossas entrevistas colhemos depoimentos de

¹²⁷ Depoimentos colhidos entre pessoas que já atuaram como *dekassegui* têm em comum que se deve tomar muito cuidado com os gastos, pois no Japão há uma facilidade muito grande em adquirir produtos como automóveis e eletroeletrônicos, essa compra desenfreada pode resultar na não-formação de uma poupança para o futuro.

¹²⁸ Na década de 1980, a economia brasileira caracterizava-se por um processo inflacionário galopante, com altos índices de desemprego, resultante de planos econômicos que não obtiveram resultados positivos. (ver Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão em SANDRONI, 1989).

peessoas cujos parentes e amigos já trabalharam ou ainda encontram-se trabalhando no Japão.

É importante esclarecer que, estudar e analisar profundamente o fenômeno *dekassegui* não é objetivo desse trabalho de pesquisa, o que nos interessa é apenas ter uma idéia de como a colônia japonesa do município enxerga tal fato.

Os depoimentos colhidos em nossas entrevistas, anotamos as seguintes frases:

“- Ir e ganhar dinheiro é bom”

“ – Melhorou a vida dos familiares, deu p’rá comprar casa e carro”

“ – Meu marido e eu estamos parados, se não fosse o filho no *nihon*¹²⁹ não dava pra viver.”

“ – Se vai mulher e filho junto é bom ,mas não consegue juntar dinheiro, se deixar mulher e filho e ir sozinho, pode repartir a família.”

“ – Os japoneses no Brasil tem uma vantagem: se a coisa ficar muito ruim a gente pode ir pro *nihon*.”

Os depoimentos colhidos, de uma forma ou de outra, giraram em torno dessas respostas. Há a projeção de ser algo muito bom para a pessoa que vai trabalhar como *dekassegui* e sua família, pois podem adquirir imóveis no Brasil, oferecer um maior conforto a seus filhos e pais dependentes e até mesmo montar um negócio próprio.

Um comerciante entrevistado na Avenida das Américas, considerada uma das avenidas principais do município, comentou que o mercado imobiliário da cidade teve um certo aquecimento e ele atribui isso aos *dekasseguis* que enviaram dinheiro do Japão para seus familiares adquirirem imóveis no local.

Contudo, não podemos deixar de relatar os temores que nos foram confiados. Os mais idosos disseram ser importante considerar que esses *dekasseguis*, ao retornarem ao Brasil, devam ter condições de aqui permanecerem dignamente. Muitos dos entrevistados disseram que, quando a família é desmembrada (vai o marido e a esposa fica no Brasil com os filhos), podem

¹²⁹ Utiliza-se esse termo para designar o Japão.

ocorrer casos de separação. É o que um dos entrevistados citou como “*uma rachadura, um trinco que se não for remendado a tempo, separa a parede em duas ou mais partes ao cair*”

Faz-se interessante comentar que a última frase referente à vantagem de ser japonês no Brasil¹³⁰ encontra respaldo em um antigo ditado japonês que diz “*a pessoa com habilidade em manusear duas espadas leva vantagens*¹³¹”, ou seja, segundo NINOMIYA (1999, p.92): *Devemos ter em mente que os nikkey conseguem utilizar simultaneamente as duas espadas, mantendo-se um bom brasileiro enquanto preserva a cultura do Japão; e isto requer um esforço muito grande.*

4.6 INFORMAÇÕES SOBRE O PERFIL DA COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO

A fim de complementar a análise realizada sobre a colônia japonesa de Álvares Machado, incluímos nesta última seção os demais resultados obtidos através de pesquisa a campo realizada em setembro/2001.

Tabela 16 – Faixa etária dos entrevistados – chefes de família

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
20 a 30 anos	2	5,0
31 a 40 anos	6	15,0
41 a 50 anos	6	15,0
51 a 60 anos	11	27,5
61 a 70 anos	7	17,5
Acima de 70 anos	7	17,5
Não lembra	1	2,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

¹³⁰ Nota-se que esse entrevistado considera-se japonês, sabendo ser sansei, mas suas características físicas o denunciam e ele aceita ser identificado assim pelos brasileiros.

¹³¹ Também conhecido como Estilo *Niten*.

Tabela 17 – Faixa etária dos entrevistados – esposas

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
20 a 30 anos	2	5,0
31 a 40 anos	8	20,0
41 a 50 anos	6	15,0
51 a 60 anos	7	17,5
61 a 70 anos	8	20,0
Acima de 70 anos	3	7,5
Não lembra	6	15,0
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

A amostragem para a pesquisa a campo foi escolhida aleatoriamente em visitas constantes ao município de Álvares Machado durante o mês de setembro/2001, contudo, pudemos observar que houve uma incidência maior de entrevistados acima de 51 anos. O que demonstra um envelhecimento da colônia japonesa do município. Consideramos as respostas dos casados e viúvos como um todo, pois o que nos interessa é a característica da formação da família. Portanto, quando o entrevistado era viúvo ou viúva, consideramos as respostas referentes ao cônjuge falecido¹³².

Tabela 18 – Local de nascimento dos entrevistados – chefes de família

LOCAL DE NASCIMENTO DOS ENTREVISTADOS	QUANTIDADE	%
Álvares Machado	29	72,5
Japão	5	12,5
Outros *	6	15,0
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001
Organizado pela autora

*Rancharia, Pereira Barretos, Ourinhos, Registro, Alfredo Marcondes

¹³² Nas tabelas referentes a faixa etária, as resposta ‘não lembra’ referem-se a cônjuges já falecidos.

Tabela 19 – Local de nascimento – esposas

LOCAL DE NASCIMENTO DA ESPOSA	QUANTIDADE	%
Álvares Machado	20	50,0
Japão	3	7,5
Presidente Prudente	3	7,5
Alfredo Marcondes	3	7,5
Outros*	11	27,5
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

* Botucatu, Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, da região Mogiana, do estado de Santa Catarina

De acordo com os dados tabulados, a grande maioria dos chefes de família (72,5%) nasceu no município de Álvares Machado, 12,5% nasceram no Japão e 15% nasceram em outras cidades. Desse total, 57,5% (23 entrevistados) são provenientes da zona rural e 42,5% (17 entrevistados) são provenientes da zona urbana.

Entre as esposas, temos 50 % nasceram em Álvares Machado, 7,5% nasceram no Japão¹³³, 7,5% nasceram em Presidente Prudente, 7,5% nasceram em Alfredo Marcondes e 27% nasceram em outras cidades. Desse total, 62,5% são provenientes da zona rural e 37,5% são provenientes da zona urbana.

Tabela 20 – Número de filhos

NUMERO DE FILHOS	QUANTIDADE	%
Nenhum	0	0
1 filho	2	5,0
2 filhos	13	32,5
3 filhos	10	25,0
4 filhos	11	27,5
5 ou mais filhos	4	10,0
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

¹³³ Uma das entrevistadas confidenciou-nos que veio do Japão em 1933, para se casar como era costume na época de trazer noivas por acordos realizados entre as famílias.

Em relação ao número de filhos, 32,5% possuem dois filhos, 27,5% possuem quatro filhos, 25% possuem 3 filhos, 10% possuem cinco ou mais filhos e 5% possuem dois filhos. Não houve casos de não possuir nenhum filho. Entre os mais idosos encontramos um número maior de filhos por casal, segundo eles, os filhos ajudariam no trabalho de casa e também no campo, razão de optarem por famílias numerosas¹³⁴. Já entre os casais mais jovens, o número de filhos é menor. Muitos casais afirmaram terem vontade de fazer famílias numerosas como seus pais, contudo, nos dias de hoje acham difícil criar muitos filhos.

Esses casais mais jovens, quando questionados sobre a aproximação dos filhos aos costumes japoneses, disseram que o trabalho torna difícil freqüentar os eventos ligados a colônia japonesa e que seus filhos possuem atividades extra-escolares que os integram mais à coletividade como inglês, balé, natação. Nas poucas vezes que freqüentam algum evento tradicional japonês, procuram levar os filhos, contudo, na maior parte das vezes deixam que os filhos acompanhem os avós.

Tabela 21 – Profissão anterior – chefe de família

PROFISSÃO	QUANTIDADE	%
Sitiantes*	17	42,5
Comerciantes	5	12,5
Bancários	5	12,5
Comerciários	2	5,0
Autônomos	2	5,0
Outros	9	22,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

*Dedicados à lavoura, fruticultura, gado, granja

¹³⁴ Uma senhora de 74 anos quando questionada sorriu e disse: - *Com meu casamento, a partir de duas pessoas, entre filhos netos e bisnetos, posso contar que houve um aumento de mais de 60 pessoas.*

Tabela 22 – Profissão atual – chefe de família

PROFISSÃO ATUAL	QUANTIDADE	%
Comerciante	16	40
Comerciário	2	5
Aposentado	4	10
Autônomos	2	5
Parado	2	5
Do lar	2	5
Sitiantes*	8	20
Outros	4	10
TOTAL	40	100

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

*Dedicados à lavoura, fruticultura, gado, granja

Quando comparamos as profissões anteriores e atuais, vimos que o percentual de sitiantes caiu de 42,5% para 20%, muitos deixaram as atividades produtivas na terra para se dedicar ao comércio, contudo a maior parte continua proprietária da propriedade rural, apenas não é utilizada para fins comerciais e sim de lazer.

Os comerciantes que eram de 12,5% passaram a 40%, houve também casos de bancários que decidiram abrir o seu próprio negócio. Os 4 aposentados que representam 10% eram sitiantes e continuam com as propriedades rurais. Esperam deixar como herança para os filhos e estes decidirão o que fazer.

Vários sitiantes¹³⁵ disseram que continuam produzindo frutas, verduras e até mesmo leite, mas as condições para o produtor rural estão piorando. Alguns estão diversificando sua produção em busca de melhores retornos e outros pensam seriamente em abandonar a produção rural para fins comerciais.

¹³⁵ Independente da dimensão de suas terras eles se consideram sitiantes. De acordo com a Casa da Agricultura de Álvares Machado, há no município 166 propriedades rurais pertencentes a japoneses e seus descendentes, das quais 156 possuem área igual ou menor a 4 módulos rurais e as outras 10 propriedades possuem área maior que 4 módulos rurais. Nota: o módulo rural do município é de 22 hectares. A relação de produtos e área plantada não é assunto tratado neste trabalho de pesquisa, porém pretendemos tratar desse assunto em trabalhos futuros.

Tabela 23 – Renda familiar

RENDA	QUANTIDADE	%
1 a 5 salários mínimos	5	12,5
6 a 10 salários mínimos	5	12,5
11 a 15 salários mínimos	8	20,0
16 a 20 salários mínimos	3	7,5
Acima de 20 salários mínimos	0	0
Não responderam	19	47,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

* o salário mínimo da época era de R\$ 180,00

Quando a pergunta a ser respondida era sobre a renda familiar, notamos uma grande resistência por parte dos entrevistados em responder, por isso aceitamos que aqueles mais resistentes deixassem em branco (47,5%). Entre os que responderam à questão, 5% disseram ganhar entre 1 a 5 salários-mínimos, 5% ficaram entre 6 a 10 salários-mínimos, 20% disseram estar entre 11 a 15 salários-mínimos e 7,5% ficaram entre 16 a 20 salários-mínimos.

Portanto, não pudemos obter uma relação confiável quanto à distribuição de renda entre a colônia japonesa de Álvares Machado, contudo, não era esse o objetivo essencial da pesquisa.

Para identificar os costumes preservados pela colônia japonesa e que são utilizados com uma certa frequência pela mesma, utilizamos a Tabela 24.

Tabela 24 – Costumes japoneses preservados

COSTUMES	QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS QUE FAZEM USO DO COSTUME - DE UM TOTAL DE 40 ENTREVISTADOS	QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS QUE FAZEM USO DO COSTUME – EM PORCENTAGEM (%)
Koden ou osenko-dai	40	100
Kifú	37	92,5
Omimai	36	90,0
Oyuwai	29	72,5
Tanomoshi	15	37,5

Fonte: Trabalho de campo – set/2001

Organizado pela autora

Observamos que todos os entrevistados fazem uso do *koden*¹³⁶, 92,5% fazem uso do *kifu*¹³⁷, 90% utilizam o *omimai*¹³⁸, 72,5% fazem uso do *oyuwai*¹³⁹ e apenas 37,5% costumam entrar em um *tanomoshi*¹⁴⁰.

Os japoneses e descendentes do município acham muito importante a contribuição em dinheiro, muitos entrevistados disseram que é uma demonstração de união e confiança de que podem estar auxiliando um amigo ou parente em um momento difícil de sua vida. Por isso, em momentos de tristeza, a contribuição em dinheiro é meramente simbólica e nos momentos alegres, a contribuição pode ser de uma quantia maior.

O Sr Tamura e esposa quando questionados, disseram que na verdade, o que conta é o sentimento não o valor oferecido em quantidade de dinheiro. O importante para quem pratica é saber que está contribuindo, demonstrando sua empatia com o próximo e, para quem está recebendo, é reconfortante saber que seus amigos estão ao seu lado, querendo ajudar de alguma forma.

Apenas 2 entrevistados disseram não conhecer a prática do *tanomoshi*, os demais entrevistados conhecem esses costumes e seu significado, mas muitas vezes não fazem uso deles por estarem mais familiarizados com os costumes brasileiros, como por exemplo, dar presentes em casamentos ou aniversários e não oferecer o *oyuwai*.

¹³⁶ Auxílio em dinheiro colocado em um envelope e doado a família por ocasião de falecimento. Atualmente gira em torno de R\$10,00 a R\$20,00. dizem que é basicamente para a compra de velas e incensos.

¹³⁷ Contribuição em dinheiro para colaborar com datas e eventos festivos. Por serem as festividades e eventos motivos alegres, a doação pode ser de valores maiores que o do *koden*.

¹³⁸ Oferenda em dinheiro ou em espécie como frutas e bolachas, quando se faz uma visita a alguém doente em casa ou hospitalizado. Por ser uma espécie de ajuda na compra de remédios, o valor não costuma ser alto.

¹³⁹ Oferta em dinheiro ou em espécie dado em ocasiões festivas como casamento ou aniversário. O valor, nesse caso, pode ser elevado.

¹⁴⁰ É uma modalidade de consórcio em dinheiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade de um trabalho científico é abrir as portas para novas descobertas, é ampliar o horizonte para novos conhecimentos, e também, como foi o caso do nosso trabalho, resgatar antigas lembranças para procurar identificar e compreender a realidade do hoje.

Acreditamos que o conhecimento não tem limites, não possui um ponto final a partir do qual não se possa atingir novos pontos. Acreditamos, dessa forma, que o “terminar” de um trabalho científico é o “recomeçar” de novas idéias que possam se transformar em novas pesquisas no futuro.

Novas pesquisas que poderão ser suscitadas a partir das inúmeras contribuições e sugestões de enriquecimento desse trabalho de pesquisa e que, portanto, são bem-vindas.

Ao analisarmos a colônia japonesa de Álvares Machado, fomos levados a considerar o processo de imigração japonesa no Brasil e, para tanto, fizemos um estudo sobre a necessidade de mão-de-obra para os cafezais do Oeste Paulista coincidindo com uma política de emigração do governo japonês. Essa política de emigração, que era amplamente divulgada entre os japoneses e que recebia apoio moral e financeiro do próprio governo japonês, foi, em grande parte, responsável pela vinda desses imigrantes a um país estranho, de hábitos, língua e costumes diferentes.

Quanto aos imigrantes japoneses, estes deixaram sua terra natal em busca de enriquecimento, da realização de sonhos, e porque não dizer que aceitaram tal fato com um grande espírito de aventura. Suportaram um longo e doloroso processo de adaptação e enfrentaram grandes dificuldades sem, contudo, desistir de alcançar sucesso em sua empreitada.

Lembre-mos que a colônia japonesa de Álvares Machado teve seu início quando, do processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo, surgiu o sistema de venda de lotes em matas virgens de grandes

propriedades ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro e ainda não existia uma cidade e sim, um patrimônio de nome Brejão que mais tarde, conforme já citado no trabalho, foi elevado a distrito e chegou a município de Álvares Machado em 1944.

Nossos levantamentos nos levam a crer que os imigrantes japoneses que se fixaram no município no início do século XX, o fizeram, em sua maioria, com os frutos de uma vida dedicada ao trabalho árduo e estafante nas fazendas de café. Ao adquirir seu lote de terra para tentar obter ganhos maiores, não imaginavam que, na verdade estavam iniciando um processo de fixação definitiva no Brasil, abandonando a premissa inicial que era obter um montante elevado de dinheiro e retornar ao Japão.

As dificuldades enfrentadas em um país estranho foram sendo superadas com o passar dos anos, seus filhos foram nascendo e crescendo com uma maior facilidade de integração ao povo brasileiro e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, com a derrota japonesa trouxe a fixação definitiva, pois não adiantava voltar para um país devastado pela guerra que não teria condições de abraçar o retorno de seus filhos.

Devemos considerar a grande importância que as associações japonesas tiveram durante todo o processo de adaptação, agindo ora como órgão de coesão entre os colonos japoneses ora auxiliando nas relações sociais e comerciais com a coletividade.

Durante as entrevistas, ouvimos dos mais idosos que estes se sentem gratos por terem sido aceitos pelo Brasil e que, mesmo aqueles que nasceram no Japão, consideram agora, o Brasil como sua pátria.

Ouvimos entre os entrevistados, relatos de que gostariam que as tradições japonesas se mantivessem vivas entre seus descendentes, mas compreendiam perfeitamente as dificuldades de sua manutenção, pois apesar dos esforços da associação japonesa do município em atrair os jovens, estes se encontram mais distantes de suas raízes.

Alguns casais foram trabalhar como *dekasseguis* e deixaram seus filhos com os avós. Outros casais permitem que seus filhos acompanhem os avós nos

eventos japoneses. Nesses casos, a convivência com os mais idosos traz uma maior proximidade às tradições japonesas, pois passam a frequentar os eventos japoneses, utilizam o idioma japonês no dia-a-dia e participam de atividades como *karaokê* e apresentação de danças típicas, reforçando os laços com suas tradições.

Segundo nossos levantamentos, entre a colônia japonesa de Álvares Machado há uma preocupação latente em relação a manter as tradições japonesas vivas entre seus descendentes. Os membros mais ativos da associação japonesa local acreditam que, com a participação de jovens e crianças, há grandes chances de atingirem seu objetivo. Contudo, possuem perfeita consciência sobre as dificuldades encontradas e muitos se mostram tristes quando os mais jovens ligam a tradição e costumes japoneses a fatos do passado já ultrapassados.

A colônia japonesa em questão teve, logo nos primeiros anos de fundação, cerca de 80 famílias japonesas, chegou ao seu ápice nos anos de 1960 com aproximadamente 404 famílias e, atualmente, apresenta cerca de 153 famílias de descendentes de japoneses no município.

Apesar da diminuição de famílias de origem japonesa no município, observamos que os eventos ligados à colônia atraem os associados da Associação Nipo-Brasileira de Álvares Machado e também das colônias japonesas de cidades vizinhas como Presidente Prudente, Alfredo Marcondes e Pirapozinho, além de simpatizantes da cultura japonesa. Dentre esses eventos é importante salientarmos o Shokon-sai que faz parte do calendário de eventos do município.

Pudemos observar que, nos eventos ligados à colônia japonesa, aqueles que o frequentam o fazem com afinco, seja como participantes ativos, seja como simples expectadores. E quanto aos costumes como *koden*, *omimai*, *oyuwai* e *kifú*, estes continuam sendo colocados em prática quando necessários. Nesses casos, mesmo os mais jovens praticam esses costumes por acreditarem estar agindo com respeito em relação às famílias e seus representantes.

O município de Álvares Machado, possui enraizada em si, uma associação de japoneses e descendentes de japoneses, que não mediram esforços para que conseguissem obter “sucesso” em seus empreendimentos e que seus filhos pudessem ter uma formação escolar apropriada que lhes desse condições de

“crescer” social e economicamente, conforme pesquisa sobre o assunto. Apesar de saberem que seus filhos, uma vez tendo concluído o nível superior, têm grande chance de irem para outros centros em busca de melhores oportunidades profissionais e, conseqüentemente deixarem a colônia japonesa de Álvares Machado, sentem grande orgulho de seus feitos. Afinal, segundo alguns entrevistados, o intuito do japonês no Brasil é conseguir oferecer aos seus filhos melhores condições de vida e oportunidade de crescimento pessoal.

Entendemos que o estudo de um assunto que envolve tão vasta gama de temáticas como o processo imigratório, a adaptação e assimilação cultural de um povo e as dificuldades inerentes a tais fatos necessitam de um esforço conjunto de equipes interdisciplinares que estarão à altura para analisar todas as problemáticas envolvidas.

Enfim, podemos dizer que o saldo final desse trabalho de pesquisa trouxe uma maior maturidade científica e a consciência de que não podemos deixar que as “lembranças” de nossos antepassados se percam em meio à ânsia de um futuro promissor. No presente, pensamos e idealizamos um futuro, futuro que será alcançado com sucesso se nossas estruturas construídas no passado estiverem fortemente edificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** Presidente Prudente : FFCLPP, 1972.

ANTÔNIO, Armando Pereira. **O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista:** a colônia alemã no município de Presidente Venceslau–Rio Claro:IGCE, 1984. 174p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista.

ASARI, Alice Yatiyo. ... **E eu só queria voltar ao Japão:** colonos japoneses em Assai. São Paulo, 1992. 204p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro:** aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTSUGAM, Sumi. **Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade brasileira.** Presidente Prudente, 1973. 191p. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social:** estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus, 1998.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo : Vozes, EDUSP, 1973

COLÔNIA Nikkey. Londrina: Manyouyu, 1981, n ° 28

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopéia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1992.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (Sociedade e Educação, v.5)

FUKUMOTO, Mary. Americanidad de los “nikkei” em las Americas. In **O NIKKEI e sua americanidade**. São Paulo: Massao Ohno, 1986, p. 81-116.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo : Editora Nacional, 1986.

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. **Modernização agrícola - uma alternativapara os viticultores do extremo sudoeste paulista: o caso do município de Álvares Machado - SP**. Presidente Prudente, 1996. 138p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP. Presidente Prudente

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

- HASHIMOTO, Francisco. **Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade.** Assis, 1991. 189p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.** São Paulo: Paz e terra, 1984.
- HUGON, Paul. **Demografia brasileira.** São Paulo: Editora da USP, 1973.
- IIDA, Koojiro. **A vida de Kenitiro Hoshina: o pioneiro dos imigrantes.** Centro de Pesquisa da Faculdade de Letras da Universidade Dooshisa. Pesquisa dos Cristãos Sobre Problemas sociais, n ° 32, março de 1984.
- KAGEYAMA, Ângela. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1987. (texto para estudo)
- KANEHIRA, Takahiro. O mercado de trabalho no Japão e a política trabalhista para estrangeiros, com destaque aos nikkey. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DOS 85 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. São Paulo: *Anais...* São Paulo: Mania de Livro, 1996. p. 139-152.
- KAWAI, Takeo. Italianos e sírio-libaneses: uma visão comparativa com os japoneses. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1980, p.153 a 172.
- KITANO, Harry H. L. Japoneses nos Estados Unidos. In SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1978, p. 185-194.
- KOKICHI, Guenka. **Um japonês em Mato Grosso: subsídio para a história da colonização japonesa no Brasil.** Campo Grande: s.e.,1958.

KOYAMA, Tsuguo. Japoneses na Amazônia. In SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1980.

KUMASAKA, Y e SAITO, H. Kachigumi: uma desilusão coletiva. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo:Vozes,EDUSP, 1973, p.448-466.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985.

LAYTANO, Dante de. Japoneses no Sul. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1980, p.39-66.

MAKABE, Tomoko. Japoneses no Canadá. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo:EDUSP, 1978, p. 195 a 214.

MARTINE, George. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira de Ciências Sociais. s.d.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo:Brasiliense, 1984.

MIYAO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo:EDUSP, 1980, p. 91 a 100.

MIYASHITA, Ryotaro. **Takkon**. São Paulo: Editora Paulista, 1968.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NINOMIYA, Massato. Debates. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DOS 85 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL 1993, SÃO PAULO, **Anais...** São Paulo: Mania de Livro, 1996. p. 119 – 138.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**. São Paulo, 1973.

_____. Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo:Vozes,EDUSP, 1973.

O NIKKEY e sua americanidade. São Paulo: Massao Ohno, 1986.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982, n ° 38. (Série Tudo é História)

PEZZOTTI, A., J.N. LUCHETI e Z.F. MARIANO. **A agricultura do município de Álvares Machado: evolução histórica e perspectivas futuras**. Presidente Prudente: FCT/UNESP,1996. (trabalho monográfico)

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO. **Guia informativo de Álvares Machado**. Álvares Machado, 1997.

RODRIGUES FILHO, Agostinho. **Bandeirantes do oriente: drama interno dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Bandeirantes LTDA, 1949.

SAITO, Hiroshi. **O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural**. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1956.

_____. **O japonês no Brasil**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

_____. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1980.

SAITO, Hiroshi & MAEYAMA Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo: Vozes, EDUSP, 1973.

SALZANO, F. M. E FREIRE-MAIA, N. **Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.

SANTOS, Geneci dos. **Metamorfoses do espaço habitado**. Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP. Presidente Prudente

- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho** : Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SCHADEN, Egon. Imigrantes alemães e japoneses: uma visão comparativa. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo:EDUSP, 1980, p.135 a 152.
- SHINDO, Tsugio. **Brasil e Japão**: os 100 anos de Tratado de Amizade. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas em cidades pequenas**: o caso de Álvares Machado e Pirapozinho. São Paulo, 1983, 290p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- STANIFORD, Philip. Nihon ni itemo shôganai. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo:Vozes,EDUSP, 1973, p. 32-55
- TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo imigratório. In SAITO, Hiroshi & MAEYAMA Takashi (org). **Assimilação integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo:Vozes,EDUSP, 1973, p. 13-31.

VALENTE, Waldemir. **O japonês no Nordeste agrário: aspectos sócio-culturais e antropológicos.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. (Série Estudos e Pesquisas 8)

VIEIRA, Francisca. **Os japoneses na frente de expansão paulista.** São Paulo: Editora da USP, 1973.

WATARI, Tooru. O futuro dos dekassegui. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DOS 85 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. São Paulo: *Anais...* São Paulo: Mania de Livro, 1996. p. 153-163.

YOSHIOKA, Reimei & SAM, Sílvio. **Dekassegui: com os pés no chão...no Japão.** São Paulo: Ysayama Editora, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1972

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO, **Plano municipal de desenvolvimento rural**. Álvares Machado, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983. (Coleção Textos, 4)

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998

ANEXOS

Anexo 1 – Projeto de revitalização do Cemitério Japonês de Álvares Machado

PLANTA, CORTES E FACHADA

FOLHA



PROJETO: REVITALIZAÇÃO DO CEMITÉRIO JAPONÊS
CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE DANÇAS TÍPICAS

PROPRIETÁRIO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E SOCIAL
NIPO-BRASILEIRA DE ALVARES MACHADO SP

ENDEREÇO: RUA FERNANDO COSTA, 272

LOCAL DA OBRA: BAIRRO DO BREJÃO

CIDADE: ALVARES MACHADO SP

ESCALA: INDICADA

SITUAÇÃO SEM ESCALA



DECLARO QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO NÃO IMPLICA NO RECONHECIMENTO POR PARTE DE PREFEITURA DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO TERRENO.

[Signature]
PROPRIETÁRIO

[Signature]
AUTOR DO PROJETO
HÉLIO HIRAO
ARQUITETO CREA 060098971.6

ÁREAS

TERRENO:
CONSTRUÇÃO:
PAVILHÃO DANÇAS TÍPICAS.....1.214,04

Secretaria de Estado da Cultura
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
CONDEPHAAT

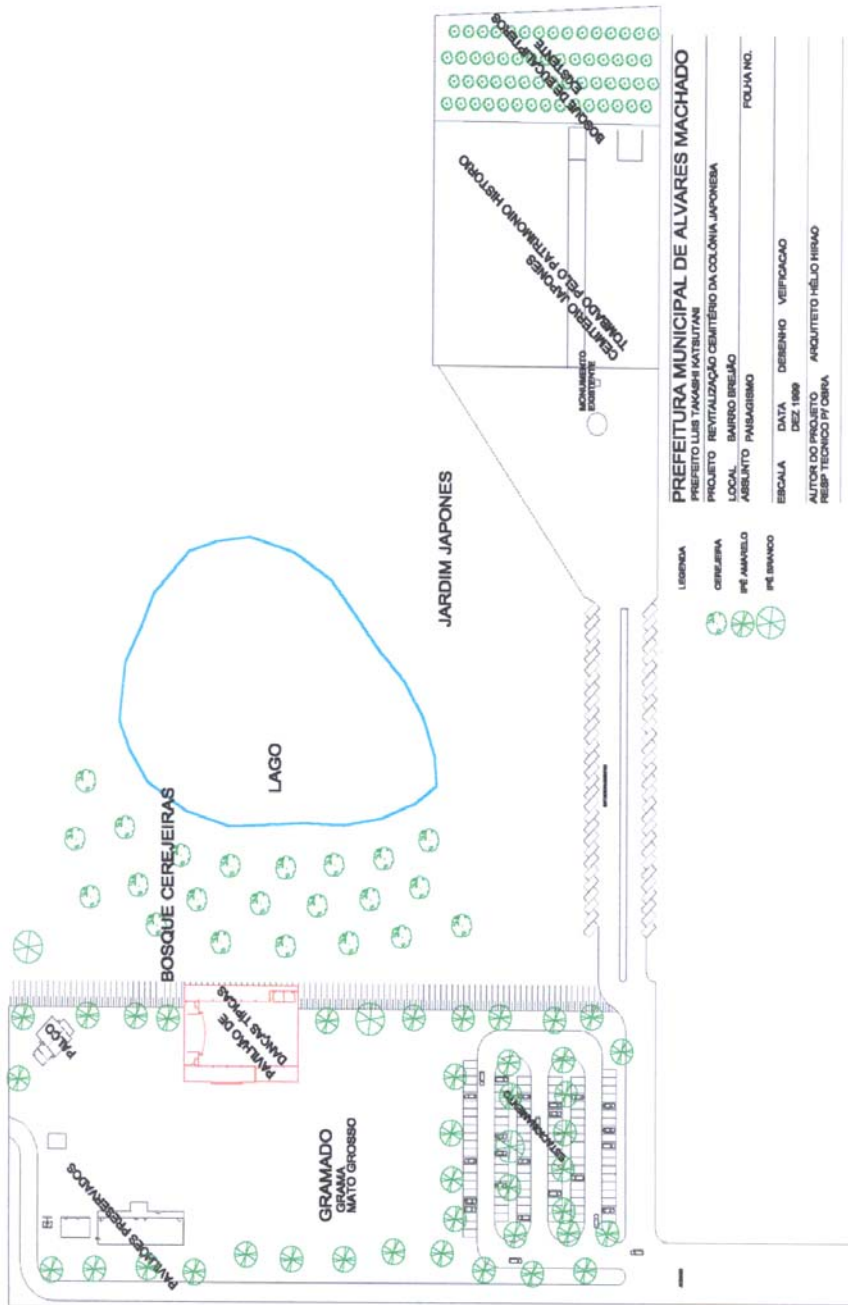
Projeto Aprovado nos termos do Decreto
n.º 13.426, de 16/3/1999
Em ART. Nº. 10 / 99

Processo CONDEPHAAT n.º 28402/99

[Signature]
MARCO ANTONIO LANCA
Diretor Técnico Subst. ST&C
CRFA 23748/D-SP

[Signature]
Luiz Takashi Kasutani
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO
Equipe Técnica de Vigilância Sanitária
PROC. N.º 037/99
APROVADO
Álvares Machado, 08/03/1999
[Signature]
Eng.º SILVANO RODRIGUES SANCHEZ
CREA N.º 0685040873/D
Diretor de Obras e Serviços Públicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO

PREFEITO LUIS TAMAOKI KATSUTANI

PROJETO REVITALIZAÇÃO CEMITÉRIO DA COLÔNIA JAPONÊSA

LOCAL - BARRIO BIELÃO

ARRUAMENTO - PALMAREISMO

FOLHA Nº.

LEGENDA

CERQUEIRA

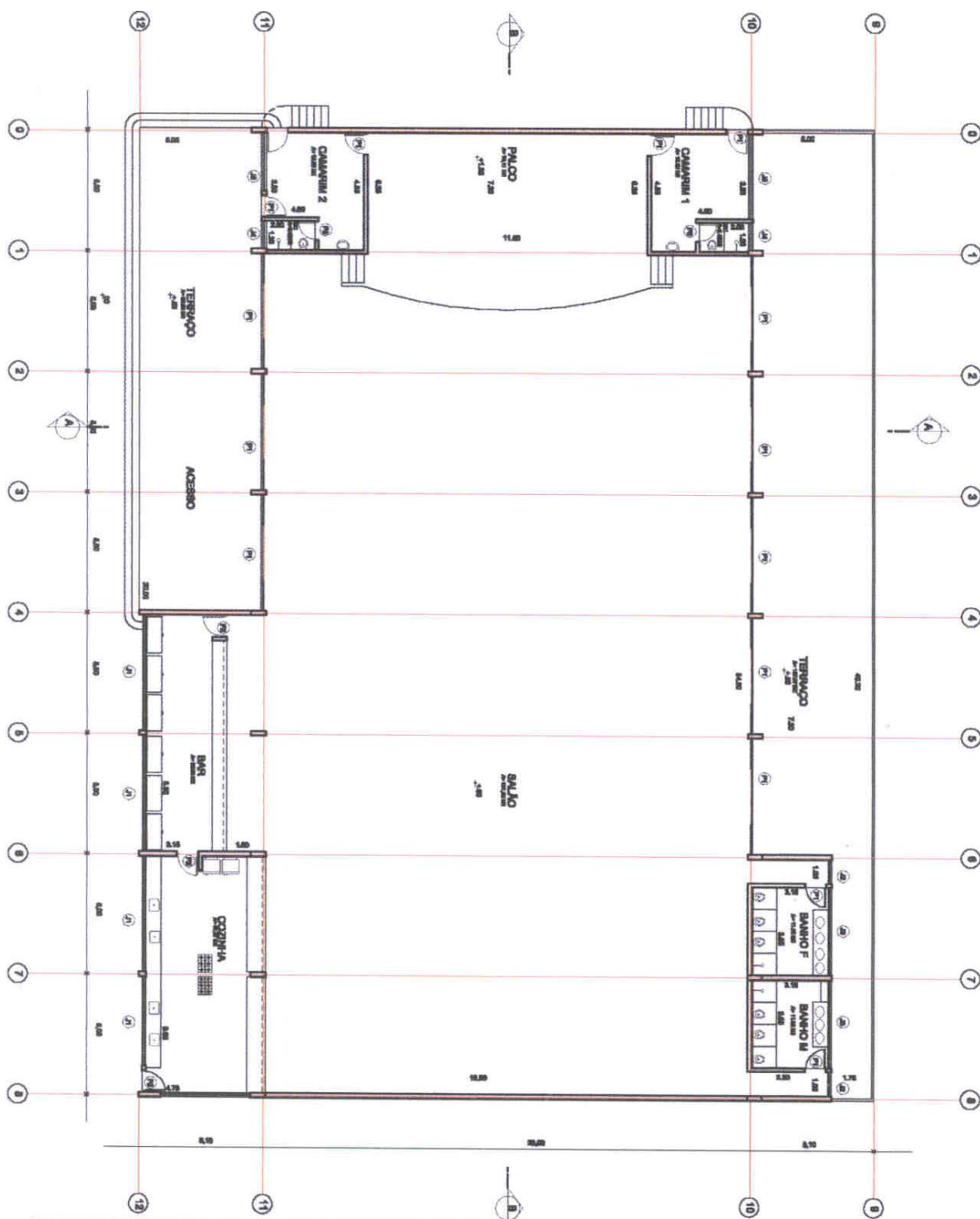
PÊ ANANILHO

PÊ SIVINCO

ESCALA DATA DESENHO VERIFICAÇÃO

AUTOR DO PROJETO ARQUITETO HÉLIO HIRAO

RESP. TÉCNICO P/ OBRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO

PREFEITO LUIS TAKASHI KATSUTANI

PROJETO REVITALIZAÇÃO CEMITÉRIO DA COLÔNIA JAPONESA

LOCAL BAIRRO BREJÃO

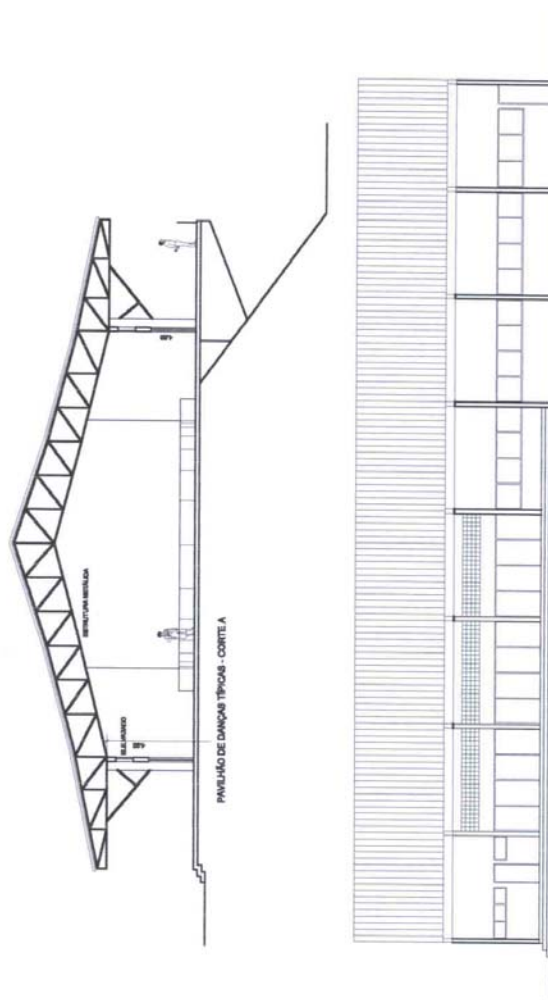
ASSUNTO PAVILHÃO DE DANÇAS TÍPICAS

FOLHA NO.

PLANTA BAXA

ESCALA 1:250 DATA DEZ 1999 DESENHO VEIFICACAO

AUTOR DO PROJETO ARQUITETO HÉLIO HIRAO
RESP TECNICO P/ OBRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO
 PREFEITO LUIZ TAMASHI KATSUBUKI
 PROJETO REABILITAÇÃO CEMITÉRIO DA COLÔNIA JAPONESA
 LOCAL BARRIO BRESLAU
 ASSUNTO PAVILHÃO DE DANÇAS TÍPICAS FOLHA Nº.
 PLANTA BAIXA
 ESCALA DATA DESENHO VERIFICAÇÃO
 1:200 DEZ/1999
 AUTOR DO PROJETO ARQUITETO HÉLIO HIRAO
 RESP. TÉCNICO P/ OBRA

PAVILHÃO DE DANÇAS TÍPICAS - FACHADA

Anexo 2 – Questionário aplicado

QUESTIONÁRIO**LOCALIZAÇÃO:** MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO**OBJETO DA PESQUISA:** DESCENDENTES DE JAPONESES DO MUNICÍPIO**PESQUISADORA:** EDILENE MAYUMI MURASHITA TAKENAKA**1 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR:**

1.1) NOME DO CHEFE DE FAMÍLIA:

1.2) IDADE:

1.3) ESTADO CIVIL:

1.4) ESCOLARIDADE:

1.5) PROFISSÃO ATUAL:

1.6) PROFISSÃO ANTERIOS:

1.7) MUNICÍPIO ONDE TRABALHA: Álvares Machado
 Presidente Prudente
 Outro/ qual?1.8) MUNICÍPIO ONDE MORA: Álvares Machado
 Presidente Prudente
 Outro/ qual?

1.9) RENDA FAMILIAR:

 de 1 a 5 salários-mínimos de 6 a 10 salários-mínimos de 11 a 15 salários-mínimos de 16 a 20 salários-mínimos acima de 21 salários-mínimos

1.10) CONHECIMENTO DA LÍNGUA JAPONESA:

 fala/entende e escreve fala/entende não fala/entende e nem escreve

1.11) LOCAL DE NASCIMENTO:

Município:..... zona rural zona urbana

1.12) NOME DA ESPOSA OU COMPANHEIRA:

1.13) IDADE:

1.14) ESTADO CIVIL:

1.15) ESCOLARIDADE:

1.16) PROFISSÃO ATUAL:

1.17) PROFISSÃO ANTERIOR:

1.18) MUNICÍPIO ONDE TRABALHA: Álvares Machado
 Presidente Prudente
 Outro/ qual?

1.19) CONHECIMENTO DA LÍNGUA JAPONESA:

 fala/entende e escreve fala/entende não fala/entende e nem escreve

1.20) LOCAL DE NASCIMENTO:

Município:..... () zona rural () zona urbana

1.21) NÚMERO DE FILHOS: () homens () mulheres () não possui filhos

1.22) GRAU DE ESCOLARIDADE DO (S) FILHO (S):

() 1º Grau () completo () incompleto () ainda cursando

() 2º Grau () completo () incompleto () ainda cursando

() superior () completo () incompleto () ainda cursando

1.23) ONDE SEUS FILHOS ESTUDAM OU ESTUDARAM : () Álvares Machado

() Presidente Prudente

() Outro/ qual?.....

1.24) PROFISSÃO DOS FILHOS:

.....

1.25) MUNICÍPIO ONDE SEUS FILHOS TRABALHAM: () Álvares Machado

() Presidente Prudente

() Outro/ qual?.....

1.26) MUNICÍPIO ONDE SEUS FILHOS MORAM: () Álvares Machado

() Presidente Prudente

() Outro/ qual?.....

1.27) QUANTO AO CONHECIMENTO DA LÍNGUA JAPONESA, SEUS FILHOS:

() fala/entende e escreve () fala/entende () não fala/entende e nem escreve

2 – QUANTO À RELIGIOSIDADE:

2.1) QUAL A RELIGIÃO DA FAMÍLIA?

() não tem religião

() católica

() budista

() protestante

() outra/qual?

2.2) JUNTO COM A RELIGIÃO PREDOMINANTE, A FAMÍLIA MANTÉM ALGUM OUTRO VÍNCULO RELIGIOSO OU PARTICIPAÇÃO EM SEITAS?

() sim () não quais?.....

2.3) FREQUENTA OS CULTOS RELIGIOSOS?

() não tem religião

() sempre

() nunca

() só em cerimônias especiais/ quais?.....

3 – EM RELAÇÃO À COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO:

3.1) A FAMÍLIA É ASSOCIADA AO NIHONJIN-KAI DE ÁLVARES MACHADO?

() sim () não

3.2) ALGUÉM DA FAMÍLIA POSSUI ALGUM CARGO DENTRO DA ASSOCIAÇÃO?

sim não Qual?.....

3.3) PARTICIPA DOS EVENTOS LIGADOS À COLÔNIA JAPONESA DE ÁLVARES MACHADO?

sempre que pode apenas algumas vezes nunca

3.4) QUAIS OS EVENTOS DA COLÔNIA JAPONESA DE QUE PARTICIPA?

karaokê shokonsai
 undo-kai todos os eventos
 outros/quais?.....

3.5) PARTICIPA DOS EVENTOS LIGADOS ÀS COLÔNIAS JAPONESAS DE OUTRAS CIDADES?

sim não Quais?.....

3.6) NA SUA OPINIÃO, QUAL O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO?

favorece a integração, a união entre japoneses
 mantém a tradição japonesa
 ensina a pensar em termos de comunidade
 favorece o intercâmbio cultural esportivo e social entre brasileiros e japoneses
 todos os itens acima

3.7) SEUS FILHOS PARTICIPAM DOS EVENTOS LIGADOS À COLÔNIA JAPONESA?

sempre que podem apenas algumas vezes nunca não tem filhos

3.8) A FAMÍLIA CONSOME PRATOS TÍPICOS DA COZINHA JAPONESA?

nunca 1 a 2 vezes por semana
 3 a 4 vezes por semana 5 a 6 vezes por semana
 sempre apenas nos finais de semana ou em ocasiões especiais

3.9) QUAIS OS COSTUMES JAPONESSES QUE AINDA PRESERVA?

koden ou osenko-daí
 omimai
 oyuwai
 tanomoshi
 outros/ Quais?.....

3.10) NA SUA OPINIÃO, QUAL SERÁ O FUTURO DA ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE ÁLVARES MACHADO? POR QUE?

.....

.....

3.11) COMO O ENTREVISTADO VÊ O MOVIMENTO DEKASSEGUI?

.....

.....